



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Daniele de Souza Lino Frederico

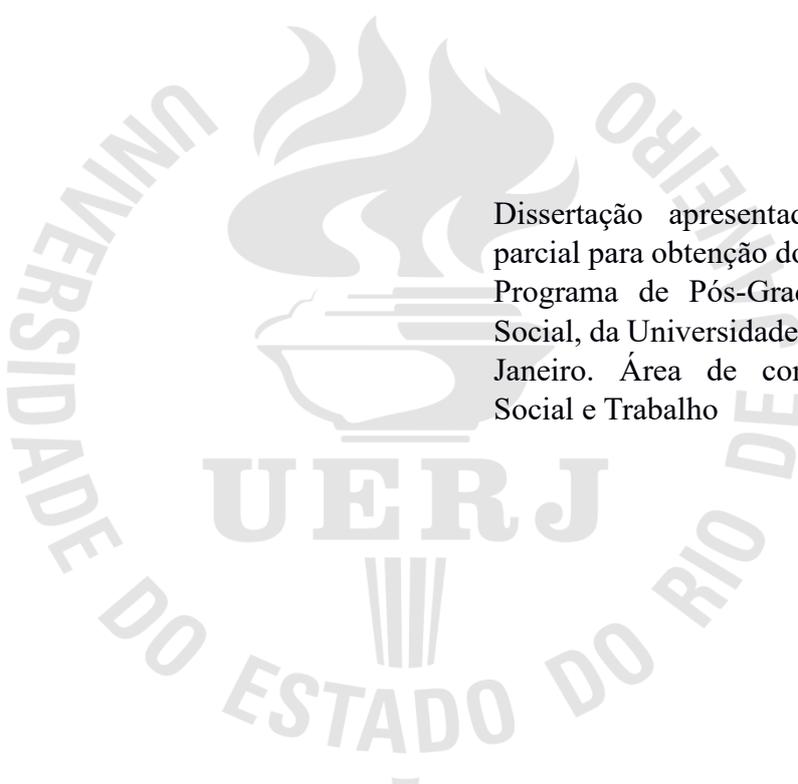
Juventude, trabalho e serviço militar

Rio de Janeiro

2021

Daniele de Souza Lino Frederico

Juventude, trabalho e serviço militar



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Política Social e Trabalho

Orientadora: Prof.^a Dra. Andréa de Sousa Gama

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

F852 Frederico, Daniele de Souza Lino.
Juventude, trabalho e serviço militar / Daniele de Souza Lino Frederico. –
2021.
162 f.

Orientadora: Andréa de Sousa Gama.
Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculda
de de Serviço Social .

1. Trabalho – Teses. 2. Juventude – Teses. 3. Serviço militar obrigatório –
Teses. I. Gama, Andréa de Sousa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 331

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Daniele de Souza Lino Frederico

Juventude, trabalho e serviço militar

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 26 de novembro de 2021.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Andrea de Sousa Gama
Faculdade de Serviço Social — UERJ

Prof.^a Dra. Vania Morales Sierra
Faculdade de Serviço Social — UERJ

Prof.^a Dra. Sabrina Celestino
Exército Brasileiro

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Agradecimentos? Quem diria que eu estaria escrevendo um. Ainda mais referente a minha dissertação de mestrado. Vivenciar este momento é surreal. Acho que essa é a melhor definição!

Contudo, já que aqui estamos, vamos agradecer aos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse a este momento. Pessoas mais que especiais que foram ESSENCIAIS na minha sinuosa caminhada rumo ao título de mestre.

E essa caminhada começou há tempos e não apenas há 2 anos com a minha aprovação (surpreendente) para cursar o Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UERJ, no ano de 2019. Ela começou com minha mãe (a Dona VALDÉA) me ensinando, em casa, antes mesmo da minha inserção na escola. O incentivo ao estudo e a minha vontade de aprender e evoluir, veio dessa época e teve minha mãe como precursora.

Ela que só terminou o ensino médio quando eu já estava há tempos graduada. Ela que mesmo não tendo muito estudo, sempre me incentivou a estudar. Ela que fez o que podia (e o que não podia) para me manter na faculdade em meio as adversidades que tínhamos que superar (mãe solteira, empregada doméstica, preta, pobre, moradora da baixada fluminense, com escassez de recursos, dentre outras). Ainda assim, com toda dificuldade, ela me impulsionou. E em função disso, ela será a primeira pessoa citada nos meus agradecimentos. Ela que não só me trouxe ao mundo, mas deu base para que eu pudesse chegar a este momento importante. MÃE, OBRIGADA POR TUDO!

Agradeço também as minhas irmãs, DARIANE E DAIANE, que talvez nem compreendam o real tamanho desta conquista, mas ainda assim, estão sempre incentivando as minhas “loucuras”. Incentivam do jeito delas. Da forma que sabem. E sou grata por isso! OBRIGADA POR VIBRAREM COM MINHAS CONQUISTAS!

Seguindo a lista de pessoas ESSENCIAIS que contribuíram para a efetivação deste feito, não poderia faltar meu marido/parceiro/companheiro/amigo, BRUNO FREDERICO. Ele que só entrou na minha vida, de fato, quando eu já estava formada, exercendo a profissão e a vias de concluir meu curso de especialização, mas teve a oportunidade de vivenciar comigo todo o processo do mestrado. Desde a decisão (meio que indecisa) de se inscrever no programa, até este momento de conclusão. Ele que suportou de perto, meus surtos, minhas lamentações, minhas

limitações, meus momentos de fraqueza e minhas ausências. Ele que auxiliou na tabulação e análise da pesquisa. Que muitas vezes ampliou meus horizontes debatendo a temática da dissertação comigo. Ele que colaborou significativamente para que eu não largasse tudo, como muitas vezes cogitei em fazer, dizendo sempre que faltava pouco (mesmo quando não faltava). Enfim, ele que foi e é meu grande parceiro. Por tudo isso e mais um pouco, agradeço ao meu Frederico, MUITO OBRIGADA POR SER ESSE PARCEIRO DE VIDA!

Outra pessoa que não poderia deixar de citar é a minha companheira de profissão e de luta, JACQUELINE LIMA. Ela foi a pessoa que introduziu a ideia de cursar o mestrado na minha cabeça. A pessoa que após ter sido aprovada para o mestrado, me aproximou dessa realidade, provando que mesmo com todas as dificuldades era possível sim. E foi seguindo o exemplo dela que cheguei até aqui. Mulher guerreira que serei eternamente grata, OBRIGADA JAC!

Seguindo a lógica temporal, dou início, aos agradecimentos aos professores que foram ESSENCIAIS para a conclusão desse ciclo. Agradeço todos os professores que tive contato durante o período de disciplinas, que mais do que mestres e responsáveis pelos conteúdos, foram compreensivos com esta aluna trabalhadora e que em razão disso, muitas vezes, chegava quando a aula já tinha começado e às vezes nem conseguia sair do trabalho para assisti-las. Aos professores do PPGSS, meu MUITO OBRIGADA.

Já finalizando este item, aqui vão os meus mais sinceros agradecimentos, a pessoa que foi ESSENCIAL na elaboração desta dissertação, a minha orientadora ANDREA GAMA. Ela que me instruiu na mudança do tema, na elaboração, na escrita, na leitura, na ampliação do meu conhecimento ao exigir o meu máximo quando eu achava que não seria capaz de escrever uma dissertação. De fazer com que eu buscasse o melhor dos temas abordados e me surpreendesse positivamente comigo, mesmo com todas as minhas dificuldades. Andrea, MUITO OBRIGADA por me guiar nesse voo.

Agradeço a banca examinadora desta dissertação que aceitou o convite e contribuiu significativamente neste processo, com críticas construtivas, com sugestões bibliográficas e com reflexões importantes sobre as temáticas exploradas. Meu MUITO OBRIGADA às professoras, VANIA SIERRA e SABRINA CELESTINO.

E por fim, agradeço ao Exército Brasileiro, por intermédio da Comando da 1ª Região Militar, por ter dado espaço para expor minha ideia de pesquisa e ter autorizado sua realização. Sou grata a todas as pessoas que contribuíram com essa pesquisa, do Comandante aos Soldados do Efetivo Variável que foram parte fundamental neste estudo.

Assim, findo meus agradecimentos, aos que foram ESSENCIAIS nessa jornada. Cada qual da sua forma, cada qual em seu momento, cada qual com seu jeito, cada qual com sua intensidade, vocês foram e são parte desta conquista. Sou e serei eternamente GRATA.

RESUMO

FREDERICO, Daniele de Souza Lino. *Juventude, trabalho e serviço militar*. 2021. 162 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este estudo tem por objetivo analisar a inserção dos jovens no mundo do trabalho por intermédio do serviço militar, bem como, identificar as percepções e motivações relacionadas a esta inserção no Serviço Militar Obrigatório, buscando caracterizar a realidade socioeconômica destes e sua relação com o trabalho. Esta análise se dará por meio de pesquisa de campo realizada em uma Organização Militar, localizada no Rio de Janeiro, sob responsabilidade da 1ª Região Militar.

Palavras-chave: Juventudes. Trabalho. Serviço militar.

ABSTRACT

FREDERICO, Daniele de Souza Lino. *Youth, work, and military service*. 2021. 162 f.
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do
Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This study aims to analyze the insertion of young people in the world of work through military service, as well as to identify the perceptions and motivations related to this insertion in the Compulsory Military Service, seeking to characterize their socioeconomic reality and their relationship with work. This analysis will be done through field research carried out in a Military Organization, located in Rio de Janeiro, under the responsibility of the 1st Military Region.

Keywords: Youths. Work. Military service.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Idade dos entrevistados.....	108
Tabela 2 - Cor dos entrevistados.....	110
Tabela 3 - Estado civil dos entrevistados	111
Tabela 4 - Escolaridade dos entrevistados	113
Tabela 5 - Local de moradia	115
Tabela 6 - Informações sobre o território dos entrevistados (reside em comunidade)	116
Tabela 7 - Informações sobre o território dos entrevistados (risco social)	117
Tabela 8 - Situação familiar dos entrevistados	118
Tabela 9 - Renda familiar dos entrevistados	120
Tabela 10 - Informações sobre atividade remunerada anterior a inserção no serviço militar.....	122
Tabela 11 - Informações sobre desejo dos entrevistados em seguir carreira militar.....	125
Tabela 12 - Informações se pretendem atuar fora da área militar.....	127
Tabela 13 - Áreas de interesse para atuação profissional dos entrevistados.....	129

Tabela 14 - Informações sobre motivações dos entrevistados para ingresso no serviço militar.....	130
Tabela 15 - Conhecimento dos entrevistados sobre o serviço militar.....	132
Tabela 16 - Informações sobre mudança de vida dos entrevistados pós ingresso no serviço militar.....	138
Tabela 17 - Percepção dos entrevistados sobre o serviço militar como espaço sócio-ocupacional.....	141
Tabela 18 - Mudaria algo no serviço militar obrigatório.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Idade dos entrevistados.....	109
Gráfico 2 - Cor dos entrevistados.....	110
Gráfico 3 - Estado civil dos entrevistados	112
Gráfico 4 - Escolaridade dos entrevistados	113
Gráfico 5 - Local de moradia	115
Gráfico 6 - Informações sobre o território dos entrevistados (reside em comunidade) ...	116
Gráfico 7 - Informações sobre o território dos entrevistados (risco social)	117
Gráfico 8 - Situação familiar dos entrevistados	119
Gráfico 9 - Renda familiar dos entrevistados	121
Gráfico 10 - Informações sobre atividade remunerada anterior a inserção no serviço militar.....	123

Gráfico 11 - Atividades que exerceram antes do ingresso no serviço militar.....	123
Gráfico 12 - Informações sobre desejo dos entrevistados em seguir carreira militar.....	126
Gráfico 13 - Pretende estudar ou trabalhar fora da área militar.....	128
Gráfico 14 - Informações sobre motivações dos entrevistados para ingresso no serviço militar.....	131
Gráfico 15 - Justificativa para estar inserido no serviço militar obrigatório.....	133
Gráfico 16 - Mudanças após ingresso no serviço militar.....	138
Gráfico 17 - Percepção dos entrevistados sobre o serviço militar como espaço sócio-ocupacional.....	141
Gráfico 18 - Mudaria algo no serviço militar obrigatório.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANTED	Agenda Nacional de Trabalho Decente
ANTDJ	Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CPOR	Centro de Preparação de Oficiais da Reserva
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio
PMAJ	Programa Mundial de Ação para a Juventude
PNJ	Política Nacional de Juventude
OMS	Organização Mundial da Saúde
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
NPOR	Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva
PNPE	Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego

PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SD EV	Soldado do Efetivo Variável
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI	Serviço Social da Indústria
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SERMILMOB	Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SUS	Sistema Único de Saúde
TG	Tiros de Guerra
UNICEF	United Nations International Children's Emergency Fund
UNISUAM	Universidade Augusto Motta

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1 JUVENTUDE(S): CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA CATEGORIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO.....	22
1.1 Revisão literária sobre a categoria juventude(s)	22
1.2 Condição juvenil e seus desdobramentos no estudo sobre as juventudes	28
1.2.1 <u>Breve reflexão sobre a relação juventude(s) e raça no Brasil.....</u>	35
1.3 Juventude(s) e trabalho: políticas públicas no Brasil	38
1.4 Reflexões sobre Juventude(s) e Educação no Brasil.....	47
1.5 Juventude(s) e trabalho: mudanças contemporâneas e suas consequências para inserção do jovem no mundo do trabalho	51
2 SERVIÇO MILITAR: HISTÓRICO E ESPECIFICIDADES.....	61
2.1 Organização das Forças Armadas no Brasil.....	62
2.1.1 <u>Marinha do Brasil.....</u>	63
2.1.2 <u>Exército Brasileiro.....</u>	64
2.1.3 <u>Força aérea brasileira.....</u>	65
2.1.4 <u>Pilares fundamentais e função social.....</u>	65
2.2 Breve histórico sobre as Forças Armadas e o Serviço Militar no Brasil.....	67
2.3 Recrutamento e serviço militar: o caso brasileiro	72
2.3.1 <u>Influências Europeia.....</u>	72
2.3.2 <u>Caso brasileiro.....</u>	76
2.4 Formas de recrutamento na atualidade	88
2.4.1 <u>Serviço militar obrigatório.....</u>	88
2.4.2 <u>Tiros de guerra.....</u>	91
2.4.3 <u>Serviço militar voluntário técnico temporário.....</u>	91
2.4.4 <u>Ingresso nas escolas de formação.....</u>	92
3 JUVENTUDES E SUAS MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO – VOCAÇÃO OU NECESSIDADE DE SEGURANÇA....	94
3.1 Apresentação da pesquisa de campo.....	94
3.1.1 <u>Motivações</u>	95
3.1.2 <u>Objetivos.....</u>	96
3.1.3 <u>Público-alvo.....</u>	97
3.1.4 <u>Local.....</u>	99
3.1.5 <u>Cronograma.....</u>	100

3.1.6	<u>Metodologia</u>	101
3.1.7	<u>Realização da pesquisa de campo: entrevistas</u>	104
3.1.8	<u>Possibilidades e desafios encontrados na realização da pesquisa</u>	105
3.2	Apresentação das informações obtidas na pesquisa	107
3.2.1	<u>Perfil socioeconômico dos entrevistados</u>	108
3.2.1.1	Idade.....	108
3.2.1.2	Cor.....	110
3.2.1.3	Estado civil	111
3.2.1.4	Escolaridade.....	113
3.2.1.5	Informações referentes ao local de moradia	115
3.2.1.6	Situação familiar.....	118
3.2.1.7	Renda familiar	120
3.2.2	<u>Relação dos jovens entrevistados com o trabalho</u>	122
3.2.2.1	Já exerceu alguma atividade remunerada antes do serviço militar?.....	122
3.2.2.2	Qual função exercia antes da inserção no serviço militar?.....	123
3.2.2.3	Pretende seguir carreira militar?.....	125
3.2.2.4	Pretende estudar ou trabalhar fora da área militar?	127
3.2.3	<u>Relação dos entrevistados com o serviço militar</u>	130
3.2.3.1	Tinha interesse em ingressar no serviço militar obrigatório?.....	130
3.2.3.2	Conhecimento do serviço militar antes do ingresso	132
3.2.3.3	Como se sente prestando serviço militar obrigatório?	133
3.2.3.4	Pontos positivos de estar inserido no serviço militar obrigatório.....	135
3.2.3.5	Pontos que não atingiram as expectativas dos jovens	136
3.2.3.6	O serviço militar obrigatório mudou algo em sua vida?	138
3.2.3.7	O serviço militar obrigatório pode ser entendido como espaço sócio-ocupacional para o jovem?.....	140
3.2.3.8	É possível aprender alguma profissão no serviço militar obrigatório?.....	141
3.2.3.9	Mudaria algo no serviço militar obrigatório?	141
3.2.4	<u>Reflexões sobre o resultado da pesquisa</u>	143
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	146
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A - Formulário de entrevista.....	156
	APÊNDICE B - Termo de consentimento e livre esclarecido	159
	ANEXO - Termo de assentimento institucional.....	161

INTRODUÇÃO

Estudos sobre a temática Juventude e Trabalho apesar de não serem recentes ainda precisam ser explorados em seus diversos aspectos relacionais. Esse debate necessita ser alvo de reflexão e gerar ações propositivas para o enfrentamento das questões existentes.

Ressalta-se que estudo partirá do pressuposto que juventude é vivida de diferentes formas e devido a isso é de suma importância perceber como essa diversidade de experiências afeta o cotidiano dos jovens no que diz respeito ao acesso a oportunidades, considerando suas especificidades, tais como: renda familiar, gênero, raça, orientação sexual, local de moradia, comunidades étnicas/tradicionais.

Jovens oriundos de famílias pobres, muitas vezes, negro, que desde o período colonial, com a escravidão e suas formas assumidas, após ser “abolida”, oficialmente (mas jamais de fato), até os dias de atuais, são vistos e tratados de forma marginalizada, uma vez que o público estudado pertence a esta realidade. Diante disso, faz-se necessário problematizar as juventudes e o lugar ocupado pelos jovens, visto que eles estão inseridos em contextos de desigualdades.

Dessa forma, compreende-se que a juventude não é a mesma para um jovem oriundo de classes mais abastadas e para um jovem pobre. Os jovens pobres diferenciam-se dos jovens não pobres, pois não possuem segurança familiar em relação ao não trabalho. Visto que precisam trabalhar para contribuir na renda da família. Ou seja, trabalham devido a necessidade de auxílio na renda familiar e não tem o mesmo suporte de apoio, caso não estejam trabalhando. Portanto, o interesse pela independência pode até ser comum entre os jovens de todas as classes sociais, mas as motivações para inserção no mundo do trabalho, são diferentes.

Partindo do entendimento de autores da sociologia que compreendem que a juventude compõe um universo mais amplo, tida como uma categoria sociológica e historicamente construída, tais como BOURDIEU (1983) ou como categoria social GROppo (2000) o jovem vivencia, como qualquer outro indivíduo, as expressões e consequências históricas da sociedade em que vive. A relação com o mundo do trabalho pode ser um bom exemplo disso.

No mercado de trabalho restrito, flexível, com as consequências da precarização do trabalho, o jovem com pouca oportunidade de qualificação e experiência profissional acaba sofrendo com as formas de acesso excludente ao trabalho. Em 2017, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio – (PNAD), pesquisa de responsabilidade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tinha 48,5 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, no entanto, 11,1 milhões delas não trabalhavam e não estavam

matriculadas em uma escola, faculdade, curso técnico de nível médio ou de qualificação profissional.

Isto posto, o tema a ser investigado neste estudo será o jovem e sua relação com o trabalho tendo o Serviço Militar Obrigatório como espaço sócio-ocupacional da pesquisa. Entendendo que o jovem, principalmente o pobre, que não possui condições objetivas de renda, encontra no Serviço Militar Obrigatório um espaço de garantia de renda, de acesso aos serviços, de status e até mesmo de pertencimento social. O trabalho analisará essa relação e pretende apresentar um novo olhar sobre as possíveis motivações da inserção do jovem no Serviço Militar. A pesquisa terá como público-alvo jovens Soldados do Efetivo Variável (Sd EV), recém incorporados no Serviço Militar Obrigatório do Exército Brasileiro na Companhia de Comando da 1ª Região Militar, situada na região Central do Rio de Janeiro.

Antes de debruçarmo-nos sobre o objeto a ser pesquisado, faz-se necessário apresentar os motivos que suscitaram o interesse pelo tema. O interesse investigativo pela temática Juventude e Trabalho se deu, a partir de minha experiência profissional enquanto Assistente Social da instituição Associação Beneficente São Martinho no qual trabalhei por três anos, de outubro de 2015 a janeiro de 2019.

A Associação Beneficente São Martinho é uma Instituição sem fins lucrativos, vinculada a Província Carmelitana de Santo Elias, situada na Lapa, região central do Rio de Janeiro, que atua desde 1984 com crianças e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social.

A instituição tem por objetivo proporcionar acesso aos serviços de assistência social, nos níveis de proteção social básica e especial e profissionalização, através de projetos de inclusão, socialização, ações socioeducativas e inserção no mercado de trabalho. Essas atividades são realizadas por equipes multiprofissionais que atuam no atendimento e acompanhamento social, psicológico e pedagógico dos assistidos. Pude fazer parte do Projeto Mundo do Trabalho nesse período, projeto que compõe o Eixo Profissionalização da instituição.

O referido projeto atuava na linha da aprendizagem profissional de jovens, sendo responsável pela seleção, contratação e oferta de conteúdo teórico e básico com noções iniciais de Relações Humanas; Vivências no Ambiente Organizacional; Educação e Cidadania; Comunicação Oral e Escrita; Oficina de Textos; Noções de Administração; e Noções de Informática.

Nesses três anos de trabalho, tive a oportunidade de lidar com as juventudes(s) em suas diferentes expressões da questão social. A partir de então, emergiu uma inquietação e o interesse pela realização da primeira pesquisa no início do ano de 2016, que se destinou a analisar a importância da família na inserção do jovem no programa de aprendizado profissional, sob a

visão do próprio jovem. Este estudo resultou na elaboração do artigo final para conclusão do curso de Especialização em Serviço Social e o Trabalho com Famílias, realizado na Universidade Augusto Motta – (UNISUAM), no final de 2016.

É importante ressaltar que meu anteprojeto de pesquisa para o curso de mestrado tinha por objetivo avaliar os impactos socioeconômicos do Programa de Aprendizado supracitado, tendo como sujeitos, os jovens egressos. No entanto, após minha saída desse espaço sócio-ocupacional, por ter sido aprovada em processo seletivo para o ingresso no Exército Brasileiro, foi feita a opção pela alteração do campo de pesquisa considerando condições objetivas tais como: dificuldade de realizar a pesquisa em local diferente devido à falta de tempo e entendimento de que realizar a pesquisa no meu atual local de trabalho, não só contribuiria na realização da pesquisa como na minha atuação profissional.

Desde então, buscou-se delimitar um novo recorte do objeto optando em permanecer com a temática da juventude e trabalho, porém, relacionando-a com o ingresso e permanência no Serviço Militar Obrigatório. Após o recorte do objeto passamos a refletir sobre de que forma seria feita a pesquisa na realidade social.

Neste processo de investigação propomos algumas questões norteadoras que são as indagações frente ao objeto de pesquisa, tais como:

- Poderia o Serviço Militar Obrigatório ser compreendido e analisado como espaço de inserção do jovem no mercado de trabalho?
- Será que a Instituição Militar forma o jovem apenas para a defesa da nação ou pode contribuir para mantê-lo no mercado de trabalho, através de seus ensinamentos?
- Como se dá a relação Trabalho, Juventude e Serviço Militar Obrigatório no Exército Brasileiro?

Sendo assim, a proposta de pesquisa ora apresentada, se propõem a identificar qual a relação entre Trabalho, Juventude e Serviço Militar e como essa se dá. Além de caracterizar a relação do Serviço Militar com o Trabalho e a Juventude na atualidade.

Infere-se que essa pesquisa possua relevância teórico-metodológica visto que contribuirá para avançar no conhecimento dos estudos que investigam a relação entre Trabalho e Juventude, contribuindo para a discussão da problemática da juventude e os dilemas contemporâneos no mercado de trabalho.

Cabe ressaltar que na fase da pesquisa exploratória desta dissertação foram feitas buscas nos principais bancos de dissertação e tese do país e poucos trabalhos acadêmicos, sobre esse viés do Trabalho, Juventude e Serviço Militar foram encontrados. Muito provável pelo fato de

as Forças Armadas serem uma temática pouco explorada nas ciências sociais. Este fator de ter sido pouco explorado, pode contribuir para trazer à luz as especificidades das Forças Armadas (mais precisamente do Exército Brasileiro), caracterizando-a de fato como um possível campo de pesquisa, desmistificando possíveis pré-conceitos e colaborando para a descoberta da necessidade de realização de mais estudos nessa área.

A metodologia da pesquisa se dará da seguinte forma: estudo bibliográfico e documental relacionados a temática Juventude, Trabalho e Forças Armadas, assim como referenciais normativos das Forças Armadas, mais especificamente do Exército Brasileiro. Além de pesquisa exploratória de natureza qualitativa, através de entrevista aos sujeitos da pesquisa, que são os Soldados do Efetivo Variável inseridos no Serviço Militar Obrigatório, no ano de 2021, na Companhia de Comando da 1ª Região Militar. No item que trata especificamente dos procedimentos metodológicos buscaremos expor de forma mais profunda a motivação e a forma que se deu a pesquisa.

A escolha pelo local da pesquisa se deu em consequência da minha inserção no Exército Brasileiro, como Oficial Técnico Temporário de Serviço Social, em fevereiro de 2019. A partir então passei a atuar como assistente social em uma instituição militar seguindo todos os preceitos do militarismo em conjugação aos preceitos éticos da minha profissão o que tem sido um desafio. Fui inserida na área vinculada à Gestão de Pessoal com o intuito de fazer gestão e execução dos serviços sociais ofertados aos militares, aos pensionistas e seus familiares, no âmbito da área de subordinação da 1ª Região Militar.

Diante do exposto, no que se refere a estrutura da dissertação, será estruturada da seguinte maneira: três capítulos, sendo o primeiro denominado: **Juventude(s): considerações sobre esta categoria social e sua relação com o trabalho**, onde será abordado a categoria juventude(s) sob a vertente sociológica e suas relações com o trabalho, apresentando conceitos, especificidades e questões dessa relação.

O segundo capítulo denominado: **Serviço Militar: histórico e especificidades** faz um apanhado histórico do Serviço Militar no Brasil, desde o seu surgimento até os dias atuais, explorando a percepção de autores importantes da história militar crítica.

No terceiro e último capítulo denominado: **Os jovens e suas motivações para o ingresso no Serviço Militar Obrigatório – vocação ou necessidade de segurança?** Capítulo este dedicado a pesquisa de campo realizada com os 46 (quarenta e seis) jovens entrevistados, onde foram relatadas as especificidades da pesquisa, os resultados obtidos e a sua análise.

Por fim, nas **Considerações Finais**, exponho algumas conclusões do estudo e possíveis intervenções com os jovens no campo pesquisado considerando os resultados obtidos.

1 JUVENTUDE(S): CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTA CATEGORIA SOCIAL E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO

Este capítulo versará sobre a categoria Juventude e suas relações com o trabalho, bem como apresentará um apanhado histórico sobre as políticas públicas para o jovem no Brasil.

Nele apresentaremos entendimentos de diversos estudiosos sobre Juventude ou melhor, *Juventude(s)*. Juventudes no sentido de que não existe apenas uma juventude e sim inúmeras juventudes, a considerar a realidade sócio-histórica dos sujeitos. Dessa forma, destaca-se que a noção de Juventude(s) que será abarcada neste estudo levará em consideração o entendimento de autores da sociologia, que compreendem que ela compõe um universo mais amplo.

Veremos que conceituar “Juventude” nas Ciências Sociais é tarefa difícil, uma vez que o termo não se enquadra em uma única definição. A dificuldade já se inicia na utilização do termo. Afinal, deve utilizar a palavra no singular (juventude) ou no plural (juventudes)?

Abordaremos as especificidades do termo juventude para as Ciências Biológicas e para Psicologia e em seguida pelas Ciências Sociais. Dessa forma, no decorrer do capítulo, a juventude será abordada enquanto categoria social, levando em consideração a existência de várias juventudes visto que se essa categoria está relacionada as estruturas de classe, gênero e raça/etnia.

Em seguida, será apresentada a relação entre juventude(s)/trabalho e como as novas configurações das relações de trabalho afetam os jovens, principalmente a juventude pobre, que como veremos na apresentação das informações obtidas no capítulo 3, se caracteriza o perfil dos jovens do Serviço Militar entrevistados.

Por fim, faremos um apanho histórico das políticas públicas para juventude, abordando também a política pública educacional no Brasil e as consequências para a inserção do jovem no mercado de trabalho.

1.1 Revisão literária sobre a categoria juventude(s)

Para ABRAMO (2008), embora o termo juventude seja daqueles que pareçam óbvios e daqueles assuntos que todo mundo tem algo a dizer, quando se tenta precisar o significado do

termo, as dificuldades aparecem e demonstram que a imprecisão da noção de juventude é algo relevante.

Se considerarmos os estudos sobre a temática nas Ciências Biológicas e na Psicologia, veremos que a Juventude é compreendida como fase da vida, por aspectos comportamentais, fisiológicos e etários. Considerando os estudos nas Ciências Sociais, numa vertente mais crítica, observa-se a predominância de uma visão mais global, em que alguns autores consideram que se deve considerar a questão fisiológica, mas não somente, uma vez que a questão social é determinante para a vivência da (s) juventude (s).

Para GROPPPO (2006), a juventude definida apenas pela idade biológica, advém das sociedades que buscaram por meio das ciências definir um critério universal de categorização das idades da vida.

Sobre o olhar da biologia, de acordo com GROPPPO (2017) a juventude é apenas uma fase natural da vida, repleta de transformações biológicas, ligados a puberdade onde marca o início da capacidade reprodutiva.

A medicina fala da puberdade associando-a ao crescimento físico do indivíduo e de fato não podemos dizer que esta associação não tem fundamento. A questão aqui é definir a juventude somente por esse viés. Para a biologia, a juventude/adolescência é caracterizada por mudanças que marcam o de desenvolvimento humano, tais como, mudanças no corpo e alterações de voz; sem considerar as influências dos aspectos sociais em que este se encontra inserido.

No que se refere ao campo da psicologia, a juventude é compreendida como adolescência, como uma transformação universal e compulsória a todo indivíduo. Muitas vezes os conceitos adolescência e juventude são tratados como sinônimos, responsável por analisar o adolescente/jovem pela perspectiva do sujeito particular e de seus processos de transformação internos.

De forma geral, os termos ‘jovem’ e ‘adolescente’ são utilizados como sinônimos. Porém, são objetos de estudos de diferentes disciplinas: a sociologia detém-se mais no conceito de juventude, e a psicologia e a medicina no de adolescência.

No campo das ciências sociais os estudos sobre a juventude datam do século XVIII. Na passagem do século XVIII para XIX, a juventude era enfatizada como delinquente, promíscua, desregrada, disfuncional.

De acordo com WEISHEIMER (2013) os estudos na área das ciências sociais foram impulsionados pelas transformações sociais provocadas pela emergência do capitalismo como

modo de produção dominante, o que acarretou abandono, criminalidade juvenil e violências, questões estas que passaram a ser objetos de investigação racionalistas e funcionalistas.

Dessa forma, a juventude entendida em um significado mais amplo, não é universal/única, visto que os sujeitos sociais a vivenciam condicionada por sua realidade socioeconômica.

Segundo MINAYO (2011) a juventude constitui a etapa da vida sobre a qual existe maior expectativa social; é um estágio do desenvolvimento que não é apenas uma ocorrência natural, e sim uma construção social que se acopla às transformações biológicas, indo da pré-adolescência até a fase adulta.

No que diz respeito a definição considerando a faixa etária, LEÓN e ISLA (2009), definiram em seus estudos que a juventude compreende a faixa etária entre 15 e 29 anos de idade, dividindo-a em três subperíodos: de 15 a 19 anos, de 20 a 24 anos e de 25 a 29 anos. Contudo, consideraram que nos países ibero-americanos existe uma grande variação nas faixas de idade utilizadas para essas classificações e que devido a isso esta divisão não poderia ser padronizada. LEÓN (2009) afirma que só a categoria etária não é suficiente para a análise da idade juvenil, sendo também necessário estabelecer algumas delimitações iniciais e básicas. Assim as definições baseadas na faixa etária são divergentes e têm cada vez mais se mostrado instáveis nas pesquisas sobre o tema. Nesse sentido entende-se que a idade pode ser considerada apenas como referencial demográfico, nos determinados espaços geográficos.

A noção apresentada pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS), Organização Mundial da Saúde (OMS), é de que a juventude é uma categoria sociológica que representa um momento de preparação de sujeitos-jovens para assumirem o papel de adulto na sociedade e abrange o período dos 15 aos 24 anos de idade.

No Brasil, a atual Política Nacional de Juventude (PNJ), considera jovem todo cidadão ou cidadã da faixa etária entre os 15 e os 29 anos. A Política Nacional de Juventude divide essa faixa etária em 3 grupos: jovens da faixa etária de 15 a 17 anos, denominados jovens-adolescentes; jovens de 18 a 24 anos, como jovens-jovens; e jovens da faixa dos 25 a 29 anos, como jovens-adultos.

Os estudiosos que entendem que a juventude é mais do que determinado grupo dentro de uma determinada faixa etária, afirmam que a juventude possui características diferenciadas de acordo com o contexto no qual os jovens estão inseridos, e por essa razão, muitos autores contemporâneos têm utilizado a palavra juventude no plural.

O uso da expressão “juventudes” representa o reconhecimento da necessidade de, ao se tratar de jovens considerar que esse segmento constitui identidades e singularidades de acordo com a realidade de cada um.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais (IBASE), o plural de referência à Juventude é o reconhecimento do peso específico de jovens que se distinguem e se identificam em suas muitas dimensões, tais como de gênero, cor da pele, classe, local de moradia, cotidiano e projetos de futuro.

É comum entre os estudiosos da juventude a advertência quanto ao uso do termo no singular, o que consiste para esses pesquisadores em um equívoco frente às múltiplas formas de se vivenciar a juventude. Vários estudos sugerem a necessidade de maior cautela quando se usa o vocábulo juventude, visto que a população jovem se divide em grupos diferenciados, que apresentam características muito distintas.

Para autores como ABRAMO (2005), DAYRELL (2003), FRIGOTTO (2004), faz-se necessário tomar cuidado para não tornar o conceito de juventude como rígido e no singular, como se existisse uma única juventude. Os referidos autores aconselham o uso do termo juventudes, no lugar de juventude, como uma forma de se aproximar de uma definição que leva em conta toda a diversidade de situações existentes que envolvem os indivíduos nesse momento da vida.

LEÓN (2009) frisou que estudar a juventude tem sido notável, principalmente nas últimas décadas, e há que se “pluralizar” a noção de juventude, concebendo diferentes “jovens” em função da heterogeneidade social existente. Para o autor, isso faz sentido a partir do momento em que se concebe a categoria de juventude como uma construção sócio-histórica, cultural e relacional nas sociedades contemporâneas. Nesse sentido, a definição de juventude pode ser desenvolvida a partir de uma série de referências, como: a faixa etária, o período da vida, o contingente populacional, a categoria social, uma geração, entre tantas outras. Em razão disso, não se pode estabelecer um critério de idade universal válido para todos os setores e todas as épocas e, por conseguinte, a idade se torna apenas um referencial demográfico.

FERNANDES apud PERALVA (2015) alerta que é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e entrevistá-lo sobretudo quando relacionado com a questão de classe, raça e gênero. No que se refere a questão de classe abordaremos mais tarde, sua interface na relação juventude e trabalho.

ISLAS (2009) enunciou que os conceitos de juventude correspondem a uma construção social, histórica, cultural e relacional, os quais, no decorrer de diferentes épocas e processos históricos e sociais, foram adquirindo denotações e delimitações diferentes.

Em seus estudos sobre a temática, ABRAMO (2005) afirma que “a juventude é a etapa do ciclo da vida na qual culmina o processo de socialização, pois prepara o indivíduo para a produção e reprodução da vida e da sociedade. Contudo, percebê-la em sua pluralidade é reconhecer os distintos lugares que os jovens ocupam nas relações sociais”.

Para WEISHEIMER (2013) a juventude é uma categoria social, constituída pelos sentidos da modernidade. Para ele mesmo que houvesse jovens nos períodos históricos anteriores, as características e os papéis sociais atribuídos eram diferentes dos que passou a atribuir com a modernidade. Ao afirmar isso, o autor justifica citando Marx, Durkheim e Weber, autores clássicos da sociologia que em seus estudos apontaram que o período da modernidade correspondeu a ascensão política da burguesia e do desenvolvimento do capitalismo. E assim trouxe transformações sociais, culturais e econômicas, acentuação da diferenciação e da especialização social, características estas que segundo ele, estão relacionadas ao surgimento da juventude.

O conceito de juventude na perspectiva sócio-histórica implica um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto de experiências vivenciadas pelos indivíduos em seu contexto histórico-social. Nessa acepção, não se entende juventude como uma etapa que tem um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta.

PHILLIPE ARIÈS (1981) em sua abordagem histórica sobre a categoria juventude, também a relacionou com o desenvolvimento do capitalismo e as novas relações sociais. Segundo o autor, a juventude emerge na modernidade baseada em dois processos distintos, simultâneos e inter-relacionados. O primeiro processo seria referente às mudanças ocorridas nas formas de organização familiar, a partir do século XII. Ainda de acordo com o autor, com o advento da modernidade e a tomada do poder pela burguesia, houve uma diferenciação do que é público e do que é privado acarretando mudanças no que ele chamou de “grupo doméstico”.

Diante disso, a juventude assume um novo papel no círculo familiar, visto que passa a ser responsabilidade dos pais ofertar condições de sobrevivência dos seus filhos

O segundo processo, diz respeito ao surgimento da juventude como fenômeno social moderno, contudo, nas classes burguesas e nas aristocracias que como classes detentoras de meios de subsistência, podiam manter seus filhos longe da vida produtiva, possibilitando que estes tivessem acesso a escolarização em espaços educacionais como liceus, e não mais no

espaço doméstico. Substituiu-se, assim, a aprendizagem privada da família por sistema de educação pública, o que segundo o autor em referência, contribuiu para visibilidade do fenômeno juvenil.

Assim, para WEISHEIMER (2013) o aparecimento da juventude enquanto fenômeno social, é consequência de processos iniciados pela modernidade que resultaram numa crescente individualização e racionalização das práticas sociais. Portanto, como apontado por ARIÈS (1981), a juventude expandiu-se como fenômeno social via nuclearização das famílias e universalização do ensino.

Para GROPPPO (2017), a juventude como fruto da modernização social, teve a contribuição das instituições educacionais, igrejas, movimentos sociais, dentre outras, imprimindo à categoria, resistência e simbolismo. Ao ser definida como categoria social, juventude torna-se, ao mesmo tempo, uma representação sociocultural e uma situação social. Ainda segundo esse autor, a juventude moderna deve ser pensada como pluralidade de grupos juvenis, pluralidades estas que construídas nas heranças, experiências, limites e projetos vindos da condição de classe, gênero, etnia, nacionalidade, condições econômicas, vivência urbana-rural, religiosidade, vivência cultural, dentre outros. Nesse sentido que autores como GROPPPO (2010, 2017), BOURDIEU (1983) e WEISHEIMER (2013) utilizam o termo *juventudes*, no plural.

Para esses autores, essa pluralidade de grupos de distintas realidades e de múltiplas representações sociais, nos coloca a reconhecer a existência de mais de uma juventude e falar em *juventudes*, uma vez que refletem experiências e identidades sociais distintas.

CARRANO (2002) fala que o grande desafio da contemporaneidade é compreender as idades não apenas como fases biológicas, mas também como representações e campos de disputas simbólicas atravessadas pelas especificidades dos diferentes lugares.

PEREIRA (2012) ao discutir a juventude na contemporaneidade também aponta a necessidade de compreender que não pode ser definida isoladamente: pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. Bem como, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. Por isso, para o autor, não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade.

Para CARRANO (2002) a juventude entendida como categoria social, vai além de uma mera passagem para a vida adulta, ela admite uma posição na ordenação da sociedade, como grupo que tensiona os espaços sociais e geracionais, numa conjuntura em que as formas de participação, os cenários políticos, a organização do trabalho se transforma rapidamente.

Expressa-se que cada autor citado nesse estudo, contribuiu na tentativa de definir a categoria juventude. O comum entre eles é o entendimento de que conceituar a juventude é uma tarefa complexa e que existe a necessidade de analisar esta categoria de forma ampla, considerando a historicidade e o contexto social em que os jovens estão inseridos. Além de que não se deve falar em uma única juventude, pelo fato de cada jovem viver uma forma de juventude, segundo o contexto social, que vai para além de sua idade cronológica.

Ressalta-se que a linha escolhida para transpassar este estudo será a linha de compreensão de estudiosos das ciências sociais que consideram que a juventude não está relacionada apenas a uma fase da vida, mas também, e principalmente, relacionada aos fenômenos sociais, culturais, econômicos, geográficos e históricos de determinada sociedade.

Sendo assim, este estudo parte da premissa de que a(s) juventude(s) integra(m) um processo mais amplo de constituição de sujeitos sociais, processo este determinado pelas condições sociais em que estão inseridos. Em poucas palavras, neste estudo será considerado o entendimento da existência de várias juventudes, que serão vivenciadas de diversas formas, por diversos jovens, em distintas realidades, uma vez que a noção de juventude é socialmente variável.

1.2 **Condição juvenil e seus desdobramentos no estudo sobre as juventudes**

ABRAMO e BRANCO (2005) chamam a atenção para a indeterminação do conceito de condição juvenil, apesar de sua forte presença nos debates. Para os autores, há vários sentidos implicados na definição da atual ‘condição juvenil’, levando-se em conta as diferenças e as desigualdades entre os jovens na vida real. Ainda segundo os autores, historicamente, a socialização não é a mesma para todas as classes, camadas sociais, países, regiões e estágios de desenvolvimento, gêneros e etnias.

De acordo com MINAYO

Tanto a socialização primária – ou seja, a que é vivenciada pelas crianças no seio das famílias – é marcada por especificidades de gênero e desigualdades e diferenças sociais como a socialização secundária – incluindo o acesso à educação fundamental, de nível médio e superior – é um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica, das desigualdades de gênero e étnicas. (MINAYO, 2011, p.20)

Dessa forma, esse processo está relacionado a diferentes modos de viver, de perceber o mundo e de fazer escolhas. Às condições sociais, econômicas, ambientais e políticas, atreladas as identidades étnicas, raciais, de afetividades, sexualidades, dentre outras questões.

Ainda segundo MINAYO (2011) o conceito de ‘condição juvenil’ tem muitas acepções. A autora apresenta três delas em seu estudo. A primeira diz respeito a acentuação dos traços comuns, apesar das dimensões de espaço, tempo e a pluralidade de condições dos que nasceram em um mesmo período histórico; a outra se refere a enfatizar às desigualdades de classe, de gênero e de cor; e a última citada pela autora refere-se as características e os padrões culturais. Para a autora, todas essas perspectivas enriquecem o conceito.

Historicamente, a socialização não é a mesma para todas as classes, camadas sociais, países, regiões e estágios de desenvolvimento, gêneros e etnias. Tanto a socialização primária – ou seja, a que é vivenciada pelas crianças no seio das famílias – é marcada por especificidades de gênero e desigualdades e diferenças sociais como a socialização secundária – incluindo o acesso à educação fundamental, de nível médio e superior – é um poderoso instrumento de reprodução da estrutura socioeconômica, das desigualdades de gênero e étnicas.

De acordo com MINAYO (2011) a socialização desigual orienta, de forma sutil, cada indivíduo para um destino social que, de antemão, já lhe havia sido reservado pela estrutura de classes. Por isso, segundo ela, sempre será diferente a condição juvenil de quem nasce em uma família abastada com acesso a todos os benefícios da globalização econômica, social, educacional e cultural, e a de um jovem pobre de periferia cujos resultantes da globalização são, quase sempre, maiores dificuldades de inserção na sociedade no âmbito tanto dos direitos fundamentais como no de consumo.

GROPPO (2006) afirma que o que define a ‘condição juvenil’ é a sua dialética, marcada pela contradição entre a tendência poderosa de institucionalização e de massificação da passagem da infância à maturidade e a expressão como realidade ou como desejo de autonomia quanto aos modelos vigentes, considerando suas diferenciações típicas de classe, cultura e gênero.

A utilização da condição juvenil como categoria de análise possibilita contemplar as múltiplas dimensões da constituição do ser jovem, em seus aspectos simbólicos, materiais, históricos e políticos (PIRES, 2008, p. 26).

Considerando a condição juvenil dos jovens entrevistados nesta pesquisa, sabe-se que estes vivenciam condições objetivas desfavoráveis, limitadas e contraditórias, visto que pertencem a classe mais populares da sociedade.

Para BOURDIEU (1983), na dimensão da classe social torna-se impossível falar de uma unidade, ou seja, em uma única juventude para os jovens de diferentes classes sociais, visto que aos jovens de classe popular, por exemplo, não é permitido viver o tempo da espera, da transição e da *moratória social*.

MINAYO apresenta duas noções para a expressão ‘moratória social’. A primeira é definida como:

prazo concedido pela sociedade aos jovens, prazo este que lhes permite gozar de menor exigência de obrigações adultas, enquanto completam sua instrução e alcançam a maturidade social. A moratória social em relação aos jovens sempre fez parte da cultura ocidental, significando certa tolerância com costumes, comportamentos e práticas juvenis, sobretudo quanto a sua rebeldia. Os adultos quase sempre desculparam ou justificam o gosto do jovem pelo perigo e pelo desafio, sua audácia para tomar determinadas atitudes e praticar determinados atos (muitas vezes confundida com a irresponsabilidade), sua capacidade de brincar com riscos e com a vida e de cometer excessos. (MINAYO, 2011, p. 24)

Nesse sentido, a moratória social pode ser entendida como momento necessário para o amadurecimento do jovem, momento em que poderia se eximir de responsabilidades da vida adulta, por estar num período de transição e aprendizado. Momento de amadurecimento e preparação para a vida adulta. Ressalta-se que devido a condição juvenil do jovem, essa moratória é vivenciada de formas diferenciadas pelas juventudes, considerando suas condições objetivas.

Para a autora a expressão ‘moratória social’ tem significados diferentes considerando as classes sociais.

[...] existe a que atinge os jovens ricos e uma parte da classe média, e há a que se refere aos jovens das classes populares que muito cedo tentam entrar no mercado de trabalho e constituir família.

No primeiro caso, a moratória social diz respeito à condescendência das famílias, assegurando os estudos, a ampliação do tempo em que permanecem na casa, e assumindo os custos sociais de sua preparação para os postos mais competitivos no mercado de trabalho globalizado. Nessas circunstâncias, o tempo estendido costuma significar garantia de acesso privilegiado a bens culturais e educacionais. No segundo sentido, os jovens também permanecem em casa e na dependência das famílias. Os pais ou avós mantêm o jovem por mais tempo e, muitas vezes, acolhem sua nova família – frequentemente assumida precocemente –, garantindo seu sustento e prestando-lhe auxílio financeiro. Assim, para os mais pobres, a chamada moratória social costuma ser um tempo de parada forçada, constituído de culpa, frustração, impotência e sofrimento. (MINAYO, 2011, p. 25)

A outra noção sobre moratória social apresentada pela autora é uma ressignificação da expressão, está associada à uma maior complexidade. Para a autora,

a expressão está vinculada ao processo de globalização capitalista que, “de um lado, tem sua face sedutora, flexível, comunicativa e facilitadora da existência social e promove novas dimensões e vivências do espaço e do tempo; e de outro é responsável pela destruição de milhões de empregos formais, pela redução drástica dos salários e pela proliferação de um amplo mercado informal em quase todos os países do mundo. (MINAYO, 2011, p. 24)

Nesse contexto de profundas mudanças no âmbito da economia, dos sistemas financeiros, das relações produtivas e das relações sociais, também novos hábitos, costumes e institucionalidades vão sendo criados, modificando, de roldão, valores que estruturaram o mundo moderno calcado na lógica da sociedade industrial.

Segundo MINAYO (2011) nas sociedades atuais, os jovens são os que mais sofrem com a transição. Primeiramente, têm dificuldade de encontrar modelos de vida nas instituições socializadoras que também estão passando pela mesma crise.

A expansão do tempo de juventude aqui tratada segundo a noção de ‘moratória social’ tem um sentido político e econômico muito claro, pois de um lado ela responde à necessidade de estender os anos de formação, de escolaridade e de capacitação profissional dos jovens, mas de outro ressalta as dificuldades de inserção desse grupo no mundo produtivo e no universo dos adultos.

Sendo assim, se tratando de inserção no mundo do trabalho, a relação juventude e trabalho também está associada a realidade social em que os jovens estão inseridos, os recursos que lhe foram disponibilizados, a educação que lhe foi ofertada, dentre outras questões.

BOURDIEU (1983) utiliza o termo, *juventudes*, no plural, especificando que existem várias ou ao menos duas formas distintas de juventude, a primeira seria a juventude burguesa e a outra, a juventude das classes populares, e que segundo ele apresentam diferenças significativas na realidade social do indivíduo.

Para o autor,

utilizar o termo juventude para falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e relacionar esses interesses a uma idade biologicamente definida, para ele é uma manipulação evidente e um formidável abuso da linguagem. (BOURDIEU, 1983, p.2).

As duas formas de juventude citadas pelo autor compõem universos distintos, ou seja, não possuem nada em comum, são lugares sociais diferentes, são dois extremos de possibilidades oferecidas aos jovens (BOURDIEU, 1983, p. 3) e essas diferenças marcam esses dois segmentos de jovens produzindo, segundo o autor, forte influência no engajamento político de cada um.

Nesse sentido, ao se discutir o tema juventude na contemporaneidade, é necessário entender que a noção de juventude é sobretudo, diversificada; compreendendo assim que não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações.

Nas palavras de BOURDIEU (1983), os jovens de famílias com baixo capital cultural e econômico são aqueles mais propensos à evasão escolar, ao subemprego e ao desemprego e assim tem a sua moratória social diferenciada dos demais assim oportunidades diferenciadas. Nas últimas décadas, as estratégias de reprodução social exigem maior qualificação dos jovens para a sua inserção profissional, sendo o sucesso escolar quase um requisito.

Segundo VIANA (2015), a desigualdade, entendida aqui como uma expressão da Questão Social, os desafios no mundo do trabalho se tornam ainda mais agressivos para os jovens pertencentes à classe dos trabalhadores assalariados. Para o autor,

[...] os jovens oriundos das classes exploradas encontram-se numa situação ainda mais grave se relacionarmos aos problemas dos trabalhadores [...] um processo de superexploração e precarização da força de trabalho e, ao lado disso, crescimento do desemprego. (VIANA, 2015, p. 70)

Para o autor, essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores), de gênero, bem como das regiões geográficas, entre outros aspectos. Sendo assim, entende-se que os jovens são afetados diferentemente mediante sua condição social de vida, devido a desigualdade social. Desigualdade que não só se remete à pobreza, mas à desigualdade de oportunidades, de acesso, dentre outras. Diante disso, a(s) juventude(s) estão em condição de desigualdade entre si, devido as condições sociais vivenciadas.

SILVA JUNIOR (2011) traz em seus estudos, a condição do *jovem pobre*. Entendendo esse grupo não apenas como aquele que possui determinada situação econômica, mas também como um jovem que não pertence a lugar nenhum: “um não-lugar socialmente determinado, por disposições morais e formas de agir no mundo.” (SILVA JUNIOR, 2011, p.27).

Trazendo a luz os estudos de ROBERT CASTEL, nesse sentido o jovem pobre estaria na zona de desfiliação, não pertencendo a nenhum espaço, com ausência de trabalho, acentuação da vulnerabilidade social e isolamento social. CASTEL (1998) aponta que existem 4 (quatro) modalidades de existência social, que chamou de: zona de integração, zona de vulnerabilidade, zona de desfiliação e zona de assistência. CASTEL (1998) afirma que o espaço de existência social que mais cresce é o da desfiliação, que está relacionada às mudanças nas

relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem rupturas em relação ao status social no qual cada indivíduo deve estar inscrito.

O autor relata que a desfiliação está relacionada às mudanças nas relações de trabalho, nas redes de sociabilidade primária e na forma como emergem rupturas em relação ao status social no qual cada indivíduo deve estar inscrito. Ressalta ainda que o processo da precarização do trabalho e a perda de garantias trabalhistas provocaram uma vulnerabilidade de massa, pois muitas pessoas ficaram privadas da proteção e do reconhecimento moral, ambos garantidos pelo trabalho assalariado. E que a precarização e a escassez desta forma de trabalho produziram uma transformação na questão social, potencializando a produção dos “desfiliaados”, isto é, estrangeiros, vagabundos, incapacitados, que ficam em uma zona de assistência, seja do Estado ou de outras organizações.

Segundo o autor

[...] o problema com o qual se defrontam estes jovens não é estar fora da sociedade, nem quanto ao espaço que ocupam, nem quanto ao estatuto deles. Contudo, eles também não estão dentro, visto que não ocupam nenhum lugar reconhecido e muitos dentre eles parecem pouco suscetíveis de encontrar este espaço. (CASTEL, 2008, p. 40).

Ou seja, para o autor, os jovens de periferia, que segundo a elite faziam parte do que se denominou de “classes perigosas” resgatando aspectos históricos como a criminalização dos vagabundos da sociedade pré-industrial são discriminados e vivenciam as consequências de estarem às margens/fora da sociedade.

Ressalta-se que Castel em seus estudos analisava a juventude francesa e descendentes de imigrantes, porém mesmo não sendo suas análises sobre a realidade brasileira, existe uma simetria entre as vivências das periferias baseadas na ausência de condições de igualdade no tratamento dos cidadãos em ambas as localidades, onde segundo ele ocorre o que chamou de discriminação negativa, que opera nos contextos onde o acesso ao trabalho e aos bens produzidos pelos trabalhadores são extremamente desiguais.

No que se refere a desigualdade social no Brasil, CORREA (2008) aponta que os jovens são situados socialmente em dois extremos. *Os jovens abastados*, que seriam os atores responsáveis para assumir o encargo da reprodução de uma sociedade moderna, e os *jovens desfavorecidos*, que seriam os responsáveis e as vítimas da reprodução de um tipo de submundo da modernidade.

Os jovens brasileiros possuem algumas restrições estruturais, tais como origem familiar ou social e gênero, que reduzem suas opções de escolhas. Para CORREA (2008) as chances são

poucas quando os jovens não têm meios para se constituir como autores plenos de suas biografias.

De acordo com estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) – o trabalho pode ter múltiplos significados, que variam fortemente de acordo com a origem social, sexo, região de moradia, entre outras variáveis. Ainda de acordo com estudos publicados pela OIT em 2015, o desemprego entre os jovens brasileiros era, à época, duas a três vezes maior do que o desemprego entre os adultos. Isto posto, o trabalho como possibilidade de independência/autonomia tem sido um dos motivos que levam os jovens a buscarem sua inserção no mercado de trabalho, independentemente de sua origem social.

SILVA JUNIOR (2011) afirma que

a distribuição desigual da renda é efeito da concentração da maior parte do montante de capital disponível nas mãos de uma parcela privilegiada da população, que goza das vantagens e oportunidades dadas a ela, enquanto outros grupos da sociedade vivenciam situações de exclusão e condições mínimas de dignidade e exercício da sua cidadania. [...] O problema da pobreza não é, portanto, da escassez de recursos e sim da sua (má) distribuição entre os indivíduos. (SILVA JUNIOR, 2011, p.27)

Parafraseando VIANA (2015), a desigualdade gera desafios contundentes para os jovens oriundos da classe mais abastada de recursos. Sendo um grande desafio superar as especificidades do sistema de produção que estão inseridos impões para essa juventude que vêm o trabalho como uma necessidade e não como escolha.

Apesar do objetivo deste estudo não ser aprofundar a questão de classes sociais, é notório que ao falar de Juventude e Trabalho, as especificidades de classe social (sobretudo as mais populares) está intrínseca a discussão.

Um jovem de uma zona rural por exemplo não atribui à sua faixa etária a mesma significação que um jovem da cidade, tampouco os de setores marginalizados e das classes de alta renda econômica. E tais fatos precisam ser considerados.

O estudo que será apresentado nos capítulos seguintes, versará sobre este jovem oriundo da classe trabalhadora, pois mediante o resultado da pesquisa, é este o perfil dos jovens inseridos no Serviço Militar Obrigatório.

Neste sentido, os jovens periféricos que vêm enfrentando desafios diários para sua sobrevivência podem enxergar o Serviço Militar Obrigatório como um local de fonte de renda, trazendo a possibilidade de remuneração e direitos (mesmo que por um período determinado) para este público que vive em constante negação de direitos.

1.2.1 Breve reflexão sobre a relação juventude(s) e raça no Brasil

Veremos no Capítulo 3 desta dissertação, quando será apresentado o resultado da pesquisa realizada, que a maioria dos sujeitos da pesquisa pertencem a população negra e devido a isso faz-se necessário incluir nesse estudo, ainda que de forma breve, reflexões sobre a juventude sob o recorte racial, uma vez que a cor da pele, quanto mais escura, mais se torna uma marca que estigmatiza, que limita, que viola direitos.

No Brasil, após a abolição da escravidão, uma enorme massa de negros libertos invade as ruas do país sem moradia, sem trabalho, em condição miserável, fruto da apropriação da elite por quase quatro séculos. O negro foi condenado à periferia da sociedade de classes, como se não pertencesse à ordem legal. O que o expôs a um extermínio moral e cultural, que teve sequelas econômicas e demográficas.

Segundo Sampaio (1997), em seu artigo sobre “Genocídio da Juventude Negra no Brasil”, não houve uma política de inserção do negro na sociedade brasileira, considerando que muitos dos negros libertos não tinham para onde ir, não tinham onde trabalhar, e em diversos casos continuaram nas fazendas em que trabalhavam em troca de alimento.

A autora ressalta ainda que no dia seguinte à abolição da escravidão foi sancionada a “lei da vadiagem”, que criminaliza os cidadãos que ficavam nas ruas sem trabalho. Uma clara tentativa de criminalização dos que acabavam de conquistar a liberdade e o início de uma política de encarceramento da população negra. Para a autora, essa política institucionalizou e estruturou o racismo em nossa sociedade colocando o negro como socialmente inferior às outras etnias.

Dessa forma, as consequências da escravidão se fazem presentes na população negra e que muitas são as disparidades vivenciadas por estes até os dias atuais. O racismo é uma das principais causas históricas da situação de violência e letalidade a que a população negra está submetida. O racismo é estruturante dos padrões capitalistas de apropriação/expropriação do trabalho e está arraigado em nosso imaginário, práticas e nas estruturas sociais.

Essas disparidades e violências estão presentes ao longo da vida da população negra e dessa forma perpassam e afetam os jovens. Para GOMES E LABORNE (2018) a morte letal de jovens negros não é causada apenas devido ao fato de serem na sua maioria pobres e viverem em situação de maior vulnerabilidade. Ela é atravessada fortemente pela raça. Ou seja, ser negro é um determinante para que a violência incida com mais força sobre essa parcela da população.

Para as autoras, dentre as causas do extermínio da população negra teríamos: a violência urbana, a pobreza e a vulnerabilidade social, o tráfico, a ausência de uma política democrática de segurança. Somado a elas existiria, ainda, toda uma situação de falta de acesso à educação escolar, a ausência de equipamentos públicos de lazer nos bairros pobres, vilas e favelas, baixa ou pouca inserção no mercado de trabalho de maneira digna, pouco acesso aos bens culturais, disputa entre os próprios jovens resultando em morte por armas de fogo.

Assim, a nossa sociedade é capaz de produzir uma série de mecanismos que acobertam e garantem impunidade aos violentadores e aos agressores. E acusam os jovens negros, mesmo que eles não sejam culpados. A periferia e a favela como locais de moradia, são suficientes para que o extermínio seja decretado.

O negro de um modo geral é visto pelos poderes instalados e eivados de branquitude como ameaça, exterminá-lo também pode significar impedir a continuidade de toda uma geração e uma raça considerada inferior. Dessa forma, é importante compreender que a violência que recai sobre a juventude negra tem raízes históricas e profundas, onde quanto mais desiguais os sujeitos se encontram na vida social, mais o medo do outro, do diferente é produzido naqueles e por aqueles que ocupam o topo das relações de poder. Portanto, quanto mais se luta por justiça social e igualdade e os segmentos discriminados conseguem algum tipo de mobilidade social e melhoria de condições econômicas e de vida, mais as elites têm medo de que eles se aproximem e acirram as formas de pará-los.

GOMES E LABORNE (2018) refletem que o racismo historicamente reproduzido nas relações de poder, reeditado e acirrado pelo sistema capitalista, beneficia-se dos efeitos psicológicos que consegue produzir, principalmente, nas elites e na classe média. Um deles é o medo. As classes detentoras do poder econômico, político e midiático induzem grande parte da sociedade a se sentirem vítimas de determinados coletivos sociais sendo a população negra é um destes.

De acordo com pesquisa realizada pelo Grupo de Estudos sobre Violência e Administração de Conflitos (GEVAC) da Universidade Federal de São Carlos em 2015, os homicídios de jovens negros e pobres no Brasil, entre 1980 e 2010, mais de um milhão de pessoas foram vítimas de assassinato, e o homicídio é a principal causa de morte de jovens de 15 a 29 anos, atingindo principalmente jovens negros do sexo masculino, com baixa escolaridade, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Entre 2001 e 2011, ocorreram 547.490 homicídios, sendo que entre as vítimas 188.378 (34,4% do total) eram brancas e 354.435 (64,7% do total) eram negras, segundo Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/DATASUS).

Sendo assim, considerando toda desigualdade existente, entende-se que para superar o racismo e a desigualdade racial, as políticas sociais necessitam ser formuladas com a intenção de corrigir desigualdades raciais que tornam ainda mais precárias a situação de pobreza, vulnerabilidade, fome e violência da população negra brasileira, seguindo a lógica da afirmação racial.

Dar importância e continuidade no movimento iniciado nas décadas passadas onde não se pode negar que, mesmo de forma tímida e ainda insuficiente, tivemos ações recentes que ampliaram o debate sobre o racismo e o extermínio da população negra. Ações políticas e jurídicas sobre a temática ganharam espaço na cena política através da edição de políticas de igualdade racial desenvolvidas pelo governo federal, entre os anos de 2003 a 2016. Bem como a criação de ações afirmativas consideradas constitucionais, em 2012, pelo Supremo Tribunal Federal (STF) causaram uma inflexão no acesso da população negra a setores antes por ela pouco ocupados: universidade e concursos públicos.

As ações afirmativas explicitaram tensões sobre as diferentes interpretações sobre raça, quem é negro e quem é branco, no Brasil, contribuiu para a visibilidade da luta quilombola pelos seus territórios, visibilizou a questão do direito à regulamentação dos territórios, publicizou os atos de intolerância/violência religiosa praticados contra as comunidades e povos de religiões afro-brasileiras.

Em 2017, o Brasil aderiu à campanha nacional: "Vidas Negras". Reafirmando o compromisso de implementação da Década Internacional de Afrodescendentes, o Sistema ONU Brasil lançou no Mês da Consciência Negra de 2017, a campanha nacional “. A iniciativa buscou ampliar, junto à sociedade, gestores públicos, sistema de Justiça, setor privado e movimentos sociais, a visibilidade do problema da violência contra a juventude negra no país. O objetivo era chamar atenção e sensibilizar para os impactos do racismo na restrição da cidadania de pessoas negras, influenciando atores estratégicos na produção e apoio de ações de enfrentamento da discriminação e violência.

Esse período foi um contexto em que os negros e as negras e as suas demandas ganharam maior visibilidade pública e política. A juventude negra passou a circular em espaços que antes lhes eram interditados, a consciência racial e periférica assumiu novos contornos e um perfil mais indagador e de denúncia.

Sabemos que nos tempos atuais a política de enfrentamento ao racismo e tantas outras estão sendo atacadas e desmobilizadas, gerando um retrocesso, no entanto se faz cada vez mais necessário o fortalecimento de ações para que os direitos sociais dessa população sejam garantidos.

1.3 Juventude(s) e trabalho: políticas públicas no Brasil

Ao analisar as políticas para a juventude, nota-se que as ações do Estado não perpassam pela discussão sobre as diversas juventudes apresentadas acima. As ações são focalizadas em determinados grupos de jovens.

Segundo GONZALEZ (2009), o debate sobre as questões que envolvem juventude, trabalho e políticas públicas, fortalecido no início dos anos 2000, é recorrente na agenda política do país à época. Segundo o autor, dois aspectos se destacam nesse espaço: o primeiro deles refere-se às mudanças no mundo do trabalho que afetaram os jovens e implicaram no aumento do desemprego juvenil entre 1990-2000 e o segundo aspecto, resulta dos processos de inserção precoce no trabalho e mostra que o trabalho é parte da experiência juvenil.

Antes de falar sobre política para o jovem no Brasil, faremos um apanhado geral sobre como foram as ações do Estado frente as questões sociais desde seus primórdios, a fim de contextualizar as motivações para o surgimento das políticas sociais, educacionais e de emprego, políticas estas que consideramos essenciais quando se fala de juventude.

As ações do Estado frente as questões sociais, sempre visaram responder aos chamados “problemas sociais”. E no campo da juventude essas ações não seriam diferentes.

Por política pública entende-se “um conjunto de ações realizadas pelo Estado que visam equacionar problemas políticos e sociais, objetivando responder as demandas apresentadas pela sociedade civil”. (WASHEIMER & FACHINETTO, 2013 p. 186). Ou seja, as ações não nascem das necessidades do Estado, mas sim da sociedade, conforme já apontada anteriormente.

As políticas públicas expressam-se em ações, programas, que são ofertados em todas as esferas de governos (Federal, Estadual e Municipal) podendo ter a participação direta ou indireta de entes públicos ou privados objetivando determinado direito para os diversos segmentos da sociedade, estando os jovens inseridos nesses segmentos. Deste modo, as

políticas públicas para a juventude, são políticas desenvolvidas pelo poder público que tem por finalidade responder as questões das juventudes.

A política social é uma das possibilidades de políticas públicas que se constituiu como forma de responder as expressões da questão social e “acalmar os ânimos” dos trabalhadores que se encontravam em luta por direitos, colocando em risco o sistema de produção capitalista.

Dessa forma, as políticas sociais se manifestam através de programas, projetos e ações continuadas, públicas ou privadas visando promover a garantia dos direitos da *classe que vive do trabalho*. Não obstante, é importante reafirmar seu caráter contraditório, pois, por fim, responde aos interesses do capital e não do operariado, devido a influência do sistema vigente no Estado.

De acordo com a BEHRING & BOSCHETTI (2011), a política social ao longo dos anos teve influência de matrizes teórico-metodológicas funcionalista, idealistas e por fim, a tradição crítica. Tendo por base as perspectivas críticas da temática, as políticas sociais surgem para subsidiar os trabalhadores no campo da proteção social que passa a ser promovida pelo Estado, para “apaziguar” as discrepâncias apontadas pelo capital. Sendo assim, a política social está relacionada à configuração da questão social, e como resposta do Estado às lutas de classes sociais.

BEHRING & BOSCHETTI (2011) apontam dois aspectos importantes na abordagem da política social – o econômico e o político. O econômico diz respeito à função do lucro e está diretamente ligada à redução dos custos e elevação da produtividade. Já o político, refere-se à legitimação das forças do sistema de produção vigente, visando a adequação dos trabalhadores ao sistema.

Ressalta-se que na contemporaneidade, devido ao fortalecimento do paradigma neoliberal, o Estado se distancia ainda mais de seus deveres com a área social. De acordo com as autoras supracitadas, esse período foi marcado pelo avanço da mercantilização e pela forte retração do Estado, por uma combinação fortíssima entre globalização e neoliberalização da economia.

Com isso o Estado minimiza suas ações no sentido de se desresponsabilizar pelas contradições sociais exacerbadas pelo processo da globalização. O poder público passa a reduzir os seus gastos com a área social e passa a convidar a sociedade a dar respostas às situações com a refilantropização dos serviços sociais. (Estado Mínimo), fazendo com que os direitos, até então alcançados, fiquem ameaçados.

Diante disso, como não existe direito sem sua concreta realização e sem suas mediações a política social, no Brasil, opera de forma descontínua, incompleta, seletiva e não democrática, com o intuito inicial de controle da classe trabalhadora.

No âmbito internacional, segundo estudo das autoras SILVA & SILVA (2011), a discussão mais efetiva sobre a importância do segmento juvenil, dentro das políticas públicas, surge a partir dos compromissos firmados pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1965, na *Declaração sobre a Promoção entre a Juventude dos Ideais da Paz, Respeito Mútuo e Compreensão entre os povos*.

Essa temática retorna e ganha maior visibilidade, em 1985, com a instituição pela ONU do primeiro *Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz*. Somente dez anos depois, em 1995, foram construídas as estratégias internacionais de enfrentamento dos desafios da juventude, por meio do Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, pela Resolução nº 50/1981. Posteriormente, destacam-se a *Declaração de Lisboa* sobre a Juventude, lançada após a I Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pelos Jovens, em 1998, e o *Plano de Ação de Braga*, com origem no Fórum Mundial de Juventude do Sistema das Nações Unidas (IPEA *et al*, 2009).

No Brasil, pondera-se que as primeiras ações para esse público estavam inseridas e atreladas às ações voltadas para a criança e adolescente, visto que não existiam legislações, até então, que fizesse essa distinção. Tal especificação foi feita nos anos 2000, com a entrada em cena dos movimentos juvenis que passaram a disputar espaços nas pautas governamentais, o que acabou contribuindo com a publicação de legislações específicas.

No que se refere as intervenções iniciais do Estado voltadas para as crianças e adolescentes, ressalta-se que tinham caráter opressor e repressor. Em 1927, houve a criação do Código de Menores do Brasil que orientou a formulação de políticas públicas direcionadas a este público por longo período, pautando-se em medidas de enquadramento moral e social.

Na década de 40, surgiram as ações voltadas para a capacitação profissional, através da implantação da chamada REDE S (SENAI, SESI, SENAC etc.). Nesses espaços o jovem aprendia uma profissão e assim poderia se inserir no trabalho industrial, contribuindo na produção e reprodução da riqueza para o capital. Ou seja, já estaria apto para vender sua força de trabalho e ser mais um ator desse sistema.

Foi nesse período, mais especificamente em 1943 que foi aprovada o Decreto de Lei nº 5.452 em 1 de maio a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), a qual trazia em seu Capítulo IV, dos artigos 402 a 441, a regulação do Trabalho do Menor.

De acordo com SILVA JUNIOR (2011), na década de 1950, as políticas públicas continuavam direcionadas à profissionalização e ocupação do tempo livre do jovem, atendendo ao espírito desenvolvimentista do crescimento econômico brasileiro daquele período, permanecendo a ideia de que o jovem deveria ser preparado para servir à sociedade por meio do trabalho. Já na década de 1960, período marcado pela Ditadura Militar, o jovem foi visto como um baderneiro e infrator e tratado como tal.

A segunda metade da década de 1970 e os anos 1980 são marcados pelo surgimento de novas representações juvenis em setores populares e nos movimentos sociais. Em 1988, a Constituição Federativa do Brasil, trouxe a garantia do trabalho na condição de aprendiz, alterando alguns artigos existentes na CLT, regulamentando também alguns direitos ao jovem trabalhador na condição de aprendiz.

A década de 1990 iniciou com os ideais da redemocratização, após a promulgação da Constituição de 1988, chamada Constituição Cidadã. Com isso, surgiram novas propostas para o campo da juventude sendo a principal delas, a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990.

De acordo com o ECA:

[...] é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, 1990, art.4)

Considerando o Estatuto da Juventude (2013), no que diz respeito às questões de inserção no mercado de trabalho do jovem, as seções 2 e 3, respectivamente, versam sobre o direito a educação, e a profissionalização, trabalho e renda. Abaixo, citaremos os artigos 7º e 14º que compõe essas sessões:

Art. 7º O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada. (Estatuto da Juventude, 2013). Art. 14º. O jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. (Estatuto da Juventude, 2013).

Além disso, o ECA serviu como norte para as políticas públicas voltadas à juventude nas décadas seguintes. Nos 2000, como citado anteriormente, surgiram ações pensadas para a juventude.

A emergência das políticas públicas voltadas à juventude, sobretudo aquelas com foco no trabalho, no início da década de 2000, com o pressuposto de que a aprendizagem proporciona

a qualificação social e profissional adequada às demandas e diversidades dos jovens, orienta a criação da Lei da Aprendizagem, Lei n.º 10.097/2000.

A criação da Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000, chamada Lei da Aprendizagem que versa sobre as possibilidades legais de trabalho do jovem e afirma que empresas de médio e grande porte podem contratar jovens com idade entre 14 e 24 anos, em troca de descontos nos tributos e promoção social.

A referida lei versa, ainda, sobre as formas de contrato de trabalho, via carteira assinada com direitos trabalhistas assegurados, e período de contratação de até dois anos. Tem por objetivo proporcionar ao jovem a oportunidade de inclusão social com o primeiro emprego e desenvolver competências para o mundo do trabalho.

A chamada Lei da Aprendizagem e as demais legislações criadas posteriormente para operacioná-la, podem ser consideradas um avanço legal referente às inovações no âmbito da qualificação profissional do jovem, por proporem diretrizes voltadas para educação/formação/treinamento, visando adquirir competências que possam contribuir para inserção e manutenção do jovem no mercado de trabalho. Não se pode negar que tal ação se vislumbra em possibilidades de inserção possíveis.

Compreende-se que as ações propostas têm seu caráter contraditório, pois apesar de ser de suma importância considerando a possibilidade de inserção do jovem no mercado de trabalho formal diante de um espaço de poucas oportunidades, também é necessário refletir sobre as formas de inserção no mercado de trabalho, visto que esse jovem pode ser utilizado como mão de obra barata, cumprindo, até mesmo, funções que um profissional maduro e mais especializado deveria ocupar.

Sabe-se que a precariedade das relações de trabalho atuais gera essas contradições que tem como consequência a substituição dos postos de trabalho de trabalhadores experientes, porém extremamente especializados, por jovens que aceitam receber baixos salários em troca da primeira inserção no mercado de trabalho.

Outra ação pública voltada para a juventude nos anos 2000 foi a criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), pela Lei n.º 11.129/2005, instituindo a Secretaria Nacional de Juventude e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), está atualmente está incorporado no Programa Bolsa Família.

Em 2003, o Brasil implementou programa nacional para enfrentar a situação juvenil no mercado de trabalho, denominado Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE). O programa instituído pela Lei nº 10.748, tinha como objetivo promover a geração de postos de trabalho para jovens e prepará-los para a inserção no mercado. O PNPE tinha várias

linhas de ação, dentre elas a subvenção econômica, os consórcios sociais da juventude, a juventude cidadã, o empreendedorismo e responsabilidade social, bem como ações de reformulação da aprendizagem. Dirigia-se aos jovens entre 16 e 24 anos, desempregados e que atendessem aos seguintes requisitos: não ter vínculo empregatício formal anterior; ser membro de família com renda per capita de até meio salário-mínimo; estar matriculado e frequentando o ensino fundamental, médio ou cursos de educação de jovens e adultos.

No mesmo ano de 2003, houve o acordo, a nível internacional, assinado entre o Brasil e a OIT, que tinha como objetivo principal combater as situações que envolviam o trabalho, agregando anos depois ações específicas relacionadas ao trabalho e a juventude.

A Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTED) foi lançada, no Brasil, no ano de 2006 e tinha três prioridades:

- a) geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento;
- b) erradicação do trabalho escravo e a eliminação do trabalho infantil, especialmente em suas piores formas;
- c) o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como instrumento de governabilidade democrática.

Cabe destacar que para a OIT a noção de trabalho decente se apoia em quatro pilares estratégicos: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial, aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil; eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; d) diálogo social

Em junho de 2009, o governo brasileiro estendeu o desafio da promoção do trabalho decente para os jovens do país, ao instituir o Subcomitê da Agenda Nacional do Trabalho Decente para a Juventude (ANTDJ), formado por representantes do Governo e Sociedade Civil, com o objetivo de elaborar a agenda específica para essa parcela da população brasileira.

Cumprir informar que o foco da Agenda do Trabalho Decente para a Juventude no Brasil era voltado para os jovens entre 15 e 29 anos, respeitando o grupo etário atualmente considerado jovem no país (Emenda Constitucional nº 65, de 13 de julho de 2010), estando de acordo com as orientações já estabelecidas pelo Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e de Proteção ao Adolescente Trabalhador. Ou seja, parte-se do pressuposto de que os 16 anos constituem a idade mínima para o trabalho no país. Isso significa que qualquer tipo de inserção

no mercado de trabalho antes dessa idade deve ser combatido e erradicado, com exceção das situações de aprendizagem estabelecidas pela legislação.

Em 2010 foi lançada a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude. Esta agenda, foi fruto de um importante processo de diálogo social entre diversos órgãos do governo federal, centrais sindicais e confederações de empregadores, conselhos e outras organizações da sociedade civil, é coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) e pela Secretaria Nacional da Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, e conta com a assistência técnica permanente do escritório da OIT no Brasil, que em seus estudos, destacou quatro eixos prioritários na perspectiva da promoção do trabalho decente para a juventude:

- a) **mais e melhor educação:** elevação do acesso e qualidade em todos os níveis de ensino para os/as jovens, com igualdade de oportunidades e tratamento de gênero e raça, elevação da escolaridade, melhor ensino médio profissionalizante e tecnológico, ampliação do acesso ao ensino superior, mais e melhor acesso ao patrimônio cultural brasileiro; implementação de políticas públicas para garantir a observância efetiva da idade mínima de ingresso no mercado de trabalho conforme legislação brasileira vigente, e implementação da política pública de educação do, no e para o campo.
- b) **conciliação dos estudos, trabalho e vida familiar:** ampliar as oportunidades e possibilidades de conciliação entre os espaços do trabalho, dos estudos e da vida familiar e em sociedade para os/as jovens trabalhadores e estudantes, de forma que o trabalho não se sobreponha ou mesmo prejudique as trajetórias educacionais e de integração social.
- c) **inserção ativa e digna no mundo do trabalho:** mais e melhores empregos e outras oportunidades de trabalho para os/as jovens com igualdade de tratamento e de oportunidades, com ampliação das oportunidades de emprego assalariado e melhoria de sua qualidade; igualdade de oportunidades e de tratamento; promoção da saúde do/a trabalhador/a; combate às causas da rotatividade; acesso à terra, trabalho e renda no campo; melhorias na qualidade dos empregos, com ampliação das oportunidades no campo dos “empregos verdes¹”; geração de trabalho e renda

¹A OIT apoia o Ministério do Meio Ambiente no desenvolvimento e na implementação de políticas de proteção dos recursos e, ao mesmo tempo, de fontes sustentáveis de emprego e renda para a população local. Os programas incluem ferramentas para identificação de cadeias de valor sustentáveis e de capacitação das instituições públicas e privadas em nível local, estadual e nacional, aproveitando essas cadeias para inclusão produtiva. As experiências brasileiras bem-sucedidas são disseminadas através da Cooperação Sul-Sul.

através da economia popular e solidária, associativismo rural e do empreendedorismo.

- d) **promoção do diálogo social:** ampliar e fortalecer o debate sobre as alternativas e condicionantes para a melhor inserção juvenil no mercado de trabalho; estimular as condições de participação juvenil urbana e rural nos instrumentos de defesa de direitos do trabalho, na organização sindical e nas negociações coletivas.

De acordo a ANTDJ, essas prioridades devem ser explicitadas através de ações e programas voltados para cada um dos eixos.

Sabe-se que noção de Trabalho Decente, compreendida como aquele capaz de garantir condições dignas de vida, a efetivação desse pressuposto, sua efetivação é um grande desafio diante do sistema de produção vigente. Questionamentos de como implantar as ideologias do trabalho decente numa sociedade capitalista? Considerando que para o capital existir e se fortalecer é necessário ter a classe trabalhadora, que é a principal engrenagem para o funcionamento do sistema, sendo explorada, em condições precarizadas?

Ainda assim, mesmo tendo ciência dos desafios estruturais a serem superados, a construção de uma agenda nacional de trabalho decente para a juventude foi extremamente relevante, visto que o trabalho se faz presente na vida dos jovens, muitas vezes, até antes da idade legal para trabalhar (infância ou adolescência).

De acordo com documento apresentado pela OIT nos anos de 2014 e 2015, a parceria rendeu bons frutos, tais como:

- Criação de Agendas, Planos, Programas e Projetos de Trabalho Decente de maneira tripartite (nacional, local ou setorial), por intermédio da realização de pesquisas, fóruns temáticos, grupos focais e elaboração de documentos técnicos, além da articulação política necessária para a assinatura dos compromissos.
 - Promoção de igualdade de oportunidades e tratamento no local de trabalho, através da participação reuniões, encontros e espaços deliberativos.
 - Adoção e fortalecimento de políticas públicas para a formalização de trabalhadores e trabalhadoras;
 - Fortalecimento de políticas públicas e ações sociais para eliminação do trabalho forçado e do trabalho infantil, com a produção de pesquisas, indicadores e redação de documentos técnicos.
-

Em meio aos acordos do Brasil com as agências internacionais, foi aprovado em 2013, pela Lei 12.852/2013, o Estatuto da Juventude, representando um grande avanço na garantia dos direitos da juventude brasileira.

O Estatuto da Juventude determinou dentre outras questões, os direitos e deveres dos jovens, reafirmando garantias já previstas pela Constituição Federativa do Brasil. A base do Estatuto da Juventude é alicerçada em princípios, diretrizes e direitos com reflexos da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Código Civil (CC), da Lei do Sistema Único de Saúde (SUS).

O Estatuto da Juventude é composto por 48 artigos e divididos em dois títulos: o primeiro sobre os direitos e as políticas públicas (arts. 1 a 38) e segundo, sobre o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE (arts.39 a 48). Ressalta-se que a legislação faz um recorte do público-alvo de suas ações, que são pessoas com idade entre 15 e 29 anos e tem por finalidade a garantia dos direitos para os jovens, ampliando assim o alcance do Estatuto da Criança e Adolescente.

Sendo assim, o Estatuto da Juventude propõe a expansão das garantias dadas à infância e adolescência e a percepção do jovem como sujeito reconhecendo suas particularidades. Contudo, apesar de entender a importância e a necessidade de se pensar propostas nesse viés igualitário e emancipador, sabe-se que existem limites em um sistema com muitas especificidades a serem extrapoladas para efetivação dessa agenda.

A referida legislação foi resultado de ações de grupos sociais que através de espaços de fala e escuta, levaram os governantes a incluir a garantia de seus direitos a este público em sua agenda de ações públicas. Foi assim que em 2010, a palavra “juventude” foi agregada à Constituição Federal.

Devemos considerar que o Estado, historicamente, tem atuado nas questões sociais de forma reguladora, compensatória e controladora, não estando de fato, considerando a totalidade da ação. Não sendo destinado de fato a todos os jovens, mas sim àqueles que vivenciam algum tipo de restrição no acesso ao conjunto de direitos sociais disponíveis na sociedade.

Assim sendo, desde seus primórdios, as ações públicas eram voltadas para os jovens oriundos de famílias pobres. Não obstante, não podemos desconsiderar que as políticas públicas, têm, papel central na discussão da Juventude e Trabalho, sendo a forma do poder público atuar nas ações de enfrentamento as questões do jovem.

Dessa forma, as políticas públicas devem ser pensadas e elaboradas visando a melhoria das oportunidades e das condições para o jovem, seja em termos de educação, formação profissional ou inserção e participação no mercado de trabalho.

Sendo assim, entende-se que as políticas públicas voltadas à juventude devam atuar articulando os campos da educação e do trabalho. As políticas públicas de ingresso de jovens no mundo do trabalho no Brasil ainda precisam ser aprimoradas. Mesmo com a criação de legislações específicas, as ações do poder público para garantia do que preconiza a lei ainda são ineficazes, ou seja, é uma política de Estado que ao invés de dar oportunidades e condições de vida para a juventude pobre e periférica promove uma política de morte e encarceramento.

1.4 Reflexões sobre Juventude(s) e Educação no Brasil

Falar de juventude(s) e trabalho remete abordar, mesmo que de forma sucinta, a Educação, visto que essa relação perpassa pela política de educação, tanto na educação básica e superior, quanto na educação voltada para qualificação profissional.

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua **qualificação para o trabalho**”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, capítulo III, seção 1, artigo 205).

Com isso, “garantiu-se” que o Estado e a família devem promover a educação com vista a cidadania e qualificação profissional. Daremos ênfase maior a garantia de qualificação para o trabalho, uma vez que permeia nosso estudo.

O sistema educacional brasileiro atual está balizado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394, de 20.12.1996), assim como outras leis, decretos, portarias e resoluções que compõem o conjunto normativo da educação no Brasil. Segundo a LDB, a educação escolar é composta pela educação básica e pela educação superior.

A educação básica contempla a educação infantil (creche e pré-escola), o ensino fundamental e o ensino médio. Ela pode ser oferecida por meio do ensino regular, da educação especial e da educação de jovens e adultos. A educação superior, por sua vez, oferece cursos de graduação, pós-graduação, sequenciais e de extensão.

Além da educação escolar, a LDB ainda define a educação profissional e tecnológica nas modalidades de qualificação profissional, técnica de nível médio e tecnológica de graduação e pós-graduação.

Entretanto, apesar dos esforços para garantia da educação, em especial, a educação pública, conforme preconizam as legislações, o Brasil ainda necessita de avanços significativos.

Considerando o sistema capitalista, na qual a desigualdade e a divisão de classes são essenciais para o seu funcionamento, acredita-se que essa situação seja um grande desafio a ser superado, uma vez que a educação no sistema público, ofertado principalmente para as classes populares, não é a mesma ofertada nas instituições de ensino privado, onde o acesso é para os estudantes de classes mais favorecidas socialmente.

Parafraseando BOURDIEU (1970) a escola é um espaço de reprodução de estruturas sociais e de transferência de capitais de uma geração para outra. É nela que o legado econômico da família se transforma em capital cultural. E este, segundo o sociólogo, está diretamente relacionado ao desempenho dos alunos na sala de aula. Eles tendem a ser julgados pela quantidade e pela qualidade do conhecimento que já trazem de casa, além de várias “heranças”, como a postura corporal e a habilidade de falar em público.

De acordo com BOURDIEU (1970) “a educação é um processo cultural que assegura a reprodução social”, ou seja, a transformação social perpassa pela educação, assim, a educação tem a missão de contribuir na emancipação dos jovens.

Para CORREA

a educação oportuniza aos jovens a possibilidade de que se tornem eles mesmos, de que desenvolvam suas capacidades, de que se livrem da sua ‘herança social’, de que se tornem ‘indivíduos emancipados’, [...] o sistema de ensino deve contribuir mais do que nunca para a capacitação equitativa dos jovens, a fim de que tenham uma massa crítica – em termos quantitativos e qualitativos – capaz de agir de maneira reflexiva num contexto de economia globalizada, de sociedade do conhecimento e de cultura de massa. (CORREA, 2008, p. 22)

Segundo o autor, os estudantes mais pobres acabam encarando a trajetória dos bem-sucedidos como resultante de um esforço recompensado. Uma amostra dos mecanismos de perpetuação da desigualdade está no fato, facilmente verificável, de que a frustração com o fracasso escolar leva muitos alunos e suas famílias a investir menos esforços no aprendizado formal.

Considerando a parceria com a OIT que rendeu algumas pesquisas específicas nesse universo da juventude no Brasil podemos citar, a denominada **Trabalho Decente e Juventude – Transições da escola para o trabalho dos jovens homens e mulheres no Brasil**, cujo resultados foram descritos em um relatório apresentado, no ano de 2016, que concluiu como questões principais:

- a) Ainda que tenha ocorrido nos últimos anos, o crescimento da escolarização dos jovens, ainda há uma significativa defasagem escolar na juventude brasileira, que atinge quase 4 em cada dez jovens de 15 a 29 anos.
- b) As transições da escola para o trabalho de maior sucesso foram associadas mais frequentemente com os jovens do sexo masculino, de maior nível educacional, de renda familiar mais elevada e que residem numa área urbana. Quanto maior o nível educacional alcançado, maior é a probabilidade de se alcançar uma trajetória de trabalho ascendente.
- c) A necessidade de se ter políticas públicas que favoreçam a incorporação do aprendizado profissional ainda no ensino básico, garantindo que o término do ensino médio seja acompanhado por chances reais de ingresso ao mercado de trabalho, configuram-se como uma das medidas potencialmente mais eficazes para a futura inserção dos jovens em atividades de trabalho decente.
- d) A afirmação de que qualificação incompatível levanta uma preocupação por sugerir que os sistemas educativos e de formação profissional não preparam os/as jovens adequadamente para o mundo do trabalho. O fato de que 41% dos jovens ocupados que foram entrevistados estavam trabalhando em ocupações para as quais eram excessivamente ou insuficientemente qualificados reforça a importância de melhorar a qualidade das políticas educacionais e de formação profissional, inclusive para desenhar ou ajustar os cursos com um olhar voltado para as demandas do setor produtivo.
- e) A questão racial também suscita diferenças significativas no que se refere ao padrão de inserção no mercado de trabalho dos jovens de 15 a 29 anos. Além de ainda possuírem, em média, níveis de escolaridade um pouco mais baixos que dos brancos – uma disparidade que vem

sendo reduzida – os jovens pretos e pardos também possuem uma remuneração média advinda do trabalho inferior à dos demais, chegando a pouco mais de 80% do salário médio recebido pelos jovens brancos.

- f) Embora apresentem níveis educacionais um pouco mais elevados que os dos homens, as mulheres jovens (18 a 29 anos) ainda recebem, em média, rendimentos menores.

Tais conclusões servem de base para elaboração de ações para o enfrentamento de questões relacionadas ao tripé juventude/educação/trabalho, uma vez que se percebe que considerando dados mais recentes sobre escolarização, ainda se tem muito a progredir no enfrentamento na atualidade.

De acordo com a PNAD, do ano de 2019, das 50 milhões de pessoas de 14 a 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos.

Entre os principais motivos para a evasão escolar, os mais apontados foram a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). Entre as mulheres, destaca-se ainda gravidez (23,8%) e afazeres domésticos (11,5%). Entre os jovens de 18 a 24 anos, quase 75% estavam atrasados ou abandonaram os estudos, sendo que 11,0% estavam atrasados e 63,5% não frequentavam escola e não tinham concluído o ensino obrigatório (Fonte: PNAD – IBGE, 2019).

Em se tratando da inserção do jovem no ensino superior, a pesquisa Síntese de Indicadores Sociais (SIS), do IBGE, do ano de 2019, 32,7% dos jovens de 18 a 24 anos tiveram acesso ao ensino superior. Em um comparativo com o ano de 2016 que contava com 32,8% dos jovens na mesma faixa etária inseridos no ensino superior o que demonstra que além de não ter avanços nos últimos 3 anos, houve queda. Se considerarmos o recorte da desigualdade racial, segundo a SIS (2019), a desigualdade racial do Brasil também se reflete no acesso à educação, principalmente ao ensino superior.

Entre os jovens brancos de 18 a 24 anos, 55,7% não frequentam escola e não tem a etapa concluída, 8,2% frequentam a escola fora da etapa adequada e 36,1% estão na etapa adequada para a idade. Já entre os pretos e pardos, as proporções são de 68,9% fora da escola, 12,8% fora da etapa adequada e 18,3% na etapa adequada para a idade.

No que se refere ao acesso ao ensino médio, de acordo com pesquisa PNAD, em 2018, 11,8% dos jovens entre 15 e 17 anos estavam fora da escola, mesmo após as metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, de universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos até o ano de 2016. Assim como fez com o ensino superior, os pesquisadores compararam os resultados de 2016 e 2018 e identificaram que houve queda de 1 ponto percentual.

Sob esse ponto de vista, a inserção “bem-sucedida” no mercado de trabalho, está atrelada as oportunidades que este jovem teve e terá no decorrer de sua vida educacional, considerando que a desigualdade existente em nossa sociedade priva os grupos menos favorecidos do acessar educação de boa qualidade.

Apesar da juventude brasileira se esforçar para combinar trabalho e estudo, os dados evidenciam as dificuldades em realizar esta combinação, em função das longas jornadas de trabalho, que se agrava no caso das jovens mulheres pobres, sobre as quais ainda recai, em geral, a maior parte das responsabilidades pelos afazeres domésticos, da falta de qualificação escolar e profissional, dentre outras questões.

Sabe-se que apesar da educação ter papel central na construção de uma trajetória de trabalho decente para os jovens, não é somente ela que irá garantir a efetivação. Como já discutido anteriormente também é preciso considerar os múltiplos sentidos, o lugar e o valor atribuído à atividade laboral (a possibilidade de autonomia econômica, aquisição de identidade, dignidade pessoal, entre outros aspectos), na trajetória dos jovens brasileiros.

1.5 Juventude(s) e trabalho: mudanças contemporâneas e suas consequências para inserção do jovem no mundo do trabalho

Considerando que vivemos em sociedade de exploração do trabalho, onde o desenvolvimento das forças produtivas promove, constantemente, novas necessidades de consumo. Este processo acaba por produzir no indivíduo a falsa sensação de que a aquisição de objetos/coisas (que são produtos do trabalho do indivíduo) possa completar o vazio existencial deixado pelo trabalho alienado. Desta forma percebe-se que o consumo alienado alimenta o processo de trabalho alienado, pois quanto mais se produz, mais se consome e assim sucessivamente.

IAMAMOTO (2008) relata que “a força de trabalho é uma mercadoria que ao ser colocada em atividade, aliada aos meios e instrumentos de produção, transforma-se em

trabalho”. Dito de outro modo, o trabalho se torna resultado de um processo entre o homem e a natureza, no qual a natureza é regulada e transformada pela ação do homem.

De acordo com ANTUNES (2018) o trabalho sempre assumiu uma dimensão central e decisiva na história. O chamado por ele de “mundo do labor” vivenciou um pouco do trabalho compulsório, da escravidão, do trabalho livre, da servidão, dentre outras formas. O autor apresenta uma discussão sobre as formas de trabalho, iniciando com as atividades autônomas, realizadas pelos indígenas, até a chegada dos europeus no Brasil, que após isso, deixaram de produzir para seu consumo e foram obrigados a trabalhar de forma compulsória para os colonizadores. Depois, cita a brutalidade do trabalho escravo dos negros trazidos da África. Explana ainda, sobre as formas de trabalho, após a abolição da escravatura, com o advento da industrialização, onde os imigrantes europeus passaram a ser empregados e assalariados nas indústrias e os demais trabalhadores, sobretudo os negros, foram atuar no campo e nas cidades, em situação análoga à escravidão.

Com o surgimento e desenvolvimento do capitalismo e suas expressões, o capital encontra nos trabalhadores o caminho para a produção e geração de lucros. O trabalhador, que detém sua força de trabalho, passa a vendê-la em troca de salário, para os que detém os meios de produção. E assim, inicia a engrenagem da “troca explorada”. Ou seja, a sociedade burguesa encontra na classe trabalhadora a força propulsora da transformação.

Assim, “o proletariado é a classe que sofre a exploração mais intensa na sociedade capitalista e ao mesmo tempo é a única capaz de gerar a riqueza de que o capital se apropria”. NETO (2015, p. 106)

Ainda tendo por base a discussão de ANTUNES (2018), a situação de desregulação social e trabalhista mudou apenas a partir da década de 30, após muita luta dos operários industriais, levando o poder público a implementar legislações que protegiam o trabalho como forma de controlar os trabalhadores, uma espécie de moeda de troca que iria contribuir para cessar as reivindicações e assim continuar o processo de produção necessário para que o sistema não ficasse comprometido.

Para ANTUNES (2018) é cada vez mais crescente a quantidade de pessoas que dependem exclusivamente do trabalho para sobreviver e acabam sem opções de trabalhos estáveis a fim de fugir do desemprego. Segundo o autor, “em pleno século XXI, mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem de forma exclusiva do trabalho para sobreviver e encontram, cada vez mais, situações instáveis, precárias ou vivenciam diretamente o flagelo do desemprego”. (ANTUNES, 2018, p. 26).

HARVEY (2005) ao versar sobre a acumulação flexível, regime marcado por um confronto direto com a rigidez do fordismo que se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.

Ressalta que este período se caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado setor de serviços, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

A acumulação flexível é, na verdade uma forma encontrada pelo capital de manter ou aumentar a produção, sem aumentar o número de trabalhadores. Essa possibilidade se dá por meio do aumento da exploração da força de trabalho, exigindo do trabalhador uma nova configuração, ou seja, fazendo com que este seja mais qualificado, participativo, multifuncional e polivalente.

Podemos dizer que o sucesso desse regime é a fragilidade da classe operária, que se sente ameaçada diante das grandes crises capitalistas e sofre com as consequências do desemprego, cujas taxas têm atingido níveis altíssimos inclusive nos países capitalistas avançados.

Essa situação reflete na precarização dos contratos de trabalho, sendo estes muitas vezes de caráter temporário, além da terceirização dos serviços e descentralização da produção. Ocorreu também uma retração dos direitos trabalhistas e diminuição dos poderes sindicais com substituição das categorias sindicais pelo sindicato.

Para ANTUNES (2006), ocorre um processo contraditório que amplia o contingente de trabalhadores, mas reduz-se os empregos e se os mantém, estão em situações precarizadas em tempos que os direitos sociais vêm se extinguindo, consequência, segundo ele, da lógica destrutiva do capital que cada vez mais extermina empregos sólidos e recria espaços de trabalho informal, precarizado, intermitente e mal remunerados.

Considerando a premissa do trabalho como questão central na vida do ser humano, por depender dele para sua sobrevivência, o jovem trabalhador também é partícipe dessa relação e dessa dependência. O trabalho, ao lado da educação é a base de muitas das expectativas e projetos de vida deles.

O jovem é um dos atores sociais que compõe ou busca compor a classe trabalhadora e com isso também sofre as consequências das relações sociais capitalistas. Aspectos sobre as trajetórias e possibilidades de inserção no mercado de trabalho contemporâneo, a condição juvenil como elemento favorável ou dificultador da inserção desses indivíduos no mercado de trabalho, as possibilidades de acesso ao emprego que dispõe o jovem em meio à estrutura social atual e os efeitos da conjuntura na formação identitária do jovem contemporâneo, são questões intrínsecas no estudo da relação entre juventude e trabalho.

A relação dos jovens com o mundo do trabalho não se estabelece de maneira igualitária. Além disso, os jovens se inserem no mundo do trabalho por motivos diferentes e dão a ele significados distintos.

CORREA (2008) aponta como desafio para os jovens brasileiros: como se tornar um indivíduo emancipado numa sociedade marcada por desigualdades? Em especial, como garantir trabalhos protegidos que se expressem não apenas pela existência da carteira assinada, mas que sejam um trabalho que lhes permita remuneração e tempo livre suficiente para viver a vida.

FERNANDES (2008) aponta que a análise do processo de inserção do jovem no mercado de trabalho brasileiro não pode ser dissociada das características concentradoras e excludentes do processo de desenvolvimento socioeconômico brasileiro, responsável pela construção de uma das nações com os mais elevados índices de desigualdade econômica, regional e entre diversos segmentos da sociedade. Aponta ainda que se pensarmos que para os negros, seus descendentes e os mestiços, do Brasil, a libertação teve significado excludente, visto que os então “livres” não tiveram muitas escolhas de sobrevivência, pois continuavam excluídos dos benefícios promovidos pela economia cafeeira e pelo lento processo de diversificação da estrutura produtiva e social.

O Brasil da República Velha era um país com uma população muito jovem. Segundo dados do Censo de 1920, que os autores apresentaram, numa população total de 30,6 milhões de habitantes, 21,9 milhões de pessoas (71,5%) tinham até 29 anos, mais de 13 milhões (41,1%) tinham até 14 anos, e 6,4 milhões (20,9%) tinham até 6 anos de idade. Ressaltam também que o Brasil da República Velha, além ser um país de jovens, era um país pobre, com uma renda *per capita* baixa e fortemente concentrada. (SANTOS & GIMENES, 2015).

Nesse contexto, com a pobreza das famílias e as dificuldades de acesso a um sistema educacional extremamente reduzido e limitado às elites e às classes médias abastadas, (não muito diferente dos dias atuais) boa parte da população infantojuvenil seria empurrada para o trabalho: nas atividades de subsistência no meio rural e urbano; como ajudantes do trabalho familiar; como trabalhadores por conta própria em atividade extremamente precárias no meio

urbano; como assalariados nas ocupações associadas ao trabalho manual, às extensas jornadas, aos reduzidos rendimentos, a elevados índices de acidentes de trabalho, especialmente na construção, na indústria têxtil, nas atividades agrícolas e extrativas, no comércio informal.

Faz-se necessário ressaltar, que atualmente, não se teve mudanças tão relevantes nas condições supramencionadas. Observa-se que a inserção no mercado de trabalho do jovem das classes populares ocorre de forma parecida, mesmo depois de um longo período, lógico que com algumas poucas garantias sociais conquistadas como respostas das reivindicações da classe trabalhadora pelo Estado, na contemporaneidade. No entanto ainda se dá de forma excludente e com poucas possibilidades de escolha.

Retomando o breve apanhado histórico sobre a inserção do jovem no mercado de trabalho no Brasil, SANTOS & GIMENES (2015) destacam o período de industrialização e sua transformação das estruturas econômicas e sociais como essencial para o crescimento econômico acelerado, particularmente no pós-guerra, e assim no aumento da renda per capita brasileira e aumento da população.

Estudo apontam que o crescimento econômico acelerado e o avanço da industrialização resultaram na migração rural urbana das mais intensas do século XX. Entre 1950 e 1980, quase 40 milhões de brasileiros deixaram o campo e migraram para as áreas urbanas em busca das oportunidades geradas pela industrialização, fortemente concentradas na região Sudeste do país, particularmente na Região Metropolitana de São Paulo.

Nos quadros de rápida urbanização do Brasil e das oportunidades de emprego nos grandes centros urbanos, observa-se uma intensa mobilidade social ascendente, a formação de uma “nova classe média” e a queda acentuada da pobreza.

Contraditoriamente, e em razão do modelo de produção vigente ter em seu traço a concentração da riqueza, houve acentuação das expressões da questão social. A capacidade de produzir riqueza material que transformou a estrutura social, não foi capaz de eliminar a pobreza, nem tampouco, diminuir a desigualdade social. O que se observou foi a permanência dos níveis de desigualdade, pobreza, analfabetismo, mortalidade infantil, entre outras mazelas, em meio a um acelerado crescimento econômico.

Com isso, amplia-se a necessidade dos membros das famílias da classe dos trabalhadores, estarem no processo de produção, através da venda de seu trabalho e assim contribuir na renda familiar.

Dessa forma, para maioria da população pobre da sociedade, à época, (negros, mulatos, mestiços, brancos migrantes ou residentes nas regiões mais pobres), a estratégia de melhoria de

vida ou de ascensão social passou pela manutenção das crianças e jovens no mercado de trabalho, que iniciavam o trabalho até mesmo com menos de dez anos de idade.

De acordo com os estudos de SANTOS & GIMENES (2015) no início da década de 1980, a taxa de participação dos jovens brasileiros no mercado de trabalho era uma das mais elevadas da América Latina, maior em comparação a muitos países com mesmo grau de desenvolvimento e incomparavelmente superior aos países desenvolvidos. Entretanto, as formas de inserção, variavam de acordo com sua condição juvenil.

A parcela dos jovens egressos das famílias mais bem situadas na estrutura social, especialmente das regiões mais desenvolvidas do Sudeste, foi extremamente beneficiada pelas novas oportunidades de escolarização formal, inclusive no ensino médio e no superior, assim como pela facilidade de ingresso em boas condições num mercado de trabalho extremamente dinâmico. Em contraponto, os jovens oriundos das famílias mais abastadas da sociedade, eram inseridos em condições adversas, assim como seus familiares, visto que não tinham as mesmas oportunidades e condições de igualdade dos demais.

No Brasil, nas décadas de 80 e 90, o cenário do mercado de trabalho, foi marcado por crises externas, elevação da inflação, reformas e políticas econômicas neoliberais, reduzido crescimento econômico, que contribuíram para deteriorar o mercado de trabalho nos anos 1980 e provocar uma profunda desestruturação do mercado e das relações de trabalho no Brasil nos anos 1990.

De acordo com o Documento denominado Agenda Nacional do Trabalho Decente, nos anos 2000, houve um aumento da inserção do jovem no mercado de trabalho, decorrentes das políticas em curso que visavam contribuir para inserção dessa população. No entanto, mesmo diante do aumento citado, sabemos que embora as ações sejam importantes, não respondem à problemática do trabalho para a juventude como um todo, tendo tempo e público determinados. Também considerando o estudo apresentado na Agenda Nacional do Trabalho Decente, não se observa nessas ações públicas, a proposição de ações que considerem a diversidade de relações que a heterogeneidade do segmento juvenil estabelece com o trabalho, o estudo ou com ambas as esferas simultaneamente.

Sendo assim, mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso do desemprego e do trabalho precário.

Portanto, num contexto de crise econômica, transformações estruturais adversas ao emprego e aos trabalhadores, assim como de elevação da taxa de participação juvenil, os

impactos sobre a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho foram imensamente adversos e assim como os demais trabalhadores sofreu com o período de recessão e mudanças.

As mudanças produtivas ocorridas nas últimas décadas do século XX trouxeram novos processos de trabalho que impactaram o mundo do trabalho. Novas formas de produzir, novos postos de trabalho com a introdução da tecnologia e assim novas demandas para os trabalhadores. Pode-se citar em relação às formas de se reinventar do capital a chamada reestruturação produtiva que intensificou a exploração do trabalho e provocou muitas mudanças na forma de produzir e na perda de direitos já alçados.

Os jovens são representantes de um segmento social com claras dificuldades de inserção no mercado de trabalho nesse contexto pós-sociedade salarial, sobretudo quando se fala de inserção qualificada. Os jovens, principalmente os de classes mais desfavorecidas, precisam lidar com um grande paradoxo, que é ser jovem demais para assumir responsabilidades, ter experiência e devido a isso, assumem o lugar de sujeitos menos preparados; e, ao mesmo tempo, são obrigados, devido às suas condições objetivas de vida, a estarem prontos para o trabalho e assim assumirem as responsabilidades que estão atreladas a isso.

Para CORREA (2008) é importante ressaltar que quando se fala em inserção profissional, é preciso sublinhar que para boa parte dos jovens o trabalho é uma necessidade e acabam inseridos em subemprego, trabalhos ilegais e em condições precárias ou de risco.

É inegável o lugar do trabalho na constituição da vida social e das individualidades. Contudo, é evidente que ele já não possui o papel integrador que assumiu em outros momentos da história das sociedades notadamente as de dimensão urbana. A identidade do trabalho se articula com outras dimensões sociais tais como: gênero, raça, geração ou território e cultura.

Segundo CASTEL (2010), em um quadro de desproteção do trabalho a valorização do empreendedorismo individual, pode ser representada como espaço um existencial de liberdade e possibilidade de criação autônoma frente aos antigos mecanismos de gestão e controle do trabalho dos criadores culturais.

Jovens trabalhadores informais, assalariados, terceirizados, sub ou não remunerados, criadores e agenciadores culturais inventam suas vidas de trabalho em diferentes contextos societários e de mercados que não estão dados de antemão e cuja fluidez desafia os esforços de investigação. Mesmo diante de graves restrições no campo da proteção social e da existência de oportunidades reais de inserção produtiva, jovens buscam alternativas e inventam a vida de diferentes e criativas maneiras.

Segundo a OIT, em 2017, quase 70,9 milhões de jovens estavam desempregados no mundo, o que equivale a uma taxa de desemprego juvenil global de 13,1%. Jovens têm três

vezes mais chances de estarem desempregados do que adultos. Três de cada quatro jovens no mundo trabalham em empregos informais. Em países emergentes e em desenvolvimento, 16,7% dos jovens trabalhadores vivem com renda inferior à linha da extrema pobreza (US\$ 1,90 por dia). Os estudos apontam ainda que entre 2017 e 2030, a força de trabalho global juvenil irá aumentar em 25,6 milhões. Estes jovens trabalhadores irão precisar de empregos.

Em se tratando da realidade brasileira, de acordo com dados da PNAD 2019, a taxa de desemprego entre a população de 18 a 24 anos foi de 25,7% no terceiro trimestre. De um total de 12,5 milhões de desempregados, 3,9 milhões eram jovens. Isso significa que 31,9% dos desempregados no país possuíam entre 18 e 24 anos.

Desde a crise mundial que marcou a desestruturação do mundo do trabalho, o Estado e as múltiplas instituições sociais, contudo, não geraram os suportes suficientes para apoiar o trânsito dos jovens dos setores empobrecidos da sociedade rumo à vida adulta. Em sociedades onde o trabalho se tornou flexível, precário e desprotegido o campo da inserção laboral torna-se cada vez mais incerto e individualizado. Os intensos processos de terceirização da força de trabalho, da diminuição da relevância dos sindicatos e da predominância nos mercados das empresas de intermediação da força de trabalho dão o tom desse processo de fragmentação do campo laboral.

Segundo MUNIZ (2019) à medida que os mercados de massa não atendiam mais aos interesses vigentes, os novos métodos de produção se ocuparam de uma crescente diferenciação nos tipos de produtos fabricados. Nesse momento, a ênfase deixa de ser produzir em série, produtos idênticos e em grande quantidade, como durante o fordismo, e se desloca para a diferenciação, para o estilo e para a qualidade do produto. “Novas tecnologias fornecem os meios pelos quais se pode realizar vantajosamente esta produção flexível”.

Ainda segundo o autor, os processos de globalização e reestruturação produtiva que surgiram a partir do esgotamento do modelo de acumulação anterior, trouxe alterações não apenas na forma de produzir, mas também nas relações entre empregados e trabalhadores.

A flexibilização deixa de ser característica apenas do modo de organização produtiva, para ser também característica das relações trabalhistas. Flexibilizam-se os contratos de trabalho, o que acarreta perdas significativas para os trabalhadores das garantias sociais preservadas até então [...] (Muniz, 2019, p. 73)

As consequências dessas medidas são a reconfiguração do trabalho com perda da estabilidade, de direitos trabalhistas anteriormente garantidos, fragilidade nas relações e condições de trabalho, subempregos e desemprego estrutural.

Um conjunto de medidas, articuladoras de velhas e novas formas de exploração do trabalho, passou a redesenhar a divisão internacional do trabalho, alterando de forma significativa a composição da classe-que-vive-do-trabalho nos diferentes países do mundo, patamares salariais e condições de existência cada vez mais rebaixados. (ANTUNES, 2018 p. 137).

Para NASCIMENTO (2011) novos fenômenos como globalização financeira, novas técnicas de produção e ampliação do setor de serviços, provocaram o surgimento de formas de trabalho desprotegidas e desreguladas em um quadro que, por vezes, parece remeter a tempos que pareciam superados.

Esse novo modelo de acumulação traz a flexibilização como uma de suas principais características, que pode ser vista como um produto desse processo que ganhou o status de novo paradigma da organização dos processos de trabalho.

As características desta flexibilização apresentam-se de várias formas: no processo produtivo, nas jornadas de trabalho, nas formas de contratação e demissão e, principalmente, nos vínculos empregatícios. Nesse contexto, o emprego considerado estável e por tempo indeterminado, cede lugar a formas flexibilizadas de trabalho por tempo determinado, por tempo parcial, por conta própria e não registrado.

O cenário atual mostra que as relações de trabalho adquiriram a forma do capital financeiro, flexível e volátil cujas transformações produzem um ambiente com características novas, no qual surgem instabilidades, riscos, incertezas, inseguranças e adaptabilidades que marcam as relações sociais em torno do mundo do trabalho.

Esses novos aspectos do mundo do trabalho flexibilizado, provocam efeito social mais direto no trabalhador, especialmente na forma como ele passa a se perceber e percebe o trabalho. Passa a se considerar as características pessoais do empregado e sua adequação ao trabalho, destacando: a aparência, idade, raça, gênero, nível de escolaridade, entre outras.

Segundo MUNIZ (2019) essas características são critérios observados para a entrada e permanência de um indivíduo nesse novo mercado de trabalho. As responsabilidades para a adaptação a esse mundo do trabalho em construção, recaem tão somente sobre o trabalhador, que é apontado e passa a se ver como único responsável pelo seu sucesso ou fracasso profissional. Nesse sentido, o trabalhador que não é bom o suficiente, que não se especializou o suficiente, não considerando assim, fatores externos inerentes ao sistema de produção, que afeta diretamente as questões do mercado de trabalho.

BARONI & LARANJEIRAS (2017) versam sobre a constituição das novas formas de ocupação, que acompanhadas por diferentes formas de vivenciar o trabalho, implicam em

relações de trabalho que, no entanto, não se apresentam como “novas”. Para os autores vem se conformando um quadro marcado pelo enfraquecimento do estatuto do trabalho assalariado, regulamentado, que se expressa na diversificação e ampliação do trabalho informal, no aparecimento de novas formas de trabalho, cuja brevidade produz marcas nas trajetórias de vida.

O jovem, principalmente os com escassez de acesso a determinados serviços, apesar de algumas expertises que podem destacá-lo frente aos trabalhadores de mais idade, como por exemplo, a facilidade frente as tecnologias, ainda assim, sofrem com esse novo cenário adaptado, considerando as pesquisas atuais de inserção no mercado de trabalho que serão apresentadas abaixo.

Fatores como falta de experiência profissional, mudanças tecnológicas que geram demanda por novas competências que estão, muitas vezes atreladas, a exigência de um nível de escolaridade cada vez mais especializado e competências técnicas específicas, acabam contribuindo negativamente na vida dos jovens que não tiveram as mesmas oportunidades no processo que antecede o seu acesso ao mercado de trabalho, especialmente aqueles em condições de maior vulnerabilidade social.

Ao abordamos a discussão sobre juventude(s) e sua relação com o trabalho, percebe-se que as questões da inserção no mundo do trabalho, também são distintas para cada juventude. O jovem advindo de famílias com condições sociais privilegiadas, em sua maioria, vive uma outra juventude, aquela com oportunidades de estudo, de se especializar, para depois sim buscar inserção no mercado de trabalho. E o fazem por ter meios para tal.

O jovem que advém de família de classes populares, encontra no trabalho uma condição para o sustento, para complementação da renda familiar, para independência econômica e devido a isso se inserem no mercado de trabalho de forma precoce, na maioria das vezes informal, como necessidade de subsistência, tendo que se dividir entre os estudos e o trabalho.

Com isso, o trabalho assume papéis diversos para os jovens, segundo sua condição juvenil e moratória social, conforme abordado anteriormente uma vez que, entende-se que a relação entre juventude(s) e trabalho perpassa essas duas vertentes.

Por fim, conhecer e analisar a relação juventude e trabalho, considerando suas especificidades, pode contribuir para rever e/ou traçar novas diretrizes para as questões identificadas.

2 SERVIÇO MILITAR: HISTÓRICO E ESPECIFICIDADES

Este capítulo é destinado a apresentar o histórico do Serviço Militar no Brasil e as especificidades das Forças Armadas. Entendeu-se que não poderia deixar de abordar neste estudo cujo espaço da pesquisa é o serviço militar obrigatório, mesmo que de forma suscinta, a formação das forças militares no Brasil.

Considera-se que a História Militar Brasileira merece atenção por parte da comunidade acadêmica nacional, sobretudo no espaço universitário. Na visão de alguns estudiosos, entre os quais CASTRO (2004), as constantes intervenções militares na política brasileira, ao longo do século XX, teriam afastado muitos pesquisadores de objetos de estudos ligados à História Militar, principalmente no tocante aos aspectos sociais e antropológicos da instituição, o que conduziria a uma análise voltada para aspectos internos e cotidianos dos quartéis, em muito dificultado pela conjuntura política do período. Para a autora, a história militar acadêmica têm tido uma trajetória difícil no Brasil.

A expansão das universidades, coincidiram com a intensificação do envolvimento militar na política e acima de tudo com o regime militar de 1964 – 1985, que desencorajou a pesquisa acadêmica sobre as forças armadas. A academia dedicou pouca atenção à História Militar para além do estudo do envolvimento militar na política – ponto problemático num regime autoritário. (CASTRO, 2004, p. 13).

Concordo com a autora. Dissertar sobre temas relacionados a área militar é um desafio, sobretudo nas ciências sociais. Ainda vejo como um tabu. E é compreensível que seja, considerando seu histórico. Mas ainda assim, é importante explorar essa temática, a fim de disseminar no campo acadêmico vertentes passíveis de estudo e debate.

De fato, o pesquisador que opta por estudar essa temática muitas vezes é taxado em dois campos: “defensor” ou “opositor”. Ressalto que o propósito deste capítulo não é “beatificar” ou “demonizar” o militarismo, mas sim apresentar suas especificidades no Brasil, principalmente no que se refere a prestação do serviço militar, e como suas características influenciaram ou influenciam na sua prestação até os dias atuais.

Reforça-se que esta dissertação não tem por objetivo principal historicizar as Forças Armadas, porém considerando o recorte deste estudo, faz-se necessário apresentar, mesmo que de forma suscinta, o surgimento do Serviço Militar e como seu surgimento está entrelaçado ao início das Forças Armadas no Brasil. Abordaremos essa relação histórica, visto que não seria possível falar sobre jovens inseridos no serviço militar sem antes abordar sua história.

2.1 Organização das Forças Armadas no Brasil

As Forças Armadas são instituições estabelecidas pelo Estado para o propósito primário de defesa nacional frente a ameaças externas e conflitos internos. Elas são formadas por todas as forças militares de um país e geralmente divididas em três: o exército, a marinha e a aeronáutica como é o caso do Brasil.

As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. (Constituição Federal de 1988, em seu título V, Capítulo II, artigo 142).

Desde a Carta Constituinte de 1824 até a atual Constituição Federativa do Brasil, as Forças Armadas são citadas, tendo atualizações no decorrer dos tempos, conforme veremos abaixo:

- Constituição Política do Império do Brasil de 1824:

Art. 147 - A força militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela autoridade legítima.

- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1891:

Art. 14 – As forças de mar e terra são instituições nacionais permanentes, destinadas à defesa da pátria no exterior e à manutenção das leis no interior. A Força Armada é essencialmente obediente, dentro dos limites da lei, aos seus superiores hierárquicos, obrigada a sustentar as instituições constitucionais.

- Constituição Brasileira de 1934:

Art. 162 – As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a ordem e a lei.

- Constituição Brasileira de 1937:

Art. 161 – As Forças Armadas são instituições nacionais permanentes, organizadas sobre a base da disciplina hierárquica e da fiel obediência à autoridade do Presidente da República.

- Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1946:

Art. 176 – As Forças Armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1967:

Art. 92 – As Forças Armadas, constituída pela Marinha de Guerra, Exército e Aeronáutica Militar, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

- Emenda constitucional n.º 1 de 1969:

Art. 90 – As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Em suma, as Forças Armadas brasileira, foram regulamentadas em 1924, quando ainda era chamada de *Força Militar*, na primeira Constituinte. Com o decorrer dos tempos houve mudanças na nomenclatura, sendo denominada também, de *Forças do Mar e Terra*, uma vez que até o ano de 1941, quando teve origem a **Aeronáutica – Força Aérea** – era constituída apenas da **Força Terrestre – Exército** e da **Força Marítima – Marinha**. O termo Forças Armadas, aparece, como vimos, a partir da Constituinte de 1934.

No que diz respeito as Forças que compõem as Forças Armadas no Brasil, resumidamente, o Exército é responsável pelas operações militares terra, a Marinha pelas operações navais e guarda de água territoriais e a Aeronáutica, responsável pela defesa aeroespacial do território brasileiro.

2.1.1 Marinha do Brasil

Mais antiga Força Armada a operar no país, a Marinha do Brasil atua na defesa das águas marítimas e fluviais nacionais desde o século XVIII, à época do período colonial.

Além de históricos, são amplos os interesses marítimos brasileiros. Dono da maior bacia hidrográfica do planeta, o país tem 4,5 milhões de km² de área marítima e um litoral de 7,4 mil quilômetros de extensão.

Cabe à Marinha desenvolver uma ampla estratégia de monitoramento e controle para a proteção do litoral do país, bem como fortalecer o conhecimento sobre o meio ambiente marítimo e posicionar os meios operacionais disponíveis para responder prontamente a eventuais crises ou emergências no mar territorial brasileiro.

Além disso, a Marinha desenvolve diversas atividades sociais em locais isolados como a Amazônia, levando procedimentos de saúde a populações ribeirinhas e fazendo o patrulhamento fluvial em regiões fronteiriças, na prevenção a crimes transnacionais e à exploração ilegal de recursos naturais.

A Marinha do Brasil conta, atualmente, com mais de 70 mil homens e mulheres².

2.1.2 Exército Brasileiro

Atuando na proteção de nosso território desde a Batalha dos Guararapes (1648), contra os invasores holandeses, o Exército Brasileiro tem exercido papel relevante na manutenção da unidade e da integridade nacional.

Sua evolução histórica se confunde com a própria consolidação da identidade do país. Presente em todo o território, o Exército tem a missão condicionada pelas dimensões continentais do Brasil, caracterizadas pela variedade de ambientes geográficos e por uma faixa de fronteira com dez países que se estende por quase 17 mil quilômetros.

Para o cumprimento da missão constitucional de defesa da pátria, a Força Terrestre tem de manter preparados e adestrados efetivos superiores a 222 mil homens e mulheres³.

A instituição militar atua também no apoio às atividades de Defesa Civil, participando de ações de socorro e assistência às vítimas de desastres naturais, bem como nos procedimentos de recuperação e reconstrução.

Nas áreas de fronteira terrestre, o Exército atua na prevenção e repressão contra delitos transfronteiriços e ambientais, de forma isolada ou em coordenação com outros entes estatais.

² Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/marinha-do-brasil>

³ Fonte: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/estado-maior-conjunto-das-forcas-armadas/exercito-brasileiro>

Também tem atuação premente no apoio à política externa nacional, contribuindo com o maior número de efetivos militares brasileiros em operações de paz e de ajuda humanitária.

2.1.3 Força aérea brasileira

Foi em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, que a Força Aérea Brasileira (FAB) teve seu batismo de fogo. A partir da junção de equipamentos aéreos e pessoal da Marinha, do Exército e do então Departamento de Aviação Civil (DAC), instituiu-se o Ministério da Aeronáutica, que teve na FAB seu braço armado.

A FAB tem hoje a missão de manter a soberania do espaço aéreo nacional, prevenindo e impedindo a prática de atos hostis ou contrários aos interesses do país. A Força Aérea Brasileira está capacitada para atuar tanto na vigilância, quanto no controle e na defesa do espaço aéreo. Para tanto, dispõe de modernos recursos para detecção, interceptação e eliminação de equipamentos aéreos, terrestres e aquáticos.

Dentre as atribuições do Comando da Aeronáutica incluem o provimento da segurança da navegação aérea; a operação do Correio Aéreo Nacional; o apoio logístico, de inteligência, de comunicações e instrução na repressão a delitos que envolvam o uso do espaço aéreo e as áreas aeroportuárias; além do controle do espaço aéreo brasileiro em cooperação com os organismos de fiscalização competentes.

2.1.4 Pilares fundamentais e função social

Feita a explanação no que se refere a regulamentação das Forças Armadas e da função sucinta de cada uma, faz necessário também apresentar suas bases, visto que são seus pilares fundamentais. As Forças Armadas brasileiras são baseadas nos princípios da hierarquia e da disciplina e possuem funções sociais de defesa do território, participação em ações internacionais e a garantia da lei e da ordem.

A Lei nº. 6.880/80 repete o texto constitucional ao dizer que a **hierarquia e disciplina** são a base institucional das Forças Armadas, acrescentando que a autoridade e a responsabilidade crescem conforme aumenta o grau hierárquico. Segundo essa Lei a hierarquia militar é a ordenação da autoridade, em níveis diferentes, dentro da estrutura das Forças Armadas. A ordenação se faz por postos ou graduações; dentro de um mesmo posto ou graduação se faz pela antiguidade no posto ou na graduação. (§ 1º, do Art. 14). O respeito à hierarquia é consubstanciado no espírito de acatamento à sequência de autoridade.

Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento

regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo. (Lei 6.880/80, § 2º, do Art. 14).

Segundo Santana (2012) as Forças Armadas baseiam-se em precedentes históricos. A sua ligação a valores históricos e permanentes são fatores integrantes de uma sociedade não demasiadamente aberta e, assim, a tradição assume um valor acrescido. De resto, é assumido que o respeito pela tradição é fator determinante na preservação da identidade das Forças Armadas.

Para WEBER (1919) a existência de forças armadas está relacionada à própria construção do Estado-nação, visto que elas são as depositárias do monopólio legítimo da força, característica fundante do Estado e por isso, de modo geral, sua missão principal é a defesa nacional e a manutenção da integridade do território.

Desde a Constituição Federal de 1988, o objetivo principal das Forças Armadas no Brasil está ligado à proteção que elas oferecem contra ameaças estrangeiras. No entanto, podemos falar que existem outros propósitos e funções a serem executados por estas. Exemplo disso tem sido o fato de que as forças armadas têm sido amplamente empregadas em operações de emergência civil em larga escala como é o caso do socorro a grandes catástrofes e pela segurança nacional em situações de violências, tendo como exemplo apoio em uma intervenção federal. Sem sérias ameaças externas ou internas, as forças armadas estão à procura de um novo papel. Elas estão expandindo com participações em missões de paz internacionais, além de ações ou programas cívicos, educacionais, de saúde e de construção de estradas, pontes e ferrovias em todo o país.

As Forças Armadas são forças federais subordinadas ao Ministério da Defesa. O Comandante Supremo das Forças Armadas é o Presidente da República. Historicamente, as Forças Armadas no Brasil têm se colocado como guardiãs da nacionalidade, como o único elemento do Estado presente em todo o território. Todavia, várias mudanças têm ocorrido no intuito de adequar as Forças Armadas, principalmente o Exército Brasileiro à “realidade mundial”, que teria ligação com o que poderíamos chamar de profissionalismo e modernização.

Para ROUQUIÉ

as Forças Armadas são uma organização coercitiva em que a autoridade repousa sobre uma atitude de força, são também burocracias nas quais são aplicados os mecanismos formais de contrapoder e autoridade central. (ROUQUIÉ, 1984, p. 93)

Assim sendo para o autor, as Forças Armadas diferem das demais organizações por serem instituições totais ou quase totais. Mesmo os militares sendo recrutados do meio civil, a profissão das armas não é parecida com as outras profissões.

Segundo OLIVEIRA (2016) a profissionalização nas Forças Armadas adquire características – como o espírito de corpo e a habilidade para a administração da força do Estado – que as transformam em uma instituição distinta das demais, cuja relação com o Estado e os civis não é sempre harmônica. Ainda para a autora, a principal ferramenta para a profissionalização é a educação militar, processo que se dá baseado em aspectos formais (como o currículo e conteúdo) e informais (símbolos e tradições). As escolas são, portanto, um espaço de ensino técnico, doutrinário e de ressocialização dos alunos.

2.2 **Breve histórico sobre as Forças Armadas e o Serviço Militar no Brasil**

Embora tenham sido institucionalizadas no ano de 1824 (Exército e Marinha), estudos apontam as origens das forças armadas brasileira às disputas do período colonial e da Guerra da Independência. Historicamente, os exércitos brasileiros tiveram suas bases técnicas das instituições militares portuguesas que naquela época, já se encontravam bem constituídas.

De acordo com historiadores, a primeira organização militar terrestre no Brasil se deu no ano de 1532, quando o Governo Real Português passou a preocupar-se com a exploração e com a segurança da colônia, contra a cobiça de outros povos. E para tentar inibir essa cobiça, extensões territoriais foram cedidas, em usufruto, a pessoas com capacidade de, às próprias custas, povoá-las, e explorá-las, e que para tal contava com o serviço obrigatório de mestiços, índios, escravos, agregados e colonos de todos os níveis sociais, sendo obrigados a dividir os proveitos com a Corte Portuguesa.

Ressalta-se que, nesse período, não havia no Brasil um exército colonial organizado e de comando centralizado, o que dificultava bastante a realização de defesa da Colônia. Cabiam às cidades ou vilas realizarem a defesa de sua região com as milícias locais, reforçadas por tropas de primeira linha que, sempre em quantidade insuficiente, estavam alocadas em quartéis, fortes ou postos de fronteiras. Devido as dificuldades relatadas, os colonos passaram a utilizar táticas de combate similares às empregadas pelos índios, nas ações defensivas terrestres. Foram realizadas construções de fortificações em torno das vilas, chamadas de caiçara de pau ou juçara de espinhos, que dificultavam a ação do invasor.

A expansão territorial forçou a organização da defesa dos espaços recém conquistados e com isso houve as forças militares iniciaram com a utilização da população local, pelos capitães-mores em busca de riquezas ou da escravização dos indígenas.

Um fato importante na história das Forças Militares no Brasil, foram as chamadas “Batalhas dos Guararapes”, nos anos de 1648 e 1649. Essas batalhas foram ações organizadas pelo povoado da então colônia portuguesa contra a invasão holandesa, no Brasil. Segundo historiadores, as Batalhas de Guararapes, trouxeram dois novos elementos para a história brasileira: o primeiro, no aspecto militar, no qual houve o surgimento de táticas de guerrilha; e o segundo, no aspecto social, devido a atuação conjunta entre europeus, africanos e indígenas contra um inimigo externo.

Nas décadas posteriores ao “descobrimento” do Brasil, a Força Terrestre foi representada pelo povo nas lutas pela sobrevivência, conquista e manutenção do território. Dessa forma, pode-se dizer que as Forças Militares Brasileiras nasceram com a própria Nação e que participaram ativamente da história brasileira. Foi resultado da necessidade de sobrevivência da população, que se consolidou como nação, ao longo de séculos de lutas contra diversos povos invasores.

Vale citar o período anterior a Independência do Brasil onde o então Marquês de Pombal foi designado para gerenciar a “profissionalização” dos exércitos brasileiros, trazendo para o Brasil militares estrangeiros que contribuíram com a construção de quartéis, casas de armas, fortes e hospitais o que resultou no centro de preparação para as tropas, onde posteriormente seria o estado do Rio de Janeiro.

Nos anos seguintes à Independência do Brasil, D Pedro I, reuniu esforços para aprimorar as Forças Militares, criando as Guardas Cívicas e de Honra⁴, no ano de 1822, batalhões e quartéis, bem como a regulamentação do emprego de armamento, no ano de 1824, tudo isso com a finalidade de garantir a defesa da Família Real Portuguesa recém-chegada no Brasil.

⁴ Por decreto de 1º de dezembro de 1822 criou a **Imperial Guarda de Honra**, unidade de elite de cavalaria ligada diretamente ao Imperador e que gozava de vários privilégios especiais, como por exemplo o de prestar honras militares apenas ao Imperador e à família imperial.

Posteriormente, devido conflitos de interesse políticos, o chamado de Exército Imperial foi dividido em dois ramos: *o Exército de Primeira Linha*⁵ que eram as **tropas regulares**; e *o Exército de Segunda Linha*⁶ a Guarda Nacional.

SODRÉ (1995) afirma que “a missão das forças militares, durante os três séculos de dominação portuguesa foi a de assegurar a empresa da colonização”. Para o autor, essa missão devia se materializar fundamentalmente na conquista, defesa e expansão do território. Entretanto, segundo o mesmo autor, a ênfase no aspecto territorial se deu devido o regime predominante na dinâmica colonial, ou seja, “o da grande propriedade produzindo sob o trabalho escravo uma sociedade dividida em senhores e escravos”.

É importante ressaltar que todo o processo de colonização e posterior defesa de territórios foi baseado em processos de desigualdades e exploração, iniciando as divisões de classes sociais e sua historicidade.

O ano de 1864, foi um ano importante na história das Forças Armadas no Brasil, uma vez que o então, Exército Imperial brasileiro mobilizou cerca de 200.000 homens para a Guerra do Paraguai⁷, formados por militares regulares, voluntários, homens que compunham a Guarda Nacional e ex-escravos. Tal conflito teve como vitoriosos exércitos da Tríplice Aliança, no qual o Brasil fazia parte.

Para FAUSTO (2012) as principais consequências da Guerra do Paraguai para as forças militares brasileiras foi o fato de ter sido “afirmação de uma instituição com fisionomia e objetivos certos.”

Mais um período importante na história das Militares no Brasil, foi o Período denominado “República da Espada” período de transição do Império para República, após sua

⁵ As tropas de primeira linha, também chamadas de tropas regulares ou pagas, foram criadas em 1641, no contexto da restauração do trono português. Elas integravam a estrutura militar do reino e seus domínios e eram compostas por eram compostas por oficiais pagos, vindos em sua maioria de Portugal.

⁶ Formado em 1831 pelas antigas milícia, paramilitares e ordenanças herdadas dos tempos coloniais, comandadas por líderes regionais, grandes latifundiários e proprietários de escravos conhecidos a partir da independência, pelo título genérico de Coronel. Era uma força armada formada pela elite e que não recebia pagamento por isso. Seu objetivo era formar um grupo armado para contrabalançar o poder do Exército e aumentar a autonomia das províncias. Fonte: <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/historia-brasil/guarda-nacional>

⁷ A Guerra do Paraguai foi um conflito que aconteceu de dezembro de 1864 a março de 1870 e colocou o Paraguai contra Brasil, Argentina e Uruguai. A guerra foi resultado do choque de interesses políticos e econômicos que as nações platinas possuíam durante a década de 1860. Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-foi-guerra-paraguai.htm>

Proclamação em 15 de novembro de 1889. O referido período foi compreendido entre os anos de 1889-1930 e ficou conhecido por este nome devido os presidentes militares que estiveram no poder, tais como: Marechal Deodoro da Fonseca (1891), Marechal Floriano Peixoto (1891-1894) e Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914).

Anos depois, com a eclosão da 1ª Guerra Mundial (1914-1918) tivemos mais um marco importante para as Forças Armadas no Brasil, até então formada pelo Exército e Marinha.

Segundo historiadores do tema, o Brasil entrou na Guerra, no ano de 1917, após ter um navio atacado por submarinos alemães. Entretanto, sua participação foi modesta, já que não possuía grandes recursos bélicos. Assim sendo, o país limitou-se a fornecer apoio pontual, em colaboração nos combates aéreos e marítimos, bem como no auxílio aos feridos nos campos de batalha. Os brasileiros permaneceram na Europa até os primeiros meses de 1919. Em 25 de junho desse mesmo ano, a Divisão Naval de Operações de Guerra foi dissolvida.

Outro fato histórico importante foi o movimento do Tenentismo, que iniciou em 1920 e terminou somente em 1945. O Tenentismo foi um Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, aproximadamente, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, nem todos verdadeiros tenentes, mas em sua grande maioria oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930.

No que se refere a revolução de 30, que iniciou a Era Vargas (1930-1945), segundo FAUSTO (2012) foi o período de fortalecimentos das Forças Armadas, especialmente do Exército, onde se teve o aumento do efetivo, do reequipamento e do prestígio dos militares. Esse fortalecimento se deu como barganha, uma vez que Vargas buscava o apoio das Forças Armadas para assumir o controle da Nação. Por sua vez, as Forças Armadas viam em Vargas uma forma de melhorar seus materiais bélicos e assim foi feito.

Essa relação foi profícua, sendo Vargas e os militares atores políticos centrais do país da época. SILVA JUNIOR (2019) reflete que Vargas confiou nas Forças Armadas, que o conduziu ao controle da Nação em 1930 e permitiu sua permanência ao longo de quinze anos.

Em 1939, eclodia 2ª Guerra Mundial e o Brasil em 1942, convocou militares e reservista para combaterem, após abatimento de navios brasileiros pelas forças alemãs. Vale ressaltar que a Força Expedicionária Brasileira (FEB), não teve apoio popular pois o povo não acreditou na participação dos militares brasileiro, na Guerra. O país enviou cerca de 25 mil homens da FEB, e 42 pilotos e 400 homens de apoio da FAB. Apesar de terem conseguidos importantes vitórias

contra os alemães, os “pracinhas”⁸ tiveram grandes desafios, dentre os quais: treinamento aquém da realidade e condições climáticas adversas ao que os soldados estavam acostumados. A FEB perdeu 454 soldados. Em outubro de 1960, suas cinzas foram transferidas para o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, erguido no Rio de Janeiro, no recém-criado aterro do Flamengo.

A historiadora da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Regina da Luz Moreira, em entrevista, publicada em 2002 pelo CPDOC/FGV relatou que a participação do Brasil na 2ª Guerra Mundial foi importante pois tornou evidente a contradição vivida pelo Estado Novo, que enviava tropas para lutar pela democracia no exterior, mas internamente mantinha um regime ditatorial. O retorno dos contingentes da FEB precipitou, assim, a queda de Vargas em 1945. Com o fim da Era Vargas, após renúncia do então presidente Getúlio Vargas, terminou também o apoio das Forças Armadas que chegaram a pedir sua renúncia em um manifesto assinado por um grupo de Generais.

Os anos seguintes antecederam o chamado período da Ditadura Militar (1964-1985) período no qual os militares estiveram no poder por quase 20 anos, após deporem o presidente João Goulart e estabelecerem um regime autoritário. Tal processo teve como atores além das Forças Armadas, os empresários, a pequena burguesia, os grandes proprietários de terra, dentre outros. Após anos de ditos e mandos militares controversos e com a pressão popular, ocorreu de forma lenta e gradual uma transição iniciada em 1979, com a Lei da Anistia⁹ e finalizada em 1985 com o chamado período de democratização e abertura política.

No período democrático, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, já mencionado no início deste capítulo, as Forças Armadas passam por nova reformulação no seu papel atrelando-a à subordinação ao Poder Executivo, do Ministério da Defesa, que ficaria a cargo de um civil. Ainda sobre sua reformulação, incumbiu-se às Forças Armadas o papel da defesa nacional, assegurando assim a integridade do território, dos recursos naturais, da defesa dos cidadãos e da garantia da soberania nacional.

TIFALDI (2017), em seu estudo, ressalta que no período democrático as Forças Armadas passaram a dar apoio de recursos humanos e logísticos em ações humanitárias de paz, a fim de buscar “exorcizar” as ações repressivas da Ditadura cívico-militar.

⁸Termo referente aos soldados veteranos do Exército Brasileiro que foram enviados para integrar as forças aliadas contra as forças do Eixo na Segunda Guerra Mundial.

⁹ É a denominação popular dada à lei nº 6.683, sancionada pelo presidente João Batista Figueiredo em 28 de agosto de 1979, após uma ampla mobilização social, ainda durante a ditadura militar.

2.3 Recrutamento e serviço militar: o caso brasileiro

Após abordagem histórica sobre a origem das Forças Militares, neste item, iremos discutir os primórdios do recrutamento no Brasil, bem como a organização e evolução do Serviço Militar. Será apresentado um breve apanhado histórico sobre o tema, mas antes citaremos o significado do termo “Serviço Militar”.

Segundo o Dicionário Online de Português, *Serviço* vem do termo latim *servitium*, e diz respeito à ação ou efeito de servir, de ser útil ou de oferecer auxílio e ajuda, geralmente prestando algum tipo de trabalho militar. Já o termo *Militar* vem do Latim *mile* (soldado) e diz respeito às forças armadas, aos soldados: arte militar, meio militar. Aquele que integra às Forças Armadas.

Entende-se que falar sobre Serviço Militar nessa dissertação é de suma importância, devido ao fato que o objeto deste estudo são os jovens inseridos no serviço militar obrigatório. Além disso, oportuniza disseminar informações sobre sua história, suas motivações, suas regulamentações contribuindo, assim, para o melhor entendimento da atividade.

Não podemos falar das formas de recrutamento ao longo dos tempos sem sinalizar, mesmo que brevemente, as formas de recrutamentos europeus, uma vez que o Brasil sofreu fortes influência deste.

2.3.1 Influências Europeia

SANTANA (2012) em seu estudo sobre o Serviço Militar ressalta que os exércitos se formavam em torno de chefes eleitos para determinados períodos. De acordo com as leis vigentes convocavam-se os cidadãos que se agrupavam e se hierarquizavam de acordo com as tribos a que pertenciam ou distritos em que viviam.

As guerras travadas pelos gregos, entre si, pela hegemonia territorial, fizeram com que surgisse a classe dos soldados mercenários que se alistavam mediante o pagamento de soldo, surgindo assim, uma nova forma de recrutamento. Felipe da Macedônia modificou esse sistema porque organizou exércitos permanentes. Os Comandantes não mais eram eleitos pelas assembleias do povo ou dos soldados, mas nomeados por ele, Chefe de Estado e principal líder militar.

Ainda segundo o autor, o Serviço Militar, como instituição, apareceu na época do Império Romano. O direito de voto só era concedido àqueles que prestassem o Serviço Militar. Dessa forma, vê-se, perfeitamente evidenciada, a ligação entre a prestação desse serviço e o

exercício dos direitos políticos dos cidadãos. O Serviço Militar era obrigatório a todos os cidadãos livres, dos 17 aos 60 anos. No exército romano, os comandos e a cavalaria eram constituídos pelos homens livres e filhos de famílias ricas. As guerras púnicas modificaram essa organização e nela foram introduzidas alterações profundas que fizeram com que a classe pobre pudesse integrar as fileiras das legiões, inserção esta que se dava por meio de funções braçais e pesadas, da mesma forma que se deve até os dias atuais.

Outra alteração significativa é a adoção do regime de voluntariado, sendo os homens recrutados nas províncias. Apesar disso, o Serviço Militar obrigatório não perdeu sua importância. Até a época imperial os cargos políticos só eram preenchidos por aqueles que tivessem prestado o Serviço Militar.

Com a decadência do Império Romano e a instituição do feudalismo, a Força Militar passou a gravitar em torno dos senhores feudais. O senhor do feudo formava uma Força Militar geral sob seu comando com a obrigatoriedade de prestação do Serviço Militar. Esta era formada principalmente por eles e seus vassalos, dando origem a pequenos Exércitos mais ou menos numerosos, de acordo com as posses do senhor feudal. Já por volta do Século XII, esse quadro foi alterado quando o Serviço Militar reassumiu a faceta mercenária e oficializado por meio de acordos, contratos e com o pagamento em dinheiro.

Com a chegada do Século XV, surgiram os exércitos permanentes. Constituídos por tropas pagas e aquartelados nas cidades, tendo como participes dessas forças voluntários a longo prazo, obrigados por um período de 8 a 12 anos e vinham de meios sociais mais precarizados, uma vez que fazer parte das forças militares era uma forma de ascensão social para muitos.

Durante o Século XVII, o Rei Gustavo Adolfo, da Suécia, foi o primeiro governante a exigir a conscrição. No Século XVIII, a Revolução Francesa institucionalizou o Serviço Militar Obrigatório.

As novas ideias introduzidas pelos revolucionários franceses causaram profundas alterações na estrutura que vigorava àquela época.

Segundo ROSSEAU

A própria vida, que devotam ao estado, é por este continuamente protegida e, quando se expõem para defendê-lo, que fazem, senão retribuir-lhe o que dele receberam? [...] é verdade que todos têm de combater, quando necessário, pela pátria [...] a guerra é por vezes um dever e não foi feita para ser uma profissão. Todo o homem deve ser soldado para defender sua liberdade, nenhum o deve ser para invadir a liberdade de outrem, e morrer servindo à pátria é tarefa bela demais para confiar-se a mercenário. (Jean-Jacques Rousseau, Do contrato Social, 1762)

O surgimento do nacionalismo e da democracia originaram um importante conceito ligado à aparição do profissionalismo: o conceito de “Nação em armas”, com seu corolário

“Exército Nacional”, e os soldados recrutados por meio do Serviço Militar universal, entre todos os cidadãos, por um breve período.

Em 1548, com a promulgação do “Regulamento de El Rei”, os proprietários de engenho e colonos receberam a determinação de possuírem armas para sua defesa. A implantação de uma guarda territorial derivou para a criação das Milícias, constituídas por soldados pagos, que eram empregados na defesa da Colônia; e das Ordenanças, cujos integrantes não tinham direito a soldo e, prioritariamente, eram empregados nos pequenos conflitos locais. Tal força deveria ser formada por todos os colonos e seus dependentes, válidos e entre 18 e 60 anos, os quais deveriam manter-se armados às próprias custas. Com a promulgação desses dois documentos ficava evidente o estabelecimento de uma organização militar, cujo objetivo era congrega os habitantes para a defesa da terra.

Em 1570, foi criado o “Regimento dos Capitães-Mores e mais Capitães e Oficiais das Companhias de Gente de Cavalo e de Pé”, como base da organização do Exército Permanente. A regulamentação sobre a prestação do Serviço Militar, segundo alguns autores, teve início, em 1574, pois todo cidadão, entre quatorze e sessenta anos, era obrigado a servir nas Companhias de Ordenanças.

MURILO DE CARVALHO (2019) ressalta que as formas de ingresso, nas depois denominadas Forças Armadas, no Brasil, naquele tempo, tiveram influências dos exércitos europeus como referência, que faziam suas seleções por classes sociais, onde o corpo de oficiais era recrutado entre a nobreza, e as praças, entre os camponeses. Em seu estudo sobre Forças Armadas e Políticas no Brasil, José Murilo de Carvalho, apresenta uma discussão sobre as formas de inserção iniciais, na Europa, considerando a classe social e atividades profissionais dos indivíduos.

Segundo o autor, o chamado corpo de oficiais¹⁰ era recrutado entre a nobreza e corpo de praças¹¹, entre os camponeses e proletários urbanos. Esse tipo de recrutamento teve importantes consequências políticas, uma vez que possibilitava, de um lado, a identificação entre a oficialidade e os grupos politicamente dominantes e, de outro, o isolamento da oficialidade em relação às praças. Assim garantia a lealdade dos oficiais ao governo, ao mesmo tempo que

¹⁰ Constitui o membro de umas forças armadas investido numa posição de autoridade. São divididos em Oficiais Superiores, Intermediário e o Subalterno.

¹¹ Membro das forças armadas que pertence à categoria inferior da hierarquia militar.

impedia que eles se unissem aos escalões inferiores, com perda para o poder político da organização.

Na fase inicial dos Exércitos permanentes europeus, em que o grau de profissionalização e especialização ainda era rudimentar, o recrutamento era uma variável de grande importância. Era ele que definia a relação do Exército com a estrutura de classes da sociedade” (CARVALHO, 2019, 31).

Portanto, a classe social definia o posto dos militares inseridos. O que atualmente não foge muito disso, uma vez que o acesso para os jovens passa por uma análise criteriosa com variantes relacionadas ao território, a condição socioeconômica e familiar, sendo muitos deles impedidos de dar prosseguimento no processo sem ter suas competências e habilidades para a função analisadas, devido as condições citadas, tendo como argumento de exclusão a questão de segurança nacional.

O chamado “CADETISMO” fazia parte desse processo de recrutamento dos oficiais naqueles tempos. Criado em 1757, tinha por objetivo favorecer a entrada de nobres no serviço militar concedendo-lhes privilégios negados a outros grupos sociais. O candidato a cadete tinha de demonstrar nobreza de quatro costados e, uma vez no Exército, recebia logo posto de oficial e vantagens financeiras.

MURILO DE CARVALHO (2019) versa sobre esse recrutamento em seus estudos relatando que a origem nobre de muitos oficiais do Exército português à época da independência é denunciada pelo fato de vários deles terem passado pelo Colégio dos Nobres, pela Academia de Marinha ou por terem pertencido à instituição do “Cadetismo”. O Colégio e a Academia exigiam qualidade de nobreza aos que neles quisessem ingressar.

Disposições de 1809 e 1820 ampliaram a faculdade de se alistarem cadetes aos filhos de oficiais das forças de linha, das milícias, das ordenanças e de pessoas agraciadas com o hábito de ordens honoríficas.

Os filhos de oficiais da Guarda Nacional também foram admitidos ao título de cadete. Havia ainda outra instituição de origem nobre, os soldados particulares. No Brasil ela se destinava sobretudo aos filhos da “nobreza civil”, os doutores em leis ou medicina, e aos filhos de pessoas abastadas, sobretudo comerciantes.

Sabe-se que o recrutamento militar favorecia a entrada para o oficialato de representantes de grupos sociais dominantes pelo prestígio, pela riqueza ou pelo poder. Se as crises políticas que se seguiram à abdicação evidenciaram certo atrito nativista entre oficiais portugueses e brasileiros, havia outra distinção, talvez mais importante: a que separava oficiais de praças.

2.3.2 Caso brasileiro

Conforme já mencionado neste estudo, no Brasil, a organização dos exércitos se deu inicialmente como forma de defesa territorial. Com isso, pode-se dizer que a primeira forma de recrutamento oficial se deu quando, a então, Câmara da Capitania de São Vicente, em setembro de 1542, promulgou um “Termo”, dando organização oficial a uma milícia formada por colonos e indígenas. Após a assinatura do termo, foi realizado uma espécie de recenseamento e todos foram obrigados a concorrer aos serviços das armas. Para SANTANA (2012) era um esboço, do serviço militar obrigatório.

Dessa forma, parcela considerável das fileiras de soldados eram escravos, encorajados a se engajarem na Força e a participarem do conflito internacional para obtenção da liberdade. Tinham a chefia de oficiais de alta patente, repercutindo na coesão interna das instituições, sobretudo na hierarquia e na disciplina.

Não é demais lembrar que era uma forma de acesso social, e que permitia, bem ou mal, a liberdade, o ganho de seu sustento e, muitas vezes, de sua família, em um país com opções restritas de trabalho para esse público.

É pautado nessa afirmação o debate deste estudo no que se refere a inserção dos jovens no serviço militar obrigatório, como possibilidade de certa ascensão social tanto no universo do seu território, nas suas relações sociais, familiares e econômicas, mesmo que se reflita em questões pontuais.

Ressalta-se que ao longo do Império, o caráter nobre do recrutamento militar modificou-se no sentido de se tornar cada vez mais endógeno à organização, isto é, a se limitar cada vez mais à nobreza militar com exclusão da civil. A concessão do direito ao título de cadete a filhos de oficiais favorecia tal evolução.

A luta pela independência aumentou as necessidades de soldados, o que levou à autorização para organização de unidades formadas por escravos libertos por seus proprietários em prol da independência, bem como daqueles que fugiam das propriedades de seus senhores para aderirem à causa brasileira. Anos depois, com a vitória na chamada Guerra dos Guararapes (1649) conforme já mencionado, com a participação de negros, indígenas e colonos, reforçou a necessidade de ter pessoas lutando pela defesa da pátria, de mobilização e da criação de um serviço militar obrigatório, no Brasil.

Com a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil, ocorreram mudanças significativas nas instituições militares conforme citado anteriormente, com a divisão dos exércitos de 1ª e 2ª linha.

Segundo BARROSO (2019) o recrutamento era feito de três maneiras: o recruta à força, que era obrigado a servir por dezesseis anos; o voluntário, que servia oito; e o ‘semestreiro’ (de semestre), filho do lavrador ou do ricoço, que servia seis meses no primeiro ano de praça e três nos sete anos seguintes.

Em se tratando dos tempos que antecederam a Independência, segundo MURILO DE CARVALHO, dos Exércitos latino-americanos, o brasileiro foi o que herdou mais plenamente a tradição europeia

O fato de que a independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população permitiu que se preservasse aqui a estrutura do Exército português. Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, muitos cidadãos foram incorporados às Forças Armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento fácil de manipulação política. (CARVALHO, 2019. P. 31).

No princípio do século XIX, na situação de colônia de Portugal, o Brasil seguia os ordenamentos estabelecidos pela Metrópole, que estipulava o recrutamento dos homens necessários para cada unidade militar, independentemente de sua especialidade. Esse recrutamento seria feito por listas de onde seriam extraídos os recrutas através de sorteio, advindo daí a expressão “recrutamento forçado”, além também da possibilidade do voluntariado.

Os processos de recrutamento militar que antecedem a autonomia brasileira eram feitos a partir de ordens oriundas de Portugal, passadas ao Vice-Rei, que determinava a um ou mais dos Capitães-Generais governadores das capitanias o lançamento de um “bando” convocando ao serviço das armas os habitantes daquelas regiões. Em 10 de julho de 1822, nova decisão governamental estabeleceu as normas para o recrutamento no Brasil, estando sujeito a ele “todos os homens brancos solteiros, e ainda pardos libertos de idade de dezoito a trinta e cinco anos. Após a independência, foi reafirmada a obrigatoriedade do Serviço Militar na Constituição de 1824.

Segundo MARTINS (2016) na Primeira Constituição, os aspectos jurídicos do recrutamento foram pela primeira vez codificados em uma legislação inteiramente brasileira. Ali se estabelecia que a iniciativa para a execução de recrutamentos era privativa da Câmara dos Deputados, e tinha também a atribuição de fixar, anualmente, o tamanho das forças de terra e de mar, tanto nas situações ordinárias como extraordinárias.

A constituição, em seu Art. 145 dizia que “Todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independência e integridade do Império e defendê-lo dos seus inimigos externos, ou internos”.

Ainda na Constituição de 1824, em o Art. 6º, eram considerados brasileiros aqueles que:

- I. Os que no Brasil tiverem nascido, quer sejam ingênuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.
- II. Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira, nascidos em país estrangeiro, que vierem estabelecer domicílio no Império.
- III. Os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não venham estabelecer domicílio no Brasil.
- IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brasil na época, em que se proclamou a Independência nas Províncias, onde habitavam, aderiram à está expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.
- V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião.

Assim, vemos que as condições para ser considerado brasileiro eram amplas, tendo como primeira característica o fato de ser livre, e abrangendo desde aquele nascido de mãe escrava e que fosse reconhecido pelo pai, os portugueses que haviam aderido à causa da independência e os estrangeiros que se naturalizassem.

Com a Carta Imperial de 1824, manteve-se a obrigatoriedade do serviço militar. Contudo, como bem observado por Rocha e Pires (2004) o texto constitucional na verdade não era cumprido devido aos inúmeros pedidos de isenções, gerando graves problemas no recrutamento para as forças de terra e mar.

Assim, do ponto de vista legal, todos eles eram “obrigados a pegar em armas” para defender o Império do Brasil, mas na prática, a determinação constitucional não era cumprida devido ao grande número de isenções, gerando problema de recrutamento para fazer frente às revoltas internas e às guerras e levando o Exército a ser constituído por voluntários mal preparados e a não ter como formar uma reserva para ser mobilizada em caso de necessidade.

Um Decreto publicado no ano de 1835 ordenou que, no caso de fracasso do recrutamento voluntário, proceder-se-á a recrutamento forçado e o recrutado servirá por seis anos, receberá somente soldo simples, será conduzido preso ao quartel e nele conservado em segurança até que a disciplina o constitua em estado de se lhe facultar maior liberdade.

Os relatórios do Ministério da Guerra estão cheios de queixas contra o sistema de recrutamento e de pedidos ao Congresso de leis mais adequadas. Falam na “geral repugnância da população para a carreira das Armas” e na impossibilidade de manter os recruta nas fileiras. Os voluntários eram obrigados a servir seis anos e os recrutados nove anos, mas as constantes

deserções, as doenças, a incapacidade física e as mortes desfalcavam o contingente em proporção calculada pelo ministro no relatório de 1862 em um terço anualmente.

A Guerra do Paraguai foi o conflito mais sangrento da América Latina que aconteceu de 1864 a 1870 e colocou Brasil, Uruguai e Argentina como aliados contra o Paraguai. Iniciou quando o então presidente do Paraguai, Francisco Solano Lopez, invadiu o Estado de Mato Grosso. Devido o Exército Brasileiro ainda ser constituído com poucos soldados, o Imperador, D. Pedro II, editou o Decreto nº 3371, em 07 de janeiro de 1865, criando os corpos de “Voluntários da Pátria”, para a guerra no sudeste do país.

A criação de Unidades Militares denominadas “Corpos de Voluntários da Pátria” tinha como finalidade agregar voluntários para lutar na Guerra do Paraguai. Segundo historiadores, os contingentes que atuaram na defesa nacional, eram oriundos de várias províncias do império, sendo um evento relevante na história do recrutamento do Brasil.

Na teoria, a ideia do decreto era convocar a população, por meio do sentimento patriótico que, com tanto esforço, vinha sendo construído na recente Nação, através do recrutamento optativo. Entretanto, alguns historiadores destacam que na prática grande parte dos “voluntários” eram pobres e escravos libertos para esse fim. Tendo parcela de voluntários constituídos por pessoas da elite, mas ínfimas, comparando com os “voluntários do povo”.

Segundo a historiadora do Museu Histórico de Campos dos Goytacazes, Graziela Escocard, em uma entrevista fornecida ao jornal online Terceira Via, muitos proprietários rurais cederam seus escravos para os Corpos de Voluntários, em troca de seus filhos, ocasionando grande aumento de cartas de alforria sob a condição de embarcarem para guerra.

Mais tarde, em 1874, foi promulgada a Nova Lei do Recrutamento que regulou recrutamento para o Exército e para a Marinha, além de abolir o sistema de recrutamento forçado, determinando que o alistamento deveria ser feito pela chamada Junta de Paróquia, que era composta pelo Juiz de Paz, pelo Pároco e pela mais alta autoridade policial. Esta Junta era responsável, também, pelo sorteio para a prestação do serviço militar, que só ocorria quando o número de voluntários não completasse às necessidades daquelas Forças.

No entanto, apesar da nova lei de recrutamento estabelecer o alistamento universal e o sorteio para cobrir as vagas não preenchidas pelo voluntariado e pelo reengajamento, admitiam-se várias exceções. Ela permitia, aos que não quisessem servir, pagar certa quantia ou apresentar substitutos, e concedia isenções a bacharéis, padres, proprietários de empresas agrícolas e pastoris, caixeiros de lojas de comércio etc. Além disso, deixava o alistamento e o sorteio a cargo de juntas paroquiais, presididas pelo juiz de paz e completadas pelo pároco e pelo

subdelegado, o que segundo historiadores, a transformaram em completo fracasso. Dessa forma serviço militar continuou a pesar exclusivamente sobre os ombros das pessoas sem recursos financeiros ou políticos.

MURILO DE CARVALHO (2019) cita em seus estudos um discurso de então magistrado e deputado provincial, Silveira Martins¹², na Câmara em 1877, falando sobre a nova lei:

Que desigualdade mais funesta pode haver do que a que consagra o privilégio dos ricos, permitindo que se isentem por um ‘conto de réis’ do sagrado dever de defender a pátria?’. O novo sorteio só colhia os pobres em suas malhas, ou não colhia ninguém, continuando o recrutamento a ser feito a laço como anteriormente. (SILVEIRA MARTINS, 1877)

O recrutamento dos chamados praças era um consistente exemplo de que as palavras do deputado eram relevantes, uma vez que era feito nas classes pobres. Estes homens, cujo processo de recrutamento havia sido, em geral, o mais pernicioso possível, pois não só o Corpo de Marinheiros como até as Escolas de Aprendizes, e estas em virtude de seu próprio regulamento, encontravam nos xadrezes da polícia a maior fonte de alistamento de pessoal, acabavam de dar suficientes provas de sua qualidade e da inconveniência de sua manutenção nas fileiras.

O recrutamento refletia-se na composição racial das guarnições dos navios que eram, de acordo com o mesmo oficial já citado, formadas de 50% de negros, 30% de mulatos, 10% de brancos ou quase brancos.

Anos depois do fim do Império, Leitão de Carvalho¹³ versava que no Brasil, a tendência de recrutamento ainda continuava sendo dos com poucos recursos. Era o que chamava de seleção invertida. Segundo o autor, as principais fontes de recrutamento do Exército eram:

- a) os nordestinos afugentados pelas sevas;
- b) os desocupados das grandes cidades que procuravam o serviço militar como emprego;
- c) os criminosos mandados pela polícia; e
- d) os inaptos para o trabalho.

Os recrutas eram conscritos extraídos das classes trabalhadoras e, com frequência, analfabetos ou de baixo nível educacional. Mostravam pouca resistência às doenças e o moral

¹²Gaspar da **Silveira Martins** foi um magistrado e político brasileiro. Foi deputado provincial, deputado geral, presidente de província, ministro da Fazenda e senador do Império do Brasil de 1880 a 1889.

¹³Estêvão **Leitão de Carvalho** foi marechal do Exército Brasileiro e escritor brasileiro.

parecia extraordinariamente dependente da liderança dos oficiais, que poderiam, com facilidade, levá-los à ação ou à indecisão. Os oficiais geralmente tratavam seus soldados como seres socialmente inferiores e eles mesmos pareciam motivados mais por interesses próprios que por senso de dever ou espírito de corpo.

Com a queda do Império e a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 estabeleceu-se uma nova ordem constitucional. Fruto desse rompimento político foi promulgado em 1891 a primeira Constituição da República brasileira, que vigeu até 16 de julho de 1934.

Em seu artigo 86º, versava que *“Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais.”* (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1891, art. 86)

Ainda em se tratando do Serviço Militar, a Constituição de 1891, seu artigo Art. 87 dizia que:

O Exército federal compor-se-á de contingentes que os Estados e o Distrito Federal são obrigados a fornecer, constituídos de conformidade com a lei anual de fixação de forças, fixação esta que estava codificada como atribuição do Congresso Nacional no mesmo diploma constitucional ora em exame, reforçando o conceito existente desde 1824. O mesmo artigo ainda trazia dois parágrafos bastante importantes. (CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA, 1891, art. 87).

Ressaltava ainda no parágrafo terceiro, ficava estabelecida a abolição do “recrutamento militar forçado”, e no quarto e último, que o “Exército, bem como a Marinha, seriam compostos por voluntários ao serviço militar, sem qualquer benesse pecuniária, como antes acontecia, e caso não houvesse o número suficiente de voluntários, seria realizado um sorteio para conscrição”. Entretanto, mesmo sendo obrigatório, conforme mandamento constitucional, o serviço militar não alcançava todos os cidadãos.

Em que pese, na República, o serviço militar ter sido tornado obrigatório, a partir de 1908, o sistema só passou a vigorar, realmente, depois de intensa campanha liderada pelo poeta Olavo Bilac, durante a 1ª Guerra Mundial, que buscava evocar o sentimento de pertencimento da população para servir a pátria.

No ano de 1908, mais especificamente em 4 de janeiro, aprovada pelo então Ministro da Guerra, Marechal Hermes da Fonseca, a Lei nº 1860 instituindo a convocação por intermédio do sorteio ao determinar, conforme versa abaixo:

Todo cidadão brasileiro, desde a idade de 21 a 44 anos completos, é obrigado ao Serviço Militar. (Lei 1860, 1908, art. 1)

No entanto, o novo sistema foi colocado em execução com a realização do 1º sorteio militar, em 10 de dezembro de 1916, movimento que teve como grande defensor e pregador do Serviço Militar Olavo Bilac.

Segundo OLAVO BILAC (1916) “o serviço militar generalizado é o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo”.

Mais tarde, seria considerado o Patrono do Serviço Militar, sendo a data de seu aniversário, 16 de dezembro, decretada como o Dia do reservista.

Aos ganhos advindos da aplicação da Lei do Sorteio somou-se a vitória conseguida com a extinção da Guarda Nacional em 1918. Com isso, o recrutamento passa a ser uma atribuição exclusiva do Exército, que começa a gerenciá-lo em todo o território nacional.

Entretanto, o entusiasmo com a aprovação do sorteio logo foi contrastado com a decepção durante o recrutamento nos anos seguintes. A falta de uma estrutura administrativa que possibilitasse ao Exército gerenciar um território do tamanho do Brasil, bem como a repulsa histórica que a população nutria pelo Serviço Militar, decorrente da imagem do recrutamento a laço sempre pairando sobre a cabeça da sociedade, fizeram com que muitos escapassem da prestação pela astúcia, ou até mesmo pela falta de informação sobre a obrigação de se apresentar ao quartel quando sorteado.

As posições contrárias à implantação do Serviço Militar partiam também de movimentos de esquerda: anarquista, sindicalista e socialista. Eles viam no movimento em prol do recrutamento obrigatório uma tentativa da burguesia nacional em congregar a classe trabalhadora à comunidade patriótica nacional, enfraquecendo-a sob o manto protetor do Estado-Nação.

Não era novidade que para tais grupos nossa burguesia agia em sintonia de pensamento com seus congêneres no resto do mundo. Outro ponto que tornava a classe operária avessa ao Serviço Militar era a guerra travada na Europa, à qual era atribuída a luta pelo capital, distantes das questões sociais pelas quais a classe trabalhadora nacional lutava.

Segundo historiadores, a efetivação do Serviço Militar Obrigatório só ocorreu após ampla campanha nacional, iniciada pelos “jovens turcos”, oficiais de baixa patente (capitães e tenentes) do Exército que haviam estagiado na Alemanha, e tornaram-se propugnadores de várias mudanças no Exército, visando sua operacionalização. Como forma de divulgação, esses jovens criaram uma revista, denominada “A Defesa Nacional”, que publicava artigos de análise da situação mundial, tradução de manuais alemães e críticas à política militar da época.

Os “jovens turcos” acreditavam que o Serviço Militar Obrigatório só seria colocado realmente em prática com uma campanha nacional, realizada por civis e militares. É criada, então, a Liga de Defesa Nacional composta por vários notáveis da política e literatura brasileira (Olavo Bilac, atual patrono do Serviço Militar, Rui Barbosa, Coelho Netto, Conde de Affonso Celso). A Liga de Defesa Nacional divulga o Serviço Militar Obrigatório e o civismo através de palestras, cartilhas para o ensino primário, e o livro “Porque me ufano do meu país”. Buscava-se unir Exército e Sociedade, plasmar a nação em torno de um objetivo comum, a Grande Guerra, e educar a juventude no civismo, eliminando contestações anarquistas.

O Serviço Militar Obrigatório sempre foi considerado como fundamental para fornecer uma “ideia de Pátria” à juventude. Com este esforço, o Serviço Militar Obrigatório começa a vigorar em 1916. Poucas modificações são feitas, posteriormente.

Segundo MURILO DE CARVALHO (2019) o estabelecimento do Serviço Militar Obrigatório, em 1916 foi fator importante para organização do Exército Brasileiro, que se tornou uma organização nacional com condições de realizar o planejamento e efetivar a execução de uma política de defesa nacional.

O primeiro Serviço Militar no Brasil tinha por objetivo apresentar a ideia de Pátria aos cidadãos, ou seja, tinha finalidade mais ideológica que de Defesa Nacional. Dessa forma, no 10 de dezembro de 1916, foi realizado em todo o Brasil o primeiro sorteio militar, com a presença do Presidente da República – Wenceslau Braz – constituindo-se no marco inicial do Serviço Militar no País.

A partir de 1930 uma nova legislação regulamentadora da lei do Serviço Militar garantiu mais eficiência ao recrutamento. O Decreto nº 22885 de 1933 passou a exigir o certificado do Serviço Militar para ocupação de cargo público, medida que foi incorporada à constituição de 1934 por iniciativa de Góes Monteiro. O exercício do voto ficou condicionado a que o cidadão estivesse em dia com suas obrigações militares e foi estipulado, também, que para pleitear em juízo era necessário comprovar a quitação com o Serviço Militar.

A partir do Estado Novo de Getúlio Vargas, em 1937, toda a política nacional será em função da defesa. O país deveria desenvolver-se economicamente em função da segurança nacional. As Forças Armadas seriam elevadas à condição de instrumento da ação política do Estado. O Exército como vanguarda do povo, no sentido Tenentista do termo, transforma-se em elemento garantidor de um Estado Nacional forte e centralizador.

A lei do Serviço Militar de 1939, a chamada Lei Dutra, trouxe inovações ao sistema. Previu multas para os insubmissos e taxas para os isentos. Além da lei, outras medidas, como a

construção de novos quartéis, bem como a melhoria dos já existentes, possibilitaram receber mais recrutas, agora em melhores condições de acomodação e de higiene.

Outra medida tomada, dessa vez com a intenção de estimular a prestação do Serviço Militar pelas classes médias e altas da sociedade, uma vez que essas sempre fugiam, de alguma forma, à obrigação para com o Serviço Militar, foi a criação dos Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR) e dos Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva (NPOR). Ambos destinados a receber os jovens em idade de prestar o Serviço Militar e que estivessem cursando nível superior. Dessa forma, o Exército acolhia em suas fileiras uma parcela significativa de jovens e penetrava ainda mais na sociedade.

Assim, ao final da década de trinta, o Exército, através do Serviço Militar Obrigatório, conseguia envolver basicamente toda a sociedade. Os filhos das camadas mais pobres eram incorporados para servirem como soldados, ao passo que as classes médias e altas prestavam o Serviço na condição de alunos de algum centro ou núcleo de formação de oficiais da reserva. O Serviço Militar aparecia mais uma vez, conforme preconizava seus idealizadores, como uma poderosa ferramenta do Estado na disciplina dos corpos e das mentes dos seus cidadãos. O corpo era trabalhado pelos exercícios físicos com fins de preparação militar e a mente era disciplinada pelas instruções de Educação Moral e Cívica.

MURILO DE CARVALHO (2005), analisando a militarização da sociedade pelo Estado Novo nos fins dos anos trinta, assim se expressa:

O serviço militar ampliado e a formação de oficiais da reserva devolviam à sociedade milhares de cidadãos doutrinados no anticomunismo, no amor à pátria, na crença na inevitabilidade das guerras, na necessidade de se preparar para elas, na convivência de um governo forte que promovesse o progresso do país. O resultado de tudo isso refletia-se no título de um artigo de Menotti Del Pichia, publicado na Nação Armada em dezembro de 1941 “A Pátria é hoje uma imensa caserna.” (CARVALHO, 2005, p. 78).

É importante observar que, ainda no final da década de trinta, tinha início a Segunda Guerra Mundial. Isso acelerou o processo de militarização da sociedade que vinha sendo imposto pela ditadura varguista e seus aliados militares.

No final da década de 40 com o fim do Estado Novo e com o início da Fase Desenvolvimentista que tinha o binômio segurança-desenvolvimento, o Serviço Militar é visto como uma boa ferramenta no combate preventivo à subversão, pois como mencionado anteriormente, os cidadãos que passavam pela caserna, ao retornarem à vida civil, seriam os difusores de uma filosofia contrária ao comunismo, haja vista que suas mentes haviam sido disciplinadas pelas instruções de Educação Moral e Cívica, cujo conteúdo curricular combatia

o comunismo. Porém, o engano dessa afirmação era latente, dado os casos de militares envolvidos com movimento de esquerda em décadas à frente, ou até mesmo no passado, com foi o caso do ex-capitão Luís Carlos Prestes¹⁴.

Conforme os ares dos novos tempos, ao ideal de envolver todo cidadão nas questões da defesa da pátria, através da universalização do Serviço Militar Obrigatório, será acrescido o critério da capacitação profissional e intelectual, como condicionantes do ingresso num Exército moderno, correspondente de uma nação industrialmente desenvolvida.

O Exército, agora, se empenhava em remodelar o Brasil doutrinando as elites com a visão de um futuro industrial para o país. Enquanto os sonhos da década de 1910 haviam sido baseados na reforma da sociedade por meio do treinamento militar obrigatório, os sonhos no pós-Segunda Guerra Mundial ganhariam vida mediante a educação das elites.

Os oficiais do Estado-Maior do Exército preservaram a propaganda do Serviço Militar Obrigatório como um grande nivelador social de classes, raças e religiões, um nacionalizador de imigrantes e “uma grande e completa escola de democracia”, mas admitiram que o Exército moderno, mecanizado e técnico requeria recrutas educados e que “não havia mais lugar, hoje em dia, para analfabetos e os sem profissão nos quartéis”.

Mais tarde, publicou-se a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 – Lei do Serviço Militar (LSM) que entrou em vigor no dia 20 de janeiro de 1966, com a publicação do Decreto nº 57.564, de 20 de janeiro de 1966. A referida lei determinou a universalidade do Serviço Militar e teve por finalidade a construção de uma identidade patriótica, da nação, da civilidade, do nivelamento das classes e da construção da democracia, como pensava os que lutaram pela sua implantação a partir de 1908 sendo a norma militar que versa, de forma geral, sobre as condições de execução e as particularidades do serviço militar.

Tal legislação versa que

caberá a cada Força Armada introduzir as modificações que se fizerem necessárias nos Regulamentos dos órgãos de direção e execução do Serviço Militar, de sua responsabilidade, bem como baixar instruções ou diretrizes com base na LSM tendo em vista estabelecer os pormenores de execução que lhe forem peculiares. (BRASIL, 1964, art 1º)

Tal legislação define ainda o Serviço Militar como:

¹⁴ Luís Carlos Prestes foi um militar e político comunista brasileiro, uma das personalidades políticas mais influentes no país durante o século XX. Prestes ganhou fama nacional ao liderar a Coluna Prestes na década de 1920

O Serviço Militar consiste no exercício das atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica – e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

§ 1º Tem por base a cooperação consciente dos brasileiros, sob os aspectos espiritual, moral, físico, intelectual e profissional, na segurança nacional.

§ 2º Com as suas atividades, coopera na educação moral e cívica dos brasileiros em idade militar e lhes proporciona a instrução adequada para a defesa nacional. (BRASIL, 1964)

A referida lei também torna o serviço militar obrigatório para todos os brasileiros, sendo obrigados a fazer o alistamento no ano que completarem 18 (dezoito) anos. Ficando as mulheres isentas em tempos de paz e permitido a prestação de serviço de forma voluntária.

Dessa forma, sendo obrigatório para todos, o serviço militar não seria, em tese, mais destinado apenas aos de classes populares, no entanto sabe-se as incorporações no serviço militar obrigatório ainda mantem essa lógica classista. Desde então, as seguidas constituições nacionais (1967 e 1988) têm mantido o serviço militar como sendo obrigatório.

Na Constituição Federal de 1988, a Constituição vigente no país, o serviço militar configurou-se da seguinte forma:

O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§ 1º - às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir serviço alternativo aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar.

§ 2º - As mulheres e os eclesiásticos ficam isentos do serviço militar obrigatório em tempo de paz, sujeitos, porém, a outros encargos que a lei lhes atribuir. (CF, 1988, Art 143)

Sendo assim, manteve a obrigatoriedade do serviço militar, porém trouxe chamada escusa de consciência, nos parágrafos 1º e 2º.

Atualmente, a legislação que regulamenta o Serviço Militar no Brasil ganhou uma gama de outras legislações que comporta uma série de Leis, Decretos e Portarias, que têm por objetivo possibilitar a captação de jovens representantes dos vários estratos sociais. No que se refere a discussão sobre a obrigatoriedade do serviço militar, muitos autores falam sobre o voluntariado no serviço militar, o que retiraria a obrigatoriedade, como já existe em alguns países, como Estados Unidos, por exemplo, sendo a não obrigatoriedade a forma mais democrática de inserção nas Forças Armadas.

Mas será que retirar a obrigatoriedade do serviço militar seria a alternativa mais adequada? Será que dessa forma somente iriam se voluntariar os vocacionados?

Será utilizado nesse momento o relato de KUHLMANN (2001), quando em seu estudo sobre o serviço militar, fala sobre a forma de recrutamento utilizada nos Estados Unidos:

O recrutamento nos Estados Unidos é feito dentro de certa lógica de mercado. Quando a economia do país vai bem, a procura pela carreira militar reduz-se a números abaixo das expectativas. Os atrativos econômicos e as vantagens oferecidas, principalmente para aqueles setores da população considerados minorias (pobres, negros, latinos, asiáticos), transformam o Serviço Militar em uma ótima oportunidade de melhorar suas condições de vida. (KUHLMANN, 2001, 147)

Portanto, os jovens americanos são estimulados a ingressar nas Forças Armadas por meio de uma combinação de técnicas sofisticadas de recrutamento e incentivos financeiros. No Brasil, a situação não é muito diferente. O nosso voluntário é, na maioria das vezes, compulsado pela necessidade. Como já dito, o histórico do Serviço Militar, foi marcado pelo recrutamento de populações sem ocupação, “vândalos”, “malfeitores” e por aqueles que não encontravam outra forma de sobrevivência, a não ser entrando para o Exército ou a Armada.

A relação entre pobreza e voluntariado para o Serviço Militar é relatada por KUHLMANN (2001), quando relembra que o Exército era composto de homens de todas as regiões do Brasil, graças à Lei de Conscrição, promulgada em 1908, mas não implementada até 1916, que determinava cotas de convocação para cada Estado, baseadas em suas respectivas populações.

As modestas recompensas materiais da vida no Exército eram tão atraentes para a maioria dos nordestinos pobres, que estes viam com agrado a perspectiva de dois anos de serviço militar, mesmo sabendo que provavelmente ficariam longe de seus lares, já que muito poucas unidades militares estavam sediadas no Nordeste. (KUHLMANN, 2001, p. 102).

Esse quadro não teve muitas mudanças no cenário atual e ainda permanece nos dias de hoje. No capítulo seguinte, com a apresentação e resultado da pesquisa realizada com uma parcela dos jovens inseridos no serviço militar obrigatório em determinada Organização Militar no Rio de Janeiro, veremos que a maioria dos que ingressam nos quartéis são jovens que não conseguem se inserir no mercado de trabalho.

2.4 Formas de recrutamento na atualidade

2.4.1 Serviço militar obrigatório

Atualmente, o alistamento deve ser realizado por todo jovem brasileiro, do sexo masculino, no período de 1º de janeiro ao último dia útil do mês de junho do ano em que o jovem irá completar dezoito anos, na Junta de Serviço Militar (JSM) mais próxima de sua residência. Caso esteja residindo no Exterior, deverá procurar os Consulados ou as Embaixadas do Brasil. Desde o ano de 2003, o processo de recrutamento militar para as Forças Armadas foi unificado em todo o território nacional.

Conforme Plano Geral de Convocação para o Serviço Militar Obrigatório para 2022, o Ministério da Defesa utiliza, para o recrutamento militar nas Forças Armadas, o sistema informatizado denominado Sistema Eletrônico de Recrutamento Militar e Mobilização (SERMILMOB) do Exército Brasileiro. Ao término da SELEÇÃO realizada pela Comissão de Seleção (CS), o cidadão poderá ser designado para a prestação do Serviço Militar Obrigatório em uma Organização Militar da Ativa ou ser matriculado em Órgão de Formação de Oficiais da Reserva (CPOR/NPOR), caso possua o grau de escolaridade igual ou superior à 3ª série do Ensino Médio, ou em um Tiro de Guerra.

Desde 2003, as fases do processo de recrutamento são comuns à Marinha, ao Exército e à Aeronáutica e estão unificadas no âmbito do Ministério da Defesa. As políticas relativas ao Serviço Militar na atualidade são conduzidas pelo Departamento de Mobilização do Ministério da Defesa e pelo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA).

No Exército, o gerenciamento do Serviço Militar fica a cargo, nacionalmente, da Diretoria do Serviço Militar (DSM), com sede em Brasília e diretamente subordinada ao Departamento Geral de Pessoal (DGP). É um órgão de cúpula, técnico-normativo, cabendo-lhe dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades do Serviço Militar no âmbito da Força. Vale salientar que o sistema é todo informatizado, com suporte eletrônico que fornece processamento de todas as fases do recrutamento, além de facilitar os contatos entre os órgãos responsáveis pelo gerenciamento do Serviço Militar nos diversos escalões administrativos. Em cada uma das Regiões Militares existe uma Seção do Serviço Militar Regional (SSMR), responsável pelo gerenciamento do sistema do Serviço Militar na área sob sua jurisdição. Em sua tarefa, é assessorada pela Circunscrição do Serviço Militar (CSM), que, por sua vez, possui a

incumbência de fiscalizar o trabalho das Delegacias do Serviço Militar (Del SM) existentes na sua área de atuação.

As Delegacias coordenam os trabalhos das Juntas do Serviço Militar (JSM) espalhadas pelos municípios e são administradas pelas prefeituras municipais. As Juntas são os órgãos com os quais os jovens tomam os primeiros contatos com o Serviço Militar, através da realização do alistamento. No final do sistema, estão as Comissões de Seleção, volantes ou fixas. Elas realizam o trabalho de seleção dos jovens conscritos.

A Diretoria de Serviço Militar (DSM) é o órgão de apoio técnico-normativo encarregado de dirigir, orientar, coordenar e controlar as atividades ligadas ao Serviço Militar, no âmbito do Exército, em todo o território nacional. A DSM é responsável também pelo mapeamento das informações de todos os jovens que estão ou já estiveram no Serviço Militar Obrigatório, compondo um banco de dados. Tal instrumento, além de mapear o perfil do público do serviço, pode ser fonte para diversas pesquisas na área.

Ao Ministério da Defesa cabe legislar e planejar no mais alto nível sobre o assunto. À Diretoria de Serviço Militar, órgão técnico-normativo, subordinada ao Departamento-Geral do Pessoal, do Comando do Exército. Além do planejamento, orientação, coordenação e avaliação das atividades relativas ao serviço militar inicial, à mobilização de pessoal, à demissão de oficiais de carreira, ao controle do pessoal da Reserva não-remunerada e dos convocados para o serviço militar temporário e à identificação do pessoal.

Cabe-lhe ainda, a responsabilidade de solucionar os problemas relativos à legislação do Serviço Militar, em ligação com o Ministério da Defesa e com as demais Diretorias correspondentes na Marinha e na Aeronáutica

Em tese, o convocado pode optar pela Força Singular que gostaria de prestar o Serviço Militar Obrigatório durante o processo de seleção, no entanto, não significa que será atendido em sua pretensão, visto que a designação para uma das Forças Singulares dependerá de suas aptidões pessoais, aferidas durante os exames efetuados na seleção e dos critérios estabelecidos pela Marinha, Exército e Aeronáutica para preenchimento de seus efetivos.

A atividade de recrutamento tem início, como já comentamos, com o ato prévio do alistamento militar. Uma vez alistado, o jovem receberá um documento chamado Certificado de Alistamento Militar (CAM) e preenche a Ficha de Alistamento Militar (FAM), essa permanecendo em poder da Junta. Neles, serão anotados os dados pessoais, grau de instrução, características físicas e endereço do conscrito. No verso do CAM são colocados carimbos que informam o andamento do processo de seleção. O primeiro é realizado pela Junta, logo após o alistamento, e indica a data em que o conscrito deverá retornar à mesma para tomar

conhecimento se foi designado para seleção geral, ou se fará parte do universo dos dispensados, exemplos desse segundo caso são os jovens que fazem parte dos chamados municípios não tributários.

Em seguida, o processo desencadeia-se em quatro fases sucessivas: a convocação, a seleção, a designação e a incorporação ou matrícula. A convocação é feita por classes, as quais correspondem ao ano de nascimento do cidadão (exemplo: classe de 1998 corresponde a todos os cidadãos do sexo masculino nascidos no ano 1998).

Deverão apresentar-se entre o dia 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano em que completarem 18 anos. O procedimento inicial de escolha é realizado pela Comissão de Seleção, integradas por militares dos quartéis sediados nas respectivas cidades e os resultados, por sua vez, são enviados para a Região Militar à qual são subordinados. Compreende exame físico, médico, psicológico e social.

Segundo informações veiculados no site do Exército Brasileiro, para que processo de seleção seja o mais amplo e democrático possível, os recrutas são escolhidos por dois critérios principais. O primeiro é a combinação do vigor físico com a capacidade analítica. O segundo é o da representação de todas as classes sociais e regiões do País. A seleção também leva em conta aspectos culturais, psicológicos e morais. Após o processo de seleção, o cidadão poderá ser designado para a prestação do Serviço Militar Obrigatório em Organizações Militares.

Durante um ano, o recruta passa por uma formação militar básica e depois se especializa em determinada área. Nesse período, os jovens que passam a ser chamados de “recrutas,” familiarizam-se com a rotina e as práticas comuns ao ambiente militar. Iniciam a prática de atividades físicas; adquirem noções de hierarquia, disciplina e civismo. Se ao final de um ano de serviço o recruta quiser seguir a carreira militar, deve-se submeter a uma nova seleção, podendo continuar no quartel são dispensados ou podem ser engajados por no máximo 8 (oito) anos.

Por sua vez, o serviço militar obrigatório contempla também o serviço militar de médicos, farmacêuticos, dentistas e veterinários, masculino, que é prestado pelos brasileiros – matriculados ou diplomados – nas Instituições de Ensino destinadas à formação de Médicos, Farmacêuticos, Dentistas e Veterinários. Os estudantes matriculados têm sua incorporação adiada até o término do curso. São realizadas palestras nesses estabelecimentos de ensino, anualmente, procurando orientar os concludentes dos diversos cursos quanto às suas obrigações para com o Serviço Militar. Após a conclusão do curso, ou no último ano, deverão regularizar a situação militar.

2.4.2 Tiros de guerra

Considerado como uma instituição tipicamente brasileira, mantida pela prefeitura. Sua finalidade, quanto ao combate, é formar os componentes da defesa territorial, atividade mais de manutenção de pontos sensíveis, em caso de conflito interno ou guerra.

Segundo o Ministério da Defesa, os Tiros de Guerra (TG), são Órgãos de Formação da Reserva que possibilitam a prestação do serviço militar inicial dos convocados não incorporados em organizações militares da ativa, de modo a atender a instrução, buscando conciliar o trabalho e o estudo do cidadão no município sede do Tiro-de-Guerra.

Para a instalação de um TG, a prefeitura municipal manifesta seu interesse ao Comando da Região Militar¹⁵ que providencia o início do processo de criação do Tiro-de-Guerra; o Exército fornece o fardamento destinado aos Atiradores, o material de natureza militar e a nomeação dos Instrutores, a Prefeitura fica responsável pelas instalações, a área de tiro e o material de expediente.

Os Tiros-de-Guerra estão distribuídos em quase todos os estados do Brasil, ocupando assim todo o território nacional, nos pontos mais longínquos do país, onde os jovens recebem treinamento básico e de defesa territorial.

Ainda segundo o Ministério da Defesa, o Tiro de Guerra, apresenta vantagens tais como: não afastar os jovens das atividades escolares, não prejudicar a comunidade local, evitar o êxodo rural, além de ser uma solução econômica.

Para tal, o treinamento pode ocorrer nas primeiras horas da manhã, ou à tarde e nos sábados de manhã, numa tentativa de não atrapalhar uma possível atividade profissional do jovem.

2.4.3 Serviço militar voluntário técnico temporário

A modalidade de serviço militar voluntário/ temporário, contempla jovens a partir de 18 anos que tenham completado o ensino médio/técnico ou ensino superior e ter experiência profissional. É destinado para homens e mulheres e são contempladas as áreas técnicas, de saúde e de combatentes.

¹⁵ Constitui um comando das forças armadas de um país, encarregada da administração militar de uma das parcelas do seu território.

Os voluntários participam de um processo seletivo público que normalmente tem etapas de provas escritas, avaliações curriculares, inspeção de saúde, teste físico e avaliação psicológica. Após serem selecionados de acordo com as vagas disponíveis, são incorporados ao Serviço Militar Temporário, podendo ficar no máximo 8 (oito) anos, nas Forças Armadas.

Estes militares recém incorporados, realizam o Estágio de Adaptação e Serviço que visa adaptá-los à vida militar e posteriormente são inseridos em Organizações Militares para cumprir o serviço para qual foi voluntário.

2.4.4 Ingresso nas escolas de formação

As Forças Armadas, composta por Marinha, Exército e Aeronáutica, realizam concursos públicos de acordo com a sua faixa etária e escolaridade, para brasileiros natos com a finalidade de serem incorporados como militares de carreira. Atualmente existem seleções anuais em todas as Forças, para diversas carreiras militares, para Oficiais¹⁶ e Praças¹⁷. Estas seleções assim para áreas de combate, técnica, corpo de saúde, de engenheiros, de armada, ciências navais, dentre outras. Anualmente, nos sites de cada força, contém informações quanto aos concursos abertos, critérios, vagas e localidade, uma vez que as seleções são a nível nacional.

Outra forma de inserção do jovem nas escolas de formação por concurso público é o ingresso nos colégios militares. Dos requisitos básicos, estão ser brasileiros e ter concluído ou estar cursando o 5º ano do Ensino Fundamental (5º ano/EF), para os candidatos ao ingresso no 6º ano do Ensino Fundamental (6º ano/EF); ou o 9º ano do Ensino Fundamental (9º ano/EF), para os candidatos ao ingresso no 1º ano do Ensino Médio (1º ano/EM). Aos interessados no 6º ano – ter menos de 13 (treze) anos em 1º de janeiro do ano da matrícula e completar 10 (dez) anos até 31 de dezembro do ano da matrícula. Aos interessados no 1º ano do ensino médio- ter menos de 18 (dezoito) anos em 1º de janeiro do ano da matrícula ou completar 14 (quatorze) anos até 31 de dezembro do ano da matrícula. O Concurso de Admissão é realizado anualmente e composto das seguintes etapas: Exame Intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, para todos os candidatos inscritos; Revisão Médica e Odontológica, de caráter eliminatório; e Comprovação dos Requisitos Biográficos dos Candidatos, de caráter eliminatório.

¹⁶Constitui o membro de umas forças armadas investido numa posição de autoridade. São divididos em Oficiais Superiores, Intermediário e o Subalterno.

¹⁷ Membro das forças armadas que pertence à categoria inferior da hierarquia militar.

Em resumo, o Serviço Militar contém matizes dos ideais daqueles que lutaram por sua implantação no Brasil. Desde a lei de 1908 até sua configuração final, com a atual Lei do Serviço Militar Obrigatório, a noção da universalidade, da obrigatoriedade, do nivelamento das classes sociais, da civilidade e da nação em armas constituíram o fio condutor do recrutamento no Brasil. Vimos neste capítulo que a história do serviço militar advém dos primórdios do país, com a implantação dos exércitos para garantir a defesa do território recém explorado pelos europeus. Vimos também que durante todo o processo histórico, questões políticas, sociais, ideológicas, culturais, territoriais, classistas, dentre outras características, perpassaram pela sua prestação, tendo influências europeias, mas também com especificidades locais e culturais.

Ressalta-se que desde seus primórdios a seleção para acessar os postos e graduações era feita de forma desigual. Os que vinham de famílias “nobres” ou mais abastardas garantiam os postos mais altos, o oficialato, e os de poucos recursos ou nenhum recurso: escravos, indígenas, “vagabundos”, desordeiros, criminosos, tinha no serviço militar o castigo ou a busca da redenção. Como já dito, o serviço militar foi visto durante muito tempo e dependendo de como for analisado até os dias atuais é visto como forma de castigo para muitos e contraditoriamente como forma de inserção na sociedade (caso dos escravos que se voluntariavam para o serviço militar à época da colonização em troca de serem libertados), visão esta que não pode ser descartada atualmente, uma vez que pode ser uma forma de ascensão social, de status e de pertencimento. Sendo assim, possui uma relação paradoxal.

Com a obrigatoriedade decretada em 1964, com a Lei do Serviço Militar, buscava-se a igualdade de inserção, sendo todos obrigados a se alistar, não somente os desassistidos socialmente, como vimos no apanhado histórico. Contudo, o que se observa é que mesmo destinado em lei que todos os brasileiros do sexo masculino devem servir, na prática, em sua grande maioria, são os mais pobres e carentes de recursos, que procuram os quartéis como voluntários. Ficando os jovens com mais oportunidades fora da seleção, uma vez que a inserção no serviço militar não acarretaria nenhum benefício, ao contrário, atrapalhariam seus projetos de vida.

3 JUVENTUDES E SUAS MOTIVAÇÕES PARA O INGRESSO NO SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO – VOCAÇÃO OU NECESSIDADE DE SEGURANÇA?

E chegamos ao capítulo destinado a abordar a pesquisa de campo realizada para compor este estudo. Inicialmente apresentaremos a pesquisa, trazendo alguns conceitos e noções sobre pesquisa social e suas nuances, as motivações da pesquisadora para sua realização, os objetivos, escolha do público-alvo, metodologia e instrumentos de pesquisa utilizados, tempo gasto para realização da pesquisa e desafios encontrados pela pesquisadora para realização da pesquisa. Posteriormente serão apresentados os resultados obtidos com a realização da entrevista com os jovens inseridos no serviço militar da Organização Militar pesquisada.

3.1 Apresentação da pesquisa de campo

Para as autoras MIOTO & LIMA (2007), o processo de pesquisa se constitui em uma atividade científica básica que, através da indagação e reconstrução da realidade, alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade, vinculando pensamento e ação uma vez que “nada pode ser intelectualmente um problema se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática” (MINAYO, 2001, p. 17).

Segundo MINAYO, a pesquisa:

é um processo no qual o pesquisador tem uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente, pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta “uma carga histórica” e reflete posições frente à realidade. (MINAYO, 1994, p.23).

A pesquisa feita nesta dissertação teve o método dialético como a norte orientador de todo o processo de investigação e de análise realizado. A escolha pelo método dialético se deu por ele levar o pesquisador a trabalhar sempre considerando a contradição e o conflito; o chamado “devir”; o movimento histórico; a totalidade e a unidade dos contrários; além de apreender, em todo o percurso de pesquisa, as dimensões filosófica, material/concreta e política que envolvem seu objeto de estudo. Ainda segundo MIOTO & LIMA (2007) o método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo.

Sabe-se que o processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar as respostas ao objeto de estudo proposto.

3.1.1 Motivações

Como vimos no capítulo 1 desta dissertação, o debate sobre a juventude, sobretudo quando vinculado ao tema do trabalho, foi ganhando espaço ao longo do tempo na agenda das políticas públicas e na pesquisa acadêmica. Vimos também que os programas e ações de capacitação profissional para inserção laboral de jovens tiveram destaque no final do século XX e que atualmente não tem sido prioridade na agenda governamental, fato este que impediu avanços na área. No que refere as mudanças no contexto do trabalho, sabe-se que estão afetando cada vez mais os jovens e suas novas formas de sociabilidade com impactos no modo de vida dessa população, bem como na sua relação com os outros e consigo mesmo.

De acordo com os estudiosos, as dificuldades de inserção do jovem no mercado de trabalho é uma realidade não só brasileira, mas mundial. A inserção dos jovens no mercado de trabalho é um desafio histórico no Brasil, conforme tratado no capítulo inicial deste estudo. Esse decisivo momento na vida delas e deles está diretamente conectado a sua relação com os estudos, mas outros aspectos sociais afetam bastante essa relação.

Considerando a pesquisa **Juventudes e a Pandemia do Coronavírus** feita pelo CONJUVE, em parceria com Fundação Roberto Marinho, Rede Conhecimento Social, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Em Movimento, Visão Mundial, Mapa Educação e Porvir e publicada recentemente, a população jovem do Brasil é, atualmente, a maior da história: mais de 47 milhões de pessoas entre 15 e 29 anos e alguns obstáculos comprometem a trajetória de seu desenvolvimento profissional, contribuindo para as altas taxas de desemprego, para a inserção em trabalhos informais, a insegurança em permanecer trabalhando e pouca perspectiva de avanço na carreira. Somado a isso, considerando o sistema educacional necessitando de melhorias para maior eficiência, inclusão e abrangência da educação básica, chegamos a um cenário nada otimista no ano de

2020, onde segundo a *PNAD CONTÍNUA (2012-2020)*¹⁸ o percentual de jovens que não trabalhavam nem estudavam chegou a 29,3%.

Com isso, múltiplas formas de inserção no mercado de trabalho vêm sendo utilizadas para tentar suprir as lacunas exemplificadas acima. O Serviço Militar Obrigatório como um espaço de inserção do jovem no mundo do trabalho, seria um exemplo dessas inserções não convencionais, visto que sua missão principal não seria a de ser um espaço sócio-ocupacional e sim capacitar os jovens para a defesa nacional.

Como já abordado na introdução desta dissertação, o interesse em estudar os jovens e suas relações com o trabalho veio de uma experiência profissional em um programa de jovens aprendizes que culminou no artigo de conclusão de curso de especialização, cujo foco era identificar possíveis impactos dessa inserção na família dos jovens participantes.

Inicialmente minha pretensão de pesquisa no mestrado era estudar os possíveis impactos do programa de aprendizagem que atuava na vida dos jovens egressos, porém devido a mudança de rumos profissionais com a minha aprovação em processo seletivo para o ingresso nas Forças Armadas, mais especificamente, no Exército Brasileiro, foi feita a opção, pela alteração do campo de pesquisa devido às condições objetivas tais como: dificuldade de realizar a pesquisa em local diferente devido à falta de tempo e entendimento de que realizar a pesquisa no meu atual espaço socio ocupacional não só contribuiria na realização da produção de conhecimento, como na atuação profissional.

A partir de então, buscou-se junto a minha orientadora, delimitar um novo objeto optando em permanecer com a temática da juventude e trabalho, porém, relacionando-a com o ingresso e permanência no Serviço Militar Obrigatório.

3.1.2 Objetivos

Ressalta-se que o objetivo central desta pesquisa é analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho à luz do Serviço Militar Obrigatório e que seus objetivos secundários serão materializados como resultados obtidos da pesquisa de campo realizada.

Dentre os objetivos específicos deste estudo estão caracterizar a realidade socioeconômica dos jovens inseridos no Serviço Militar Obrigatório na Companhia de

¹⁸ Refere-se a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE) feita mensalmente. Visa acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.

Comando da 1ª Região Militar do Exército Brasileiro no ano de 2021; identificar as motivações relacionadas à inserção dos jovens no Serviço Militar Obrigatório; refletir sobre o impacto socioeconômico na realidade social dos jovens e de suas famílias no período em que está inserido no Serviço Militar; e identificar as percepções dos jovens recrutados sobre o Serviço Militar Obrigatório, no tocante às possibilidades de inserção no mercado de trabalho futuro.

É de suma importância, trazer novamente a noção de juventudes abordada no capítulo inicial desta dissertação, para frisar que cada juventude é vivenciada de uma forma, considerando sua historicidade e contexto social e que ao identificarmos o perfil dos jovens pesquisados saberemos de que qual juventude estamos falando.

Segundo DAYRELL (2006) categoria juventude não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado quando entrar na vida adulta.

A juventude constitui um momento determinado, mas que não se reduz a uma passagem, assumindo uma importância em si mesma como um momento de exercício de inserção social, no qual indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias da vida social, desde a dimensão afetiva até a profissional. Todo o processo da juventude é influenciado pelo meio social concreto no qual se desenvolve e pela qualidade das trocas que este proporciona. Assim, os jovens constroem determinados modos de ser jovem que apresentam especificidades, o que não significa, porém, que haja um único modo de ser jovem nas camadas populares. É nesse sentido que enfatizamos a noção de juventudes, no plural, para enfatizar a diversidade de modos de ser jovem existentes. (DAYRELL, 2006, pág. 4)

Entende-se que este estudo pode contribuir também na ampliação dos debates acadêmicos sobre juventude e trabalho, assim como na produção de informações e dados que podem auxiliar na elaboração de ações e projetos para os jovens inseridos nas Forças Armadas.

No decorrer da apresentação da pesquisa, dos resultados obtidos e na análise destes, buscar-se-á identificar se os objetivos citados acima foram alcançados ou não.

3.1.3 Público-alvo

Com a decisão de permanecer com a temática da juventude e trabalho relacionando-a com o ingresso e permanência no Serviço Militar Obrigatório, definiu-se, também, qual público

seria pesquisado dentro deste universo do Serviço Militar Obrigatório, uma vez que existe uma gama de possibilidades.

De acordo com DUARTE (2002), em seu estudo sobre pesquisa qualitativa, a definição de critérios segundo os quais serão selecionados os sujeitos que vão compor o universo de investigação é algo primordial, pois interfere diretamente na qualidade das informações a partir das quais será possível construir a análise e chegar à compreensão mais ampla do problema delineado. Ainda segundo a autora, a descrição e delimitação da população base, ou seja, dos sujeitos a serem entrevistados, assim como o seu grau de representatividade no grupo social em estudo, constituem um problema a ser imediatamente enfrentado, já que se trata do solo sobre o qual grande parte do trabalho de campo será assentado.

Sendo assim, para que pudéssemos analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho, pela via do Serviço Militar Obrigatório, considerou-se como sujeitos da pesquisa, os Soldados do Efetivo Variável, que são os jovens que foram inseridos no Serviço Militar Obrigatório em 2021, incorporados na Organização Militar – 1ª Companhia do Comando da 1ª Região Militar – Cia Cmdo 1ª RM, do Exército Brasileiro, - localizada no Palácio Duque de Caxias, na Região Central do Rio de Janeiro.

Destaca-se que a opção por realizar as entrevistas com os jovens que entraram no Serviço Militar Obrigatório pelo Exército Brasileiro, justifica-se por alguns motivos. O primeiro dele diz respeito ao fato de o Exército Brasileiro ser a Força Armada que utiliza a maior parcela dos jovens, por causa de seu efetivo significativamente maior, em relação as demais Forças Armadas: Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira.

O segundo motivo diz respeito ao fato de que a pesquisa perpassa a relação jovem e trabalho, sendo o público do Serviço Militar Obrigatório, os jovens em suas idades iniciais e tendo nele sua primeira noção de trabalho.

O terceiro motivo versa sobre o recorte dos jovens do Serviço Militar Obrigatório, ou seja, os Soldados do Efetivo Variável¹⁹ que se justifica por estarem recém incorporados ao Exército, buscando assim identificar um dos objetivos da pesquisa que é identificar as motivações do jovem em sua inserção nesse espaço de atividades militares, entendido neste estudo, também, como espaço sócio-ocupacional de jovens que necessitam ser/estar economicamente ativos devido sua realidade social, ultrapassando assim, sua missão essencial que é formar soldados para a defesa nacional.

¹⁹ O Efetivo Variável no Exército Brasileiro é formado pelos que cumprem o serviço militar obrigatório.

Não obstante, os autores pesquisados e o fundamento da pesquisa qualitativa dizem que nessa metodologia qualitativa não devemos definir o número de sujeitos que virão a compor o quadro das entrevistas antes da pesquisa de campo ser iniciada de fato, uma vez que tudo “depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações.” (DUARTE, 2002: 143).

Entretanto, inicialmente, estimou-se um universo de entrevistados em cerca de 50% do total de soldados do Efetivo Variável inseridos no Serviço Militar Obrigatório, no ano de 2021, considerando que foram incorporados um total de 120.

Cabe destacar que este recorte estimado se deu analisando também o tempo hábil para realização da pesquisa, compilação de dados e análise do conteúdo. Dessa forma, entendeu-se que metade dos jovens seria uma amostra importante para ser compreendida em sua realidade.

Ao final do trabalho de campo, foram realizadas 46 (quarenta e seis) entrevistas com os soldados do efetivo variável, número este que se deu devido a questões que serão sinalizadas mais à frente, no item que irá detalhar o processo de entrevistas.

3.1.4 Local

Como vimos no capítulo 2, o serviço militar no Brasil existe desde os primórdios do país e vem se moldando ao longo dos tempos. Vimos também que o Serviço Militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas pelas Forças Armadas (Marinha, Exército e Aeronáutica) e compreenderá, na Mobilização de Pessoal, todos os encargos com a Defesa Nacional e terá a duração normal de 12 (doze) meses. É o período em que o brasileiro recebe treinamento em Organização Militar (quartel) da Marinha, Exército ou Aeronáutica visando à defesa da Pátria.

Sendo assim, a pesquisa realizada teve como pano de fundo o Serviço Militar Obrigatório, mas especificamente, os jovens que estavam prestando o serviço militar em uma Organização Militar – OM – inserida na área de abrangência da 1ª Região Militar do Exército Brasileiro.

É importante destacar que o Exército Brasileiro, conhecido também como Força Terrestre, divide sua área de atuação no país por meio de Regiões Militares e Comandos Militares. A Força Terrestre possui 12 (doze) Regiões Militares que contemplam um conjunto de estados considerando a proximidade territorial e 7 (sete) áreas geográficas chamadas Comandos Militares de Área, são eles: Comando Militar da Amazônia, Comando Militar do

Planalto, Comando Militar do Oeste, Comando Militar do Sul, Comando Militar do Leste, Comando Militar do Sudeste e Comando Militar do Nordeste.

A 1ª Região Militar, região a qual estão os entrevistados desta pesquisa, pertence ao Comando Militar do Leste.

No que diz respeito a escolha do local para realização da pesquisa, ou seja, a Força e Organização Militar escolhidas – Exército Brasileiro e Companhia de Comando da 1ª Região Militar respectivamente – se deu ao analisar as condições objetivas referente ao acesso e autorização, visto que é o local de atuação profissional desta pesquisadora.

Esta facilidade de se pesquisar no local de atuação profissional encontrou pontos positivos e negativos na realização da pesquisa de campo. Como ponto positivo podemos citar a relevância dada a pesquisa pelos militares do alto escalão da Região Militar e como ponto negativo, a impossibilidade de realização da pesquisa fora do horário de trabalho, o que impactou no tempo para realização das entrevistas.

No item destinado aos desafios da pesquisa, serão detalhadas e analisadas as dificuldades encontradas.

3.1.5 Cronograma

O cronograma de uma pesquisa diz respeito a discriminação das etapas de trabalho, com seus respectivos prazos, com o intuito de fornecer controle sobre as atividades da pesquisa, contribuindo assim para concretização do planejamento realizado.

O cronograma elaborado no projeto de pesquisa continha: pesquisa bibliográfica perpassando todo o período, qualificação do projeto, envio para aprovação do Comitê de Ética, procedimentos para autorização da pesquisa no campo na Instituição, pesquisa de campo/ realização das entrevistas, análise das entrevistas e tabulação das informações do trabalho de campo, elaboração da dissertação e defesa.

Algumas etapas do cronograma, tais como autorização para realização da pesquisa de campo pela Comitê de Ética da Instituição preponente e pela Instituição onde a pesquisa seria realizada dependiam de atores externos e isso comprometeu, de certa forma, o tempo discriminado inicialmente para sua efetivação, o que ocasionou a necessidade de ajustes e atrasos no cronograma.

A pandemia da Covid 19, que trouxe paralisações e proibições de funcionamento para que pudesse ocorrer o isolamento social iniciado, no Brasil, em março de 2020 e até o

encerramento desta dissertação ainda está em curso, contribuiu significativamente para o atraso da pesquisa, uma vez que estávamos impossibilitados de ir e vir, de exercer atividades presenciais, da proximidade com demais pessoas fora do círculo de convivência, acometidos pelo acúmulo de funções, de atividades, pelo medo, angústia e pelas perdas devido a doença. De fato, foi e tem sido um período que comprometeu o processo natural da pesquisa.

Considerando o exposto, o período de realização deste estudo, tendo como base os processos mencionados no cronograma apresentado no projeto de pesquisa desta dissertação, foi de 14 (quatorze) meses.

No que se refere ao tempo de pesquisa de campo, conforme descrito acima, também foi impactado pelo atraso na autorização de seu início. Porém, após a autorização, a pesquisa de campo foi realizada e teve duração aproximada de 2 (dois) meses

3.1.6 Metodologia

Pode-se dizer que os procedimentos metodológicos dizem respeito ao caminho a ser percorrido para realização de uma pesquisa, caminho este composto de métodos e técnicas diversos. Para MIOTO & LIMA

ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa, busca-se apresentar o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” na apreensão da realidade, e que se encontram intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale. (MIOTO&LIMA, 2002).

Dessa forma, é a metodologia que explicita as opções teóricas fundamentais, expõe as implicações do caminho escolhido para compreender determinada realidade e o homem em relação com ela (MINAYO,1994, p. 22). Assim, pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa. Assim, o processo de apreensão e compreensão da realidade inclui as concepções teóricas e o conjunto de técnicas definidos pelo pesquisador para alcançar respostas ao objeto de estudo proposto.

Portanto, parafraseando MIOTO & LIMA (2007), realizar uma pesquisa entendendo a realidade social dinâmica, contraditória, histórica e ontológica implica na utilização de procedimentos metodológicos que consigam engendrar todos esses pressupostos com a mesma intensidade como se apresentam quando estão em relação.

Do exposto, este estudo utilizou a pesquisa qualitativa de natureza exploratória, sendo utilizadas para o seu desenvolvimento os procedimentos metodológicos: *pesquisa bibliográfica*, considerando autores de livros, artigos e trabalhos acadêmicos que versam sobre as temáticas Trabalho, Juventude e Forças Armadas; e *pesquisa de campo*, onde essa pesquisadora teve acesso aos documentos internos, consultou bancos de dados, periódicos normativos e sites das Forças Armadas, conheceu e entrevistou o público-alvo, ações estas que tiveram por objetivo contribuir com a organização e elaboração do trabalho.

A pesquisa de tipo exploratória é aquela realizada em assuntos pouco explorados, com pouco conhecimento sistematizado, o que é o caso de estudos sobre a juventude e suas relações com o trabalho tendo como campo a ser pesquisado o serviço militar obrigatório.

Para os autores o pesquisador que optar pela pesquisa exploratória deve se ter um esforço muito grande para sistematizar os dados coletados definindo a utilidade da informação e ter o cuidado de não cair no risco que muitos pesquisadores caem de serem meros informantes de dados, com poucas análises e conteúdo.

MINAYO (2017) ressalta que uma amostra qualitativa ideal é a que reflete em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo.

Em relação à pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório. A pesquisa bibliográfica possibilita um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto.

É importante destacar também que a pesquisa bibliográfica é realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que subsidiam a análise futura dos dados obtidos, sendo transversal ao estudo, perpassando seu início, meio e fim.

Sobre o trabalho de campo ou pesquisa de campo, trazemos o conceito de

O trabalho de campo é mãe e nutriz de toda dúvida (...) antropológica que consiste em se saber que nada se sabe, mas, também em expor o que se pensava saber, às pessoas que [no campo] podem contradizer [nossas verdades mais caras]. (LÉVY-STRAUSS apud MINAYO, 2012, p. 622).

Segundo MINAYO (2012) a pesquisa de campo é pesquisa empírica realizada no local onde se tem a inquietação do que se pretende compreender, investigar, sendo necessária para

obtenção e dados específicos do local a ser estudado, por meio de entrevistas, pesquisas diversas, observações, dentre outros processos metodológicos.

Segundo a autora, para se ter um trabalho de campo profícuo, o pesquisador deve construir um relato composto por depoimentos pessoais e visões subjetivas dos interlocutores, em que as falas de uns se acrescentam às dos outros e se compõem com ou se contrapõem às observações. (MINAYO, 2012, p. 623). Sendo assim, para a autora, o trabalho de campo não é um exercício de contemplação. Tanto na observação como na interlocução com os atores, o investigador é um ator ativo, que indaga, que interpreta, e que desenvolve um olhar crítico.

No que diz respeito ao instrumento utilizado para coleta de dados, optou-se pela entrevista semiestruturada que foram aplicadas por esta pesquisadora, individualmente, em espaço destinado para tal ação.

De acordo com QUEIROZ (1988), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos.

O recurso a entrevistas semiestruturadas como material empírico privilegiado na pesquisa constitui uma opção teórico-metodológica que está no centro de vários debates entre pesquisadores das ciências sociais, uma vez que elaborar roteiros de entrevistas e formular perguntas não é tarefa fácil e pode apresentar riscos ao resultado da pesquisa.

Assim, é relevante enfatizar que realizar entrevistas é algo que depende fundamentalmente da experiência no campo.

Segundo DUARTE (2002) por mais que se tenha uma boa preparação e boa noção daquilo que se está buscando, “adquirir uma postura adequada à realização de entrevistas semiestruturadas, encontrar a melhor maneira de formular as perguntas, ser capaz de avaliar o grau de indução da resposta contido numa dada questão, ter algum controle das expressões corporais – evitando o máximo possível gestos de aprovação, rejeição, desconfiança, dúvida, entre outros - são competências que só se constroem na reflexão suscitada pelas leituras e pelo exercício de trabalhos dessa natureza.”(DUARTE, 2002, p. 146).

Em relação à análise das informações coletadas será utilizada a técnica de tabulação dos dados para análise de conteúdo. Para auxiliar as tarefas que envolvem essa etapa da análise de dados coletados foi utilizado o *Google Form “Formulários do Google”*. Para tal, foram criados categorias, códigos textuais, cruzamentos de dados dentre outras técnicas para compilar e analisar o material bruto resultante da pesquisa de campo.

Ao término da etapa de organização/classificação do material coletado, foi realizado um mergulho analítico na bibliografia pesquisada e estudada para elaboração desta dissertação, de

modo a produzir interpretações e análises que objetivem dar conta, em certa medida, do problema e das questões que motivaram a investigação.

3.1.7 Realização da pesquisa de campo: entrevistas

Considerando o exposto, a pesquisa de campo foi iniciada em abril de 2021, após a finalização do processo de autorizações do Comitê de Ética da UERJ e do Comandante da 1ª Região Militar do Exército Brasileiro.

Conforme mencionado acima o procedimento metodológico escolhido para coleta de dados na pesquisa de campo foi a entrevista individual. Para tal foi disponibilizado para esta pesquisadora a sala de atendimento social da Seção do Serviço de Assistência Social da 1ª RM.

Considerando todos os desafios citados acima, conseguiu-se montar o cronograma de entrevista, que continha os horários e quantidade de entrevistas que se iria fazer por dia. Buscou-se elaborar um cronograma semanal que era entregue ao Subcomandante da Companhia de Comando da 1ª RM, que foi incumbido de organizar a disponibilização dos soldados/recrutas para realização das entrevistas.

Ressalta que todos os soldados/recrutas estavam inseridos em seções e tinham funções a serem executadas em seus locais de trabalho e para realização das entrevistas, eram liberados pelos seus superiores. Com isso, havia a necessidade de se montar um cronograma com os horários destinados por esta pesquisadora para realização da pesquisa e encaminhá-lo para o Subcomandante para que ele organizasse a distribuição dos entrevistados.

Normalmente era reservado uma hora e meia ao final da manhã ou ao final da tarde, para realização das entrevistas e com isso conseguia-se entrevistar 4 (quatro) a 5 (cinco) soldados por dia. Não tinha a possibilidade de ter outra distribuição visto que a pesquisa de campo foi realizada no horário de expediente e tanto eu, a pesquisadora, quanto os entrevistados, tínhamos nossas obrigações e afazeres enquanto militares da Organização.

O fato de a pesquisa ter sido feita no horário de trabalho foi o grande dificultador para sua realização, o que impactou no tempo destinado para cada entrevista, fato este que será melhor abordado mais à frente quanto falarei dos desafios para execução da pesquisa de campo.

Retornando a realização das entrevistas, avalio que mesmo com a dificuldade relatada acima, foi possível fazer um trabalho profícuo.

As entrevistas foram realizadas de forma individual e eram destinados de 20 a 30 minutos com cada soldado/recruta. Todos os 46 entrevistados, não tinham noção do que estavam

fazendo ali e chegavam até receosos, uma vez que me viam inicialmente como uma militar, uma Tenente que de fato sou, mas não sabiam que naquele momento eu estava na pele de pesquisadora.

Para quebrar o gelo, iniciava falando meu nome, o meu interesse em entrevistá-los, o objetivo da minha pesquisa e que poderiam ficar à vontade em responder os questionamentos que seriam feitos e que em nada isso iria influenciar na situação militar deles. Lia o termo de consentimento e esclarecido para todos e o explicava de forma sucinta e com clareza para que eles soubessem o que estavam fazendo e como que sua entrevista iria ser utilizada.

Após esse momento inicial de esclarecimentos e “quebra de gelo” os entrevistados ficavam mais tranquilos e se iniciava a entrevista, seguindo o formulário contido no apêndice A desta dissertação. Buscou-se seguir fielmente as perguntas constantes no formulário de pesquisa, tomando cuidado para não fugir dos objetivos a serem alcançados e comprometer o estudo.

Nesse sentido, conforme BRANDÃO (2000)

a Entrevista é trabalho e como tal reclama uma atenção permanente do pesquisador aos seus objetivos, obrigando-o a colocar-se intensamente à escuta do que é dito, a refletir sobre a forma e conteúdo da fala do entrevistado” (Brandão, 2000, p. 8).

A autora fala também que se deve dar importância ao tom, ao ritmo e as expressões gestuais tanto do entrevistador quanto do entrevistado. Além de ter atenção redobrada por parte do pesquisador, para não correr o risco de ver a entrevista escapar-lhe completamente das mãos e perder-se dos objetivos iniciais.

Foram realizadas 46 entrevistas com 46 soldados/recrutas totalizando 38,3% dos soldados do efetivo variável/recrutas inseridos na Companhia de Comando da 1ª RM (Cia Cmdo), no ano de 2021. Ressalta-se que dos 120 soldados que foram incorporados no início do ano, 70 foram designados a cumprir o serviço militar em Organizações Militares (OM).

3.1.8 Possibilidades e desafios encontrados na realização da pesquisa

A pesquisa pode ser entendida como um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais. As situações nas quais se verificam os contatos entre pesquisador e sujeitos da pesquisa configuram-se como parte integrante do material de análise.

Para DUARTE

registrar o modo como são estabelecidos esses contatos, a forma como o entrevistador é recebido pelo entrevistado, o grau de disponibilidade

para a concessão do depoimento, o local em que é concedido (casa, escritório, espaço público etc.), a postura adotada durante a coleta do depoimento, gestos, sinais corporais e/ou mudanças de tom de voz etc., tudo fornece elementos significativos para a leitura/interpretação posterior daquele depoimento, bem como para a compreensão do universo investigado. (Duarte 2002, p. 22)

Conforme já relatado a pesquisa de campo desta dissertação foi realizada no meu espaço sócio-ocupacional atual, 1ª Região Militar do Exército Brasileiro, onde estou inserida como 2º Tenente Oficial Temporário de Serviço Social. E isso trouxe benefícios e desafios para realização e conclusão.

Entrevistas realizadas em locais de trabalho, geralmente podem trazer problemas difíceis de solucionar: situações externas, interrupções, telefonemas, recados, chamados inesperados que acabam interrompendo a entrevista, fazendo com que o entrevistado perca o “fio da meada” e se veja obrigado a retomar a narrativa de um outro ponto ou, até mesmo, a desistir de vez daquele assunto. A presença de sinais que caracterizam ambientes de trabalho pode aguçar a ansiedade com relação ao tempo de duração do depoimento, interrompendo o livre fluxo de ideias e precipitando a interrupção do depoimento. No meu caso, houve situações que dificultaram a pesquisa e situações que a facilitaram.

Sem dúvidas o fato de estar inserida no corpo militar técnico do Exército Brasileiro como assistente social lotada na Organização Militar que seria o local da pesquisa foi essencial para a autorização pela Instituição Militar. Tive a oportunidade de ser ouvida, de explicar os objetivos do estudo, de ter acesso as pessoas do alto escalão responsáveis pela autorização. E este fato foi crucial. Tive total autonomia na realização da pesquisa de campo e isso se deu pelo fato de estar inserida naquele espaço sócio-ocupacional.

Outro fator que considero ter favorecido foi o fato de conhecer a área militar e seus fundamentos, por fazer parte da Instituição. Esta proximidade contribuiu na interação com os entrevistados durante o trabalho de campo e na análise da realidade vivenciada por estes. Claro que se deve ter precauções em relação a esta proximidade com o campo de estudo para evitar que o discurso do pesquisador não se confunda com os dos interlocutores, permitindo que sua visão interfira na opinião e resposta dos entrevistados.

No que concerne às dificuldades, elas também existiram. Realizar a pesquisa de campo no horário de trabalho foi um desafio. Uma vez que era necessário fazer um ajuste para que eu conseguisse fazer minhas funções e conseguisse um tempo para realizar as entrevistas. A rotina do dia a dia (tanto minha quanto dos entrevistados), as tarefas que surgiam, as urgências, as “missões” foram desafios diários.

Com isso, o tempo destinado a pesquisa teve que ser limitado para que não impactasse na nossa rotina de trabalho e considero que isso tenha sido uma dificuldade vivenciada que servirá de parâmetro para outras pesquisas que eu venha realizar no futuro.

Em alguns momentos, pude perceber que a entrevista renderia mais se pudesse ficar mais tempo com o determinado entrevistado que se demonstrava interessado e bem comunicativo, mas por ter outros entrevistados aguardando e com o avançar da hora, não podia explorar determinados assuntos que acrescentaria e enriqueceria mais o trabalho.

Não poderia deixar de citar a dificuldade para aprovação da pesquisa pelo Comitê de Ética da Universidade. O preenchimento das informações, o sistema utilizado para inserir as informações, a dificuldade de contato com os integrantes para retirar dúvidas, a exigência de documentações, tudo isso foi um dificultador e contribuiu para o atraso da autorização e assim no início da pesquisa de campo.

Outro fator que posso citar aqui como desafio para pesquisa de um modo geral, não só no que se refere ao trabalho de campo, é o fato de estar pesquisando um campo de atuação pouco explorado pelas ciências sociais e principalmente pelo curso de serviço social.

Falar de juventude e sua relação com o trabalho é comum. Encontrar estudos acadêmicos com esse viés foi relativamente fácil, mas inserir nessa relação o espaço institucional militar foi um desafio, sendo pela controvérsia histórica do espaço, seja pelo momento político vivenciado atualmente, o fato é que um cuidado para realização deste estudo é necessário. Porém, mesmo tendo esse grande desafio nas mãos, optei em manter minha perspectiva de pesquisa, mesmo contendo polos conflitantes. Obviamente que não seria possível sem o apoio da minha orientadora e dos professores que fizeram parte da banca de qualificação que viram a importância e relevância de trazer a cena este espaço sensível e pouco explorado.

3.2 Apresentação das informações obtidas na pesquisa

Após realizar uma explanação da pesquisa realizada, apresentando suas motivações, objetivos, metodologia e detalhamento de sua realização, neste item iremos disponibilizar as informações obtidas durante a entrevista com os sujeitos da pesquisa.

Ressalta-se que as informações aqui disponibilizadas foram compiladas após encerramento do trabalho de campo.

Os dados obtidos serão divididos em 3 blocos:

1. Perfil dos entrevistados;
2. Relação dos entrevistados com o trabalho;
3. Relação dos entrevistados com o serviço militar.

O primeiro bloco contempla dados quanto: identificação, escolaridade, local de moradia, família e renda dos entrevistados.

O segundo bloco contém informações referentes a inserção no mercado de trabalho antes e depois da inserção no serviço militar.

Por fim, no terceiro bloco, serão apresentadas informações quanto ao entendimento do serviço militar, motivações, pontos positivos, pontos que não atingiram a expectativa, dentre outros.

3.2.1 Perfil socioeconômico dos entrevistados

O Exército Brasileiro é a Força que mais possui militares se compararmos com as demais Forças Armadas e isso se deve por ser a Força responsável pelo território brasileiro por via terrestre e devido a isso tem a necessidade de um contingente que contemple todo o território nacional. Considerando essa especificidade, é a Força que mais recruta jovens no serviço militar e este estudo teve como um dos objetivos apresentar o perfil dos jovens entrevistados.

Cabe lembrar que o universo total de entrevistados é de 46 soldados do efetivo variável.

A pesquisa foi dividida em itens que foram considerados importantes para se chegar ao perfil desses jovens. Nos itens serão apresentados o quantitativo encontrado após compilação dos dados e posterior análises dos resultados obtidos.

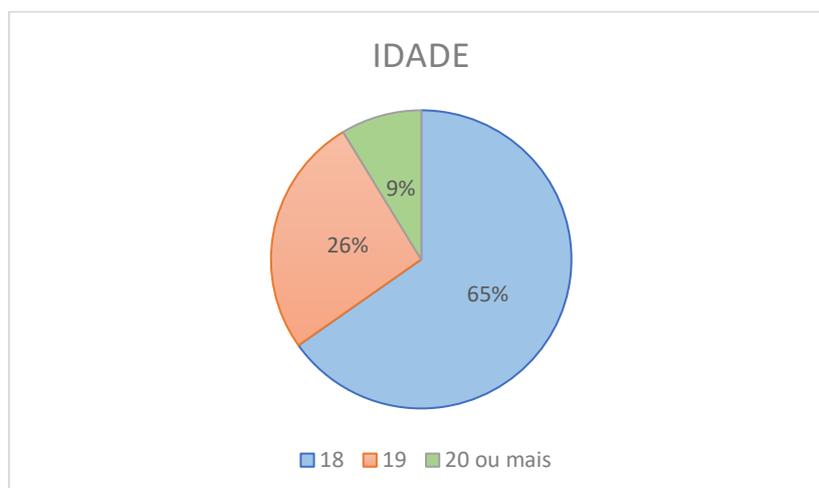
3.2.1.1 Idade

Tabela 1 Idade dos entrevistados

Quantitativo	30	12	4
Idade	18 anos	19 anos	20 anos ou mais

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 1 - Idade dos entrevistados



Fonte: Formulário de entrevista

De acordo com a Lei do Serviço Militar vigente, o alistamento é obrigatório para todos os brasileiros natos ou naturalizados do sexo masculino que completarão 18 anos naquele ano. Por esse motivo temos a maioria dos entrevistados com 18 anos.

É possível a realização do alistamento tardio, ou seja, fora do período estabelecido, desde que se pague uma multa para deixar de estar em débito com o serviço militar não podendo assim: prestar concursos; emitir passaporte; obter registro profissional; receber prêmios federais estaduais ou municipais. A idade máxima para o alistamento atualmente é de 45 anos. Por essa razão temos um quantitativo significativo 12 (doze) jovens que foram inseridos no serviço militar com mais de 18 anos.

Se considerarmos as pesquisas sobre inserção do jovem no mercado de trabalho, também encontraremos motivos para esse alistamento tardio. Uma vez que os jovens não estão conseguindo ingressar no mercado de trabalho formal, o serviço militar surge como uma saída às avessas para este grupo.

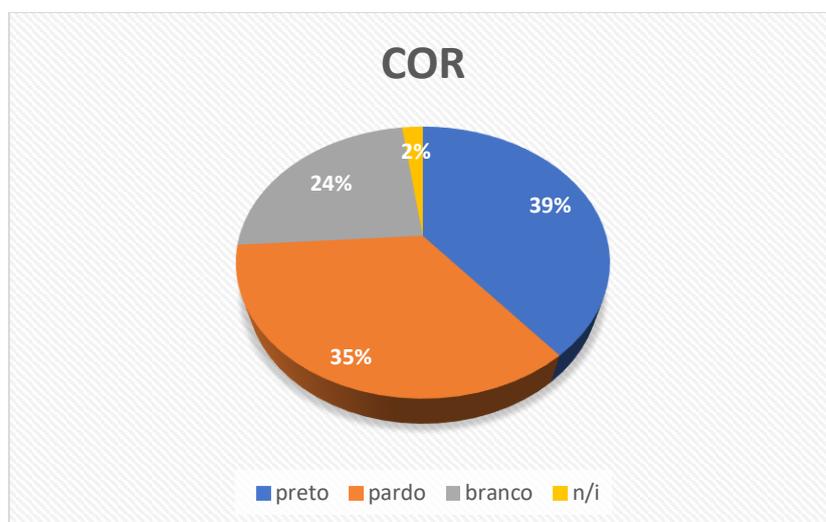
3.2.1.2 Cor

Tabela 2 - Cor dos entrevistados

Quantitativo	18	16	11	1
Cor	preto	pardo	branco	n/i*

*não informado Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 2 - Cor dos entrevistados



Fonte: Formulário de entrevista

No que se refere a cor dos jovens entrevistados, perguntamos na forma de pergunta aberta, qual era sua cor e tivemos um resultado dividido. Dos 46 entrevistados, 18 o que corresponde a 39% responderam ser pretos, 16 ou 35% disseram ser pardos e 11, totalizando 24% dos que verbalizaram ser brancos.

Com isso vemos que existe uma pluralidade em relação a autoidentificação de cor entre os jovens entrevistados. Segundo dados do IBGE, na PNAD 2019, 46,8% da população se declarou como pardos, 42,7% se declararam como brancos e apenas 9,4% se declararam pretos.

Somado os índices dos que se autodeclararam ser pretos e pardos temos um total de 74% que se consideram negros e quando cruzarmos essa informação com o local de moradia, situação socioeconômica desses jovens vemos que fazem parte da juventude pobre e preta, abordada no capítulo 1 deste estudo.

Sabe-se que devido ao racismo a juventude negra é associada à violência urbana, criminalidade, evasão escolar, analfabetismo e desemprego. Isso se deve a questões sócio-

históricas relacionadas com a escravidão e suas consequências. No que se refere às desigualdades relacionadas à renda, à moradia, à educação, ao mercado de trabalho, ao acesso à cultura, ao lazer e à justiça entre outros, que são resultados não somente de discriminações ocorridas no passado, da herança do período escravista, mas também de um processo ativo de preconceitos que se legitimam até hoje.

No que se refere aos dados à nível nacional, de acordo com pesquisa realizada pela PNAD contínua, divulgada pelo IBGE no ano de 2021, o percentual de desocupação referente a cor, a taxa ficou da seguinte forma: pretos (17,2%), pardos (15,8%) e brancos (11,5%). Considerando que a média nacional de desocupação corresponde a (13,9%), vemos que o percentual de negros (soma de pretos e pardos) desocupados estão além da média, o que reafirma a desigualdade racial existente no país que tem consequências estruturais, econômicas e sociais na população negra.

Neste contexto, estariam os jovens entrevistados na pesquisa de campo desta dissertação, fadados a esta realidade apresentada pelos dados do IBGE, uma vez que a maioria se declarou preto e pardo? Se considerarmos a história, a produção e reprodução social e o perfil socioeconômico dos pesquisados, podemos responder que o caminho pode ser o da continuidade de escassez ou ausência de acesso, de oportunidades repleto de desigualdade.

Com isso, é de suma importância apontar que a população negra vem vivenciando ao longo do tempo, ausência e escassez de direitos e esta realidade merece ser analisada e compreendida na sua totalidade para que sejam criadas estratégias políticas de superação desta realidade objetivando exterminar a manutenção do racismo que mesmo com empenho de grupos militantes, ainda é um agravante em pleno século XXI.

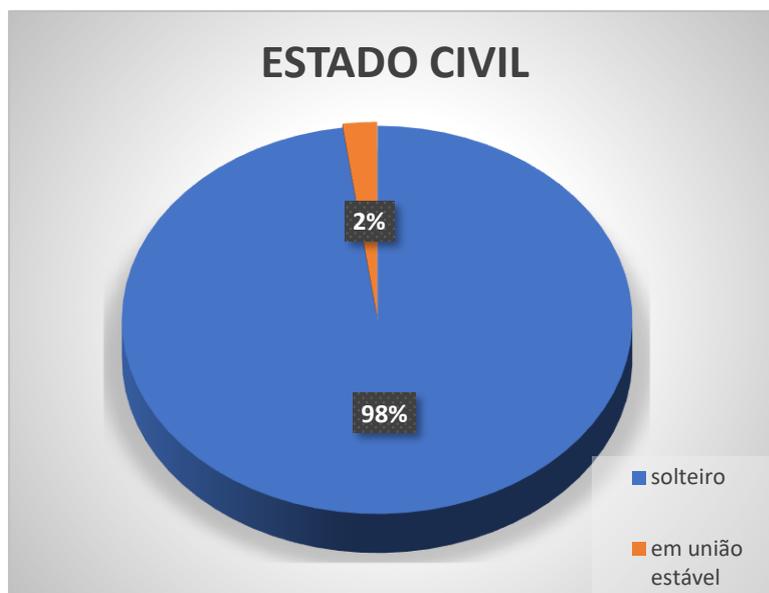
3.2.1.3 Estado civil

Tabela 3 - Estado civil dos entrevistados

Quantitativo	45	1
Estado civil	solteiro	Em união estável

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 3 - Estado civil dos entrevistados



Fonte: Formulário de pesquisa

Apesar de estarem entre os 18 e 20 anos, muitos jovens nesta idade já possuem sua própria família, sendo, muitas vezes, o único responsável pelo sustento desse grupo familiar.

Durante a pesquisa de campo, ao consultar documentação inerente a seleção dos jovens para a prestação do serviço militar, pude observar algumas questões que na avaliação social feita por militares que atuam na comissão de seleção, militares estes que não possuem formação na área social, diga-se de passagem, são passíveis de exclusão, tais como o fato de ter filhos e ser arrimo de família. A justificativa para o não ingresso desse grupo se deve ao fato da disponibilidade que esses soldados vão precisar ter ao entrarem para o serviço militar, uma vez que ficam semanas em regime de internato²⁰ por semanas sem contato com o mundo externo, pessoalmente e por meio virtual.

Com essa exigência de não ter filhos, muitos jovens acabam omitindo a informação que já construíram famílias para serem aceitos no serviço militar e assim terem a possibilidade de renda para sustentar essa família. Não se sabe devido a isso, mas o fato é que todos os entrevistados disseram não ter filhos.

Ressalta-se que após a entrevista, soube de forma extraoficial que jovens que foram entrevistados estariam prestes a se tornarem pais e teriam omitido a informação da gravidez da companheira. Assim, esta pesquisadora sabe que as informações fornecidas em relação a este

²⁰ Período da formação militar em que se fica em tempo integral no quartel para o treinamento militar.

item são questionáveis, considerando esta questão da omissão de alguns jovens, entretanto, foram obtidos durante a entrevista e devem ser considerados.

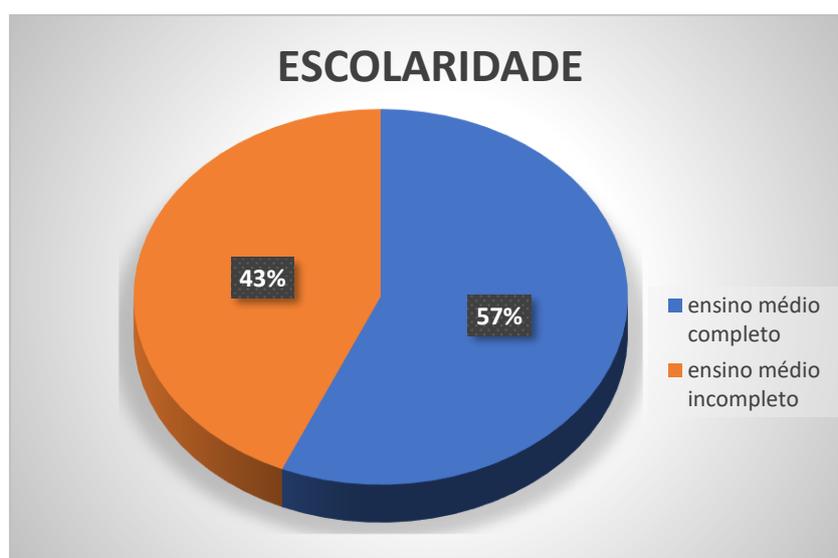
3.2.1.4 Escolaridade

Tabela 4 – Escolaridade dos entrevistados

Quantitativo	26	20
Escolaridade	Ensino Médio Completo	Ensino Médio Incompleto

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Formulário de entrevista

Observa-se que 57% dos entrevistados concluíram o ensino médio e 43% não concluíram. Se considerarmos que a faixa etária destes jovens é acima de 18 anos, pode-se dizer que é significativo o quantitativo de jovens que ainda estão cursando o ensino médio. A partir dos 18 anos, o envolvimento de determinados grupos de jovens com o mercado de trabalho é crescente. Os jovens que se inserem no mercado de trabalho, em sua maioria informal, acabam vivenciando a experiência de trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Segundo informações da PNAD contínua, no Brasil, a proporção de pessoas de 25 anos ou mais de idade que concluíram, no mínimo, o **ensino médio** 48,8% em 2019. Ou seja, quase metade da população nesta faixa etária, não concluiu o ensino médio, reforçando que os jovens entrevistados na pesquisa de campo, fazem parte desta estatística e sofreram ou já sofrem as consequências dessa não conclusão, no acesso ao mercado de trabalho.

FRIGOTTO (2004) ao discutir sobre a entrada precoce no mundo do trabalho, cita os jovens que vivenciam situações que os expõem a vulnerabilidades na relação tanto com a escola quanto com o trabalho, justificando a preocupação existente no âmbito das políticas públicas educacionais, o direito de continuar no processo de escolarização, principalmente, aqueles a quem isso tenha sido negado e, sobretudo, que a universalização da idade apropriada garanta permanência, com efetiva democratização do conhecimento.

A preparação para o mundo do trabalho é apresentada como uma das dimensões importantes do Ensino Médio. Nesse sentido, do ponto de vista da formação geral, a escola deve planejar ações educativas que permitam ao estudante compreender e se orientar no mundo do trabalho contemporâneo.

O Brasil não conta com um modelo de inserção dos jovens na vida profissional que seja um suporte no processo de transição da escola para o mercado de trabalho. Em países como a Alemanha, por exemplo, há políticas que procuram articular melhor a formação geral no Ensino Médio, a formação técnico-profissional e a inserção no mundo do trabalho, com isso o trabalho tem impactos importantes nas trajetórias juvenis, especialmente nas experiências de escolarização.

Diante disso, os jovens, principalmente os pobres, acabam abandonando os estudos pois não possuem meios objetivos para tal em razão da necessidade de estarem realizando alguma atividade remunerada. E com os jovens inseridos no serviço militar não seria diferente.

Sabemos que se considerando os índices de analfabetismo no país, os jovens com escolaridade inferior, não estão inseridos nesse grupo seletivo de soldados que ingressaram na Organização Militar pesquisada. E isso se deve ao processo de seleção para o ingresso no serviço militar, onde o grau de instrução dos conscritos é analisada.

Sendo assim, existe um grupo de jovens que são limitados do processo devido sua à realidade socioeconômica. Ou seja, assim como em outros espaços sócio-ocupacionais, no ingresso ao serviço militar, o jovem sem ou com pouca escolarização, também possui acesso dificultado.

3.2.1.5 Informações referentes ao local de moradia

Todos os entrevistados residiam no Estado do Rio de Janeiro em cidades ou bairros que foram subdivididos em regiões para compilação dos dados e análise das informações.

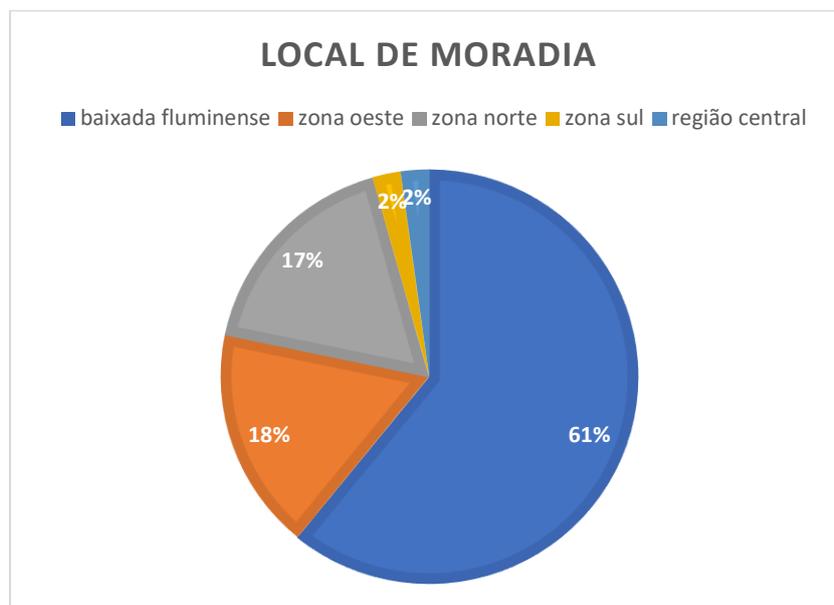
Com isso, tivemos o seguinte resultado:

Tabela 5 – Local de moradia

Quantitativo	28	8	8	1	1
Local	Baixada Fluminense	Zona Oeste	Zona Norte	Zona Sul	Região Central

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 5 – Local de Moradia



Fonte: Formulário de entrevista

Dos entrevistados, 28 (vinte oito) residem na Baixada Fluminense o que corresponde a 61% do total.

I. RESIDE EM COMUNIDADE?

Tabela 6 – Informações sobre o território dos entrevistados (reside em comunidade)

Total	34	12
Opções	Não	Sim

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 6 - Informações sobre o território dos entrevistados (reside em comunidade)



Fonte: Formulário de entrevista

Neste item, a maioria respondeu não residir em comunidade, correspondendo um total de 74% dos entrevistados.

Nas médias e grandes cidades brasileiras, as periferias, os bairros populares, os morros e as favelas são verdadeiros desertos de acesso a direitos, com índices de desigualdades brutais e o Rio de Janeiro não é diferente.

Segundo Silva Filho (2008) a pobreza do Rio de Janeiro é majoritariamente metropolitana, como é comum nas áreas urbanizadas do Sudeste. Cercada por municípios sem grande dimensão econômica, a metrópole do Rio de Janeiro é a região mais populosa e onde mais se concentra a população abaixo da linha de pobreza no estado.

Ainda segundo o autor, as condições de empregabilidade dos segmentos mais pobres expõem o cenário do desemprego estrutural no Rio de Janeiro. A carência que se espalha dos baixos rendimentos para os altos índices de evasão escolar vem contribuindo para estancar algum possível processo de qualificação para as condições dos perfis dos postos de trabalho, que tendem a se expandir ou resistir às mudanças econômicas.

Para os jovens das camadas populares, muitas vezes, a entrada imediata e precoce no trabalho é a única alternativa. Para muitos, trabalhar possibilita a continuidade dos estudos e o acesso a bens e serviços, ampliando a vivência da condição juvenil.

II. RESIDE EM ÁREA RISCO?

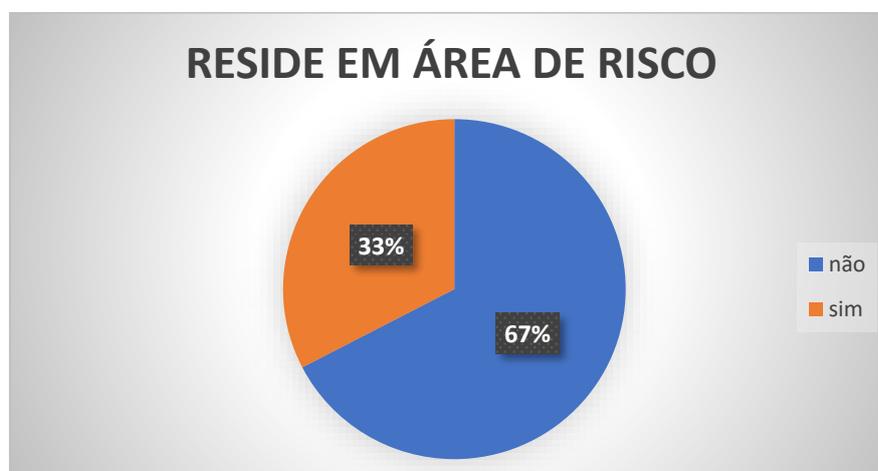
Ressalta-se que neste item partimos da compreensão dos riscos sociais associados ao território, tais como situações relacionadas a violência, fenômenos da natureza e demais situações que eles considerassem de risco e ligados ao seu local de moradia.

Tabela 7 - Informações sobre o território dos entrevistados (risco social)

Total	31	15
Opções	Não	Sim

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 7 - Informações sobre o território dos entrevistados (risco social)



Fonte: Formulário de pesquisa

Sobre a pergunta se consideravam seu local de moradia uma área de risco, 31 (trinta e um) jovens responderam que não consideravam. Um quantitativo grande se considerarmos que o estado do Rio de Janeiro possui grande índice de violência urbana. Dados do Instituto de Segurança Pública, publicados no Atlas da Violência em 2021, diz que houve aumento de 232% de mortes violentas no estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 2018 e 2019. Os moradores das áreas pobres do Rio de Janeiro vivem carentes de recursos e sofrem os reflexos da violência do crime organizado. Ainda segundo informações publicadas pelo Instituto de Segurança Pública, em 2020, 4 cidades da baixada fluminense estavam dentre as cidades de maior letalidade policial. Informações estas que provam que se a maioria reside na região da baixada fluminense, a maioria está exposta a situações de risco, ao contrário do que verbalizaram.

Podemos levantar duas hipóteses para essa discrepância, a **primeira** diz respeito ao receio de afirmar que reside em áreas de risco eminente e as consequências que isso pode trazer para sua permanência no serviço militar e uma possível ascensão as carreiras militares. O processo seletivo para o serviço militar obrigatório considera inúmeras variantes ligadas a situação socioeconômica e familiar dos candidatos. É feita uma análise criteriosa dos antecedentes dos conscritos e a depender da localização de seu território podem ser eliminados antes mesmo de saber de suas capacidades e habilidades para a função a ser exercida.

A **segunda** refere-se a uma possível naturalização do risco. A vivência na situação de risco é intrínseca e devido a isso a maioria dos entrevistados não percebem que a vivenciam.

Apenas 15 (quinze) dos entrevistados mencionaram existir risco em seu local de moradia e 11 (onze) destes relataram que o risco estava relacionado a situações de violência urbana. Mas também foram citados por eles o risco de desabamento e alagamento, considerando as condições objetivas habitacionais que vivenciam.

3.2.1.6 Situação familiar

Tabela 8 - Situação familiar dos entrevistados

Quantitativo	13	5	5	4	3	2	1
Opções	Pais e irmãos	Pai e mãe	Somente mãe	mãe, padrasto e irmãos;	mãe e irmãos	pais avós e irmãos	Companheira (o); Pais e avó; avós, tios e primos; avó e mãe; tios e avós; tios e primas;

							pai e madrasta; irmã, cunhado e sobrinha; mãe, irmãos, sobrinhos e avós; mãe, avó e irmãos; pais, tio e irmãos; mãe e tios; avós; tios;
--	--	--	--	--	--	--	---

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 8 - Situação familiar dos entrevistados



Fonte: Formulário de entrevista

De acordo com CARVALHO (2009) família é definida como o conjunto das pessoas que residem em uma mesma unidade doméstica e possuem laços diretos de parentesco, sejam sanguíneos, de casamento ou adoção, o que permite superar as dificuldades empíricas implicadas pela conceituação mais ampla de família.

A família é considerada um dos eixos principais da sociedade. Ela desempenha um papel central na economia do país, como fonte de produção doméstica, criando economias de escala para as pessoas que vivem juntas.

Podemos observar no gráfico que muitos arranjos familiares foram citados pelos jovens o que tem sido recorrente nas análises sobre família. A ampliação em seu conceito e entendimento fez com que diversos grupos familiares fossem considerados.

No grupo pesquisado houve a prevalência da família nuclear, onde existe a figura dos pais e irmãos, com um total de 19 (dezenove) jovens entrevistados somando os que vivem com os pais e irmãos e os que vivem somente com os pais.

Na sequência tivemos os que relataram residir somente com mãe, 5 (cinco), o que configura o tipo de família monoparental, seguidos de várias outras formas de famílias, sejam elas extensas ou compostas.

De acordo com as informações coletadas pelo último censo, 80% das famílias são nucleares, que são casais com filhos ou monoparentais, que é a mãe ou o pai com filhos. 18% são famílias extensas, onde existem, além do núcleo principal, algum não parente. Somente 1,7% são de unidades compostas, onde há pessoas não parentes, como empregado doméstico e agregado.

Com isso, podemos observar que as informações coletadas na entrevista estão em consonância com a realidade brasileira, ainda que essa realidade tenha sido pesquisada há mais de 10 anos, considerando que o último censo foi em 2010.

3.2.1.7 Renda familiar

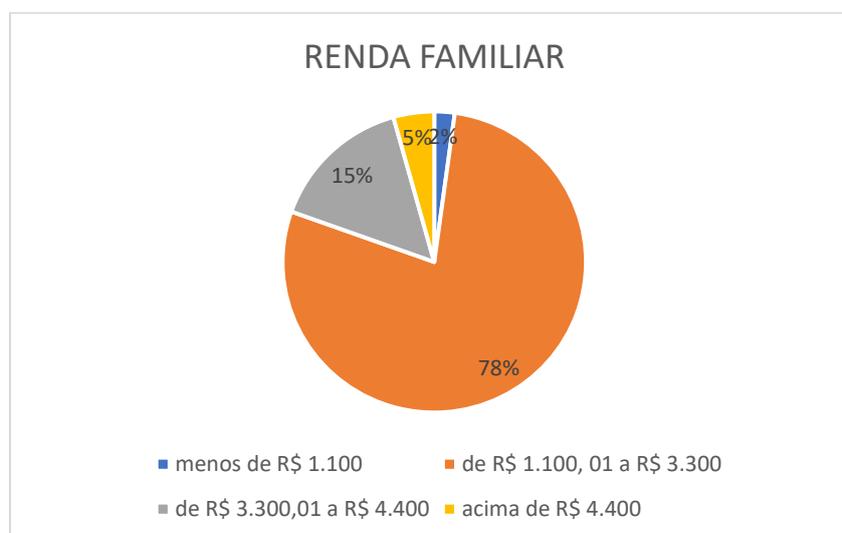
Tabela 9 – Renda familiar dos entrevistados

Quantidade	36	7	2	1
Referências	R\$ 1.100,01 à 3.300,00	R\$ 3.300,01 à 4.400,00	Acima de R\$ 4.400,01	Menos de 1 salário-mínimo*

Fonte: Formulário de entrevista

*salário-mínimo da época da pesquisa

Gráfico 9– Renda familiar dos entrevistados



Fonte: Formulário de entrevista

A maioria dos jovens entrevistados vivem com a renda familiar de 1 (um) a 3 (três) salários-mínimos, estando nesse cálculo sua própria renda como soldado que corresponde a um pouco mais de 1 (um) salário-mínimo. Ressalta-se que segundo a PNAD contínua, divulgada pelo IBGE, o rendimento domiciliar, no ano de 2020, per capita do Brasil foi em R\$ 1.380 (um mil trezentos e oitenta reais).

A Renda Disponível Familiar Per Capita (RDFPC) média em 2017 e 2018 era de R\$1.650,78, ainda segundo a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE sobre o perfil das despesas no Brasil. Sendo assim, vemos que houve queda na renda per capita dos brasileiros.

Ainda de acordo com a POF, se considerarmos os dados do sexo dos chefes de família, a despesa total per capita atingiu R\$ 1.764,73 para homens e R\$ 1.524,17 para famílias chefiadas por mulheres, 12,4% menor. No tocante a cor, a renda familiar para os brancos, a despesa total por habitante somou R\$ 2.279,19, caindo para R\$ 1.207 para pretos e pardos.

Ressalta-se que os dados encontrados na pesquisa de campo, estão versando sobre a renda familiar dos jovens, ou seja, a soma das rendas de todos que trabalham no domicílio, enquanto a pesquisa do IBGE, aponta dados referentes a renda familiar per capita. Entretanto, se cruzarmos as informações referente a composição e renda familiar do estudo realizado nesta dissertação, veremos que a renda per capita da maioria dos jovens entrevistados está abaixo da renda per capita nacional.

3.2.2 Relação dos jovens entrevistados com o trabalho

A partir de agora iremos apresentar os resultados das perguntas feitas aos jovens entrevistados relacionadas ao trabalho. Neste bloco o objetivo era compreender a realidade dos entrevistados com relação ao trabalho, apurando suas motivações para inserção no mercado de trabalho, sobre seus objetivos para o futuro e se essas metas de inserção no mercado de trabalho estão ou não relacionadas a carreira militar.

Percebe-se que a maioria já havia vivenciado algum tipo de atividade remunerada ligada ao mercado de trabalho informal e dessa forma, contribuir para a renda familiar.

3.2.2.1 Já exerceu alguma atividade remunerada antes do serviço militar?

Iniciamos perguntando se eles já tinham exercido alguma atividade remunerada antes da inserção no Serviço Militar e a maioria dos entrevistados responderam que já tinham exercido alguma atividade remunerada, conforme quadro e gráfico abaixo:

Tabela 10 – Informações sobre atividade remunerada anterior a inscrição no serviço militar

Quantidade	31	15
Opções	Sim	Não

Fonte: Formulário de entrevista

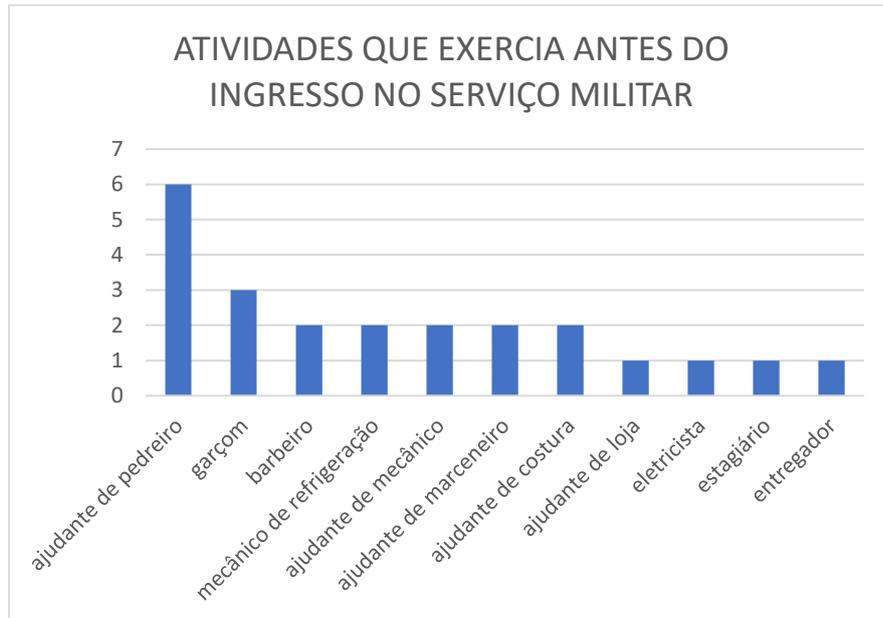
Gráfico 10 – Informações sobre atividade remunerada anterior a inscrição no serviço militar



Fonte: Formulário de entrevista

3.2.2.2 Qual função exercia antes da inserção no serviço militar?

Gráfico 11 – Atividades que exerceram antes do ingresso no serviço militar



Fonte: Formulário de entrevista

Os 31 (trinta e um) jovens que responderam que já haviam exercido atividade remunerada antes da inserção no Serviço Militar foram perguntados sobre que tipos de atividades remuneradas exerceram. Várias atividades informais foram citadas, tais como: ajudante de pedreiro (6), garçom (3), barbeiro (2), mecânico de refrigeração (2), ajudante de mecânico (2), ajudante de marceneiro (2), ajudante de costura (2) e ajudante de loja, eletricitista, estagiário, entregador (1), dentre outros.

Análises recentes sobre a inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho têm demonstrado que a questão da informalidade sobressai como um desafio a ser enfrentado mesmo quando atravessávamos um período de aquecimento da economia, inclusive do mercado de trabalho (BRASIL, IPEA, 2014). Outro ponto destacado pelos analistas é a predominância de certos grupos de jovens entre os que estão em ocupações informais. Vale destacar dois grupos não excludentes: os jovens menores de idade (15 a 17 anos) e aqueles que encontram uma ocupação pela primeira vez.

O emprego informal se configura como a principal porta de entrada do emprego para os jovens no país. Segundo dados da PNAD contínua 2019, durante o período 2012-2018, em média, 53% dos jovens de 15 a 29 anos entraram no mercado de trabalho por meio do emprego informal.

Com isso, dos 31 (trinta e um) entrevistados apenas 4 (quatro) jovens citaram que exerceram trabalho formal na função de jovem aprendiz. Percebe-se que ainda que se tenham ações voltadas para a inserção formal do jovem no mercado de trabalho, tais como a já citada Lei da Aprendizagem, ainda não contemplam a maioria dos jovens, principalmente os jovens pobres. Apenas pouco mais de 1% dos que disseram exercer alguma atividade remunerada, possuía vínculo empregatício formal, com direitos trabalhistas e com a possibilidade de manter seus estudos, uma vez que a lei da aprendizagem frequentar a escola para quem não concluiu o Ensino Médio, é condição para a inserção e manutenção nos programas de aprendizes.

Estudos apontam que o jovem trabalhador tem contribuído significativamente com a renda das famílias de camadas populares e os motivos para ingresso no mercado de trabalho é variado, sendo em muitos casos o fato de ajudar na renda familiar.

A maioria dos jovens entrevistados já exerciam alguma atividade remunerada antes de ingressar no serviço militar, mesmo muitos deles sendo ainda menores de idade. Estas atividades em sua grande maioria eram informais, o que agrava ainda mais a situação.

Assim, podemos perceber a amplitude das ações públicas desenvolvidas para a inserção do jovem no mercado de trabalho. Muitos jovens estão de fora dessa “inclusão” e este estudo demonstra apenas uma parcela de um todo da nossa sociedade.

No primeiro capítulo deste estudo foi apresentado que o adolescente menor de 14 anos só é possível o trabalho na forma de aprendiz, onde lhe é garantido direitos trabalhistas, carga horária que lhe permita tempo destinado aos estudos, proibição do trabalho perigoso, insalubre e noturno. No entanto, considerando as especificidades dos jovens sabe-se que poucos são os que conseguem acesso a esses programas de aprendizado e acabam sendo inseridos irregularmente em atividades informais, caracterizando trabalho infantil.

Considerando informações da UNICEF e da OIT, em pesquisa divulgada neste ano, 160 milhões de crianças e adolescentes estão em trabalho infantil no mundo. Ainda segundo a pesquisa, 8,9 milhões correm o risco de ingressar nessa situação até o ano de 2022, considerando as consequências da pandemia. No Brasil, antes da pandemia, havia 1,7 milhão de crianças e adolescentes nessa situação.

O investimento do governo nas políticas de combate ao trabalho infanto-juvenil é necessário e urgente. Ações preventivas de proteção da família, são essenciais para que as famílias possam manter suas crianças e adolescentes na escola, mesmo diante de dificuldades econômicas.

3.2.2.3 Pretende seguir carreira militar?

Foi perguntado aos jovens entrevistados se eles pretendem seguir carreira militar e o resultado foi o seguinte:

Tabela 11- Informações sobre desejo dos entrevistados em seguir carreira militar

Quantidade	38	5	3
Opções	Sim	Não	Talvez

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 12 - Informações sobre desejo dos entrevistados em seguir carreira militar



Fonte: Formulário de entrevista

Hoje na maioria das democracias do mundo, o Serviço Militar é uma opção de carreira profissional para o cidadão, mesmo que seja, muitas vezes, imposta pela necessidade de sobrevivência e não por uma questão de patriotismo ou até mesmo de habilidade ou talento para a carreira militar.

Nessa perspectiva, é emblemático que a maioria dos jovens, quando abordada sobre sua voluntariedade para com o Serviço Militar, prefira falar em “seguir uma carreira”, pois para uma instituição que ainda vê seu ofício como um sacerdócio, afirmar que seria por mero emprego ou oportunidade de se especializar numa profissão é um risco alto demais e que muitos jovens não querem correr. Vimos no gráfico que mais de oitenta por cento dos jovens responderam pretender seguir carreira militar. A maioria desses jovens, muitas vezes, quando respondem que querem seguir a carreira militar, na verdade não expressam uma vocação para a carreira das armas, mas um desejo de garantir um emprego, um salário.

O contato com o militarismo durante o serviço militar obrigatório acaba fazendo com que esses jovens conheçam, ainda que por pouco tempo e de forma superficial, a vida militar, o que acaba contribuindo para a decisão de seguir a carreira ou não. Quando contrastamos o item que abrange as motivações para ingressar no serviço veremos que a questão financeira foi bastante citada pelos entrevistados, o que reforça que nem sempre a motivação dos jovens para entrar para o militarismo é a vocação e sim a necessidade.

Dos 38 (trinta e oito) que responderam que desejam seguir carreira militar, 14 (quatorze) disseram que gostariam de entrar para a Escola de Sargento das Armas do Exército (EsSA). A

EsSA exige nível de escolaridade ensino médio completo e após os 2 anos de curso os jovens se formam como sargento, que corresponde ao quadro de praças.

Seis dos jovens entrevistados disseram desejar prestar concurso para Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEEx) o qual tinha também exige o nível de escolaridade ensino médio, mas o diferencial é o tempo de formação, 5 (cinco) anos onde se formam a nível de ensino superior inseridos no quadro de oficiais.

Quando estava compilando os dados desse item, veio o questionamento do porquê a maioria que relatou querer fazer concurso para o quadro de praças e não para o quadro de oficiais. E após concluir as análises arrisco dizer que a escolha se deve pela *proximidade da realidade desses jovens*. E digo isso considerando três aspectos:

- Primeiro: entrar para o oficialato (quadro de oficiais) pode parecer fora da realidade deles;
- Segundo: o contato e a proximidade com os sargentos durante o Serviço Militar Obrigatório podem gerar maior identificação;
- Terceiro: a popularidade maior do concurso para sargento do que para oficiais e o tempo de formação menor.

3.2.2.4 Pretende estudar ou trabalhar fora da área militar?

Após questionarmos os jovens sobre o interesse de seguir carreira militar, também vimos a necessidade de perguntar quem pretende estudar ou trabalhar fora da área militar e para surpresa, muitos disseram que pretendem também se formar em área não correlata ao militarismo, ou como opção caso não consiga o ingresso na carreira, via concurso público, ou para se especializar em alguma área para trabalhar nela quando ingressar, e por fim, teve aqueles que responderam que não pretendem seguir carreira militar ou ainda estão indecisos.

A seguir o resultado obtido neste item:

Tabela 12 – Informações se pretendem atuar fora da área militar

Quantidade	33	7	6
Opções	Sim	Não	Talvez

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 13 – Pretende estudar ou trabalhar fora da área militar?



Fonte: Formulário de entrevista

Como podemos constatar 80% do total dos entrevistados responderam que sim, pretendem estudar ou se formar fora da área militar. Esse resultado demonstra que os jovens ainda estão indecisos quanto ao desejo em se manter nas Forças Armadas, ou seja, para eles a carreira militar é uma possibilidade, mas não a única.

Alguns jovens relataram que seria uma opção de “segundo plano” caso o primeiro (seguir carreira militar) não se concretizasse. Outros, verbalizaram durante a entrevista, a dificuldade em passar em um concurso público militar, devido à concorrência, a necessidade de tempo para se dedicar aos estudos e aos gastos com cursos preparatórios.

Ressalta-se que conforme já apresentado no item referente ao perfil socioeconômico, um pouco menos da metade dos entrevistados, 20 (vinte) em um total de 46 entrevistados, ainda não terminaram o ensino médio. E isso dificulta inserções em concursos que tem como escolaridade o ensino médio completo.

Dos que ainda estão estudando, boa parte verbalizou dificuldade de conciliar estudos e o serviço militar obrigatório, uma vez que as escalas de serviço são muito apertadas, onde estão de “serviço²¹” quase todos os dias.

Destaca-se que este estudo foi realizado durante a Pandemia da COVID-19, quando as aulas estavam acontecendo de forma remota/virtual, contudo este fato não facilitou a frequência destes jovens, uma vez que estando de serviço, não podem ter acesso a meios remotos para

²¹ Escala de plantão de 24 horas que os militares cumprem em suas Organizações Militares.

assistirem as aulas, fato pelo qual estão ali para atuarem na função de soldados na defesa do quartel, finalidade primordial de sua inserção no serviço militar.

Sendo assim, a escolaridade pode ser considerada um dificultador para o ingresso desses jovens na carreira militar, tanto para os que ainda não concluíram o Ensino Médio, quanto para os 26 (vinte seis) que já concluíram, mas não possuem meios de fazer cursos preparatórios, considerando a situação socioeconômica apresentada. Sabe-se que cursos preparatórios possuem um custo muito elevado e acabam sendo acessados pelos jovens que possuem maior poder aquisitivo. Com isso, os jovens pobres que pretendem seguir carreira, acabam tendo que ultrapassar as barreiras impostas pela sociedade em que vivemos, onde saem em desvantagem no acesso às oportunidades, principalmente naquelas relacionadas à inclusão no mercado de trabalho.

Continuando a apresentação dos resultados obtidos na pesquisa, foi perguntado aos jovens que responderam que pretendem se formar em outra área, qual área gostariam de se formar e tivemos as seguintes opções citadas:

Tabela 13 – Áreas de interesse para atuação profissional dos entrevistados

Quantidade	8	4	3	2	2
Opções	Faculdade de Educação Física	Faculdade de Psicologia	Faculdade de Informática	Faculdade de Medicina	Faculdade de Direito

Fonte: Formulário de entrevista

Além destas mais citadas, apareceram também como opção aparecendo ao menos 1 (uma) vez, tais como: faculdade de nutrição, faculdade de jornalismo, curso técnico de refrigeração, vigilante, abrir uma barbearia, fazer concurso para carreira policial, bombeiro civil, curso técnico de eletricista, dentre outros.

Como pudemos observar houve uma diversidade de cursos o que mostra que há demanda e público para diversas de formações profissionais. No entanto, é preciso destacar que diante do cenário adverso, possuir um diploma não é garantia de colocação – se no comparativo as perspectivas são favoráveis, a realidade, especialmente nos grandes centros urbanos, é de grande concorrência mesmo entre os mais qualificados.

Sabe-se que investir em educação é essencial para concorrer no mercado atual, mas não tem sido o suficiente. Com o mercado mais exigente, muitas vezes, os jovens competem com trabalhadores muito mais experientes e, mesmo com um bom currículo, não conseguem a colocação, outro fator dificultador de sua inserção no mercado de trabalho.

3.2.3 Relação dos entrevistados com o serviço militar

A partir de agora iremos apresentar os resultados das perguntas feitas aos jovens entrevistados considerando sua relação com o Serviço Militar. Neste item buscou-se identificar como se dá a relação do jovem com o serviço militar obrigatório, visando identificar as motivações e expectativas para o ingresso nas forças armadas, bem como suas percepções anterior e posterior à sua inserção.

3.2.3.1 Tinha interesse em ingressar no serviço militar obrigatório?

Ao perguntarmos sobre se os jovens tinham interesse em ingressar no serviço militar tivemos o seguinte resultado:

Tabela 14 – Informações sobre motivações dos entrevistados para o ingresso no serviço militar

Quantidade	35	6	5
Opções	Sim	Não	Parcialmente

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 14 – Informações sobre motivações dos entrevistados para o ingresso no serviço militar



Fonte: Formulário de entrevista

As motivações para esse interesse são as mais diversas. Tem os casos de jovens que possuem interesse em conhecer o militarismo, os que não tinham interesse, mas foram selecionados, os que já conheciam e queriam orgulhar os familiares, os que viam o serviço militar como fonte de renda, uma vez que passariam a receber um rendimento mensal, mesmo que temporariamente, dentre outras motivações. Motivações estas que serão discriminadas e analisadas nos itens seguintes.

Segundo KUHLMANN (2001) apesar de ser *obrigatório*, o Serviço Militar, na prática, é *voluntário*, pois os jovens vêm o mesmo como uma “válvula de escape” para fugir do desemprego, uma maneira de auferir certa renda ou um sonho de seguir carreira. E mesmo sendo obrigatório, não é possível contemplar a todos que se alistam tendo que ser feitas seleções entre os aptos, a fim de que chegue ao número de vagas disponíveis em cada quartel. Ou seja, são criadas exigências de capacitação física, moral, intelectual, psicológica e técnica que se constituem em filtros à entrada de grande parte dos que são voluntários. Ressalta-se que a falta de qualificação dos jovens que se voluntariam é, na maioria das vezes, o motivo da voluntariedade.

Dessa forma, para o autor, o conceito de voluntário precisa de melhor interpretação, pois diante das necessidades de sobrevivência, todos os seres humanos lançam-se numa guerra

diária, compulsoriamente, à procura de suas realizações, e não por convicções ideológicas, nem mesmo por patriotismo.

3.2.3.2 Conhecimento do serviço militar antes do ingresso

Nesse item foi perguntado aos jovens qual era o conhecimento do Serviço Militar Obrigatório antes deles entrarem, a fim de que pudéssemos saber se eles tinham conhecimento do que era o serviço militar.

Como veremos abaixo, diversas opções foram citadas, mas a maioria relatou que o que sabia do serviço militar era a dificuldade. Muitos chamaram de “ralação”.

Tabela 15 – Conhecimento dos entrevistados sobre o serviço militar

Quantidade	15	11	9	3	3	3
Opções	Achavam que o serviço militar era difícil	Relacionava a questões operacionais/militares e defesa da pátria	Não tinham conhecimento nenhum	Conheciam por causa de familiares/amigos que serviram	Associava à hierarquia e disciplina	Achava ruim pelo fato de ser obrigatório

Fonte: Formulário de entrevista

Dessa forma, vimos que a maioria dos jovens não tinham boas expectativas em sua inserção no serviço militar, tendo 15 (quinze) dos entrevistados relatado que achavam que o serviço militar obrigatório seria pior. Isso se deve pela “fama” não tão favorável de servir. Em segundo lugar, apareceu as respostas referentes às questões militares/defesa, onde 11 (onze) jovens disseram que o conhecimento que tinham era de fato relacionadas a atividade fim do serviço militar. Destaco também o quantitativo que verbalizou não ter conhecimento nenhum do serviço militar, total de 9 (nove), relatando que não tinham interesse no assunto. A seguir, iremos apresentar os resultados obtidos considerando a visão dos entrevistados após a inserção e veremos que se correlacionam.

3.2.3.3 Como se sente prestando serviço militar obrigatório?

Neste item a intenção era entender como os jovens estavam se sentindo prestando o serviço militar. Buscando entender se estavam gostando ou não de estarem ali. Todos os entrevistados responderam que estavam gostando de servir e apresentaram justificativas que foram categorizadas da seguinte maneira:

Gráfico 15 – Justificativa para estar inserido no serviço militar



Fonte: Formulário de entrevista

Nota-se que não houve uma diferença significativa entre os motivos verbalizados. Ficaram bem divididos, não tendo um motivo que tenha se destacado. Dentre os citados tivemos em primeiro lugar: **achava que seria pior** 10 (dez) jovens.

Ainda assim, vimos que a resposta do item acima e deste item se relacionam. Em ambos, a maioria dos entrevistados disse que a expectativa de sua inserção não era boa. Isso nos remete a noção do serviço militar como castigo, mencionado no capítulo anterior, onde muitos burlavam o acesso pois não era bem-visto pela sociedade, por ser em determinado momento histórico, obrigatório apenas para determinados grupos. Além disso, tem a visão autoritária e coercitiva do serviço militar, conforme eles sinalizaram no item anterior.

Assim como dizia o político e escritor do século XIX, Leitão Carvalho, a seleção era *invertida*, onde o serviço militar era obrigatório para os criminosos, os chamados desocupados, migrantes, entre outros menos favorecidos socialmente.

Percebe-se que atualmente, após atualizações das leis do serviço militar ainda permeia essa visão do serviço militar como forma de castigo.

Entretanto podemos dizer que essa visão pode mudar depois que eles passam a vivenciar a experiência do serviço militar, conforme relatado por alguns dos entrevistados.

Achava que seria pior, mas agora quero até seguir carreira militar. (Sd EV 18 anos)

No início foi puxado, agora estou gostando. (Sd EV 19 anos)

Está achando mais tranquilo do que imaginava. Estou gostando de servir em um quartel administrativo. (Sd EV 18 anos)

Dando continuidade, em segundo lugar o motivo mais citado por 9 (nove) dos pesquisados, apareceu a **motivação financeira** como justificativa para estar gostando do servir.

Estou gostando porque posso ter meu próprio dinheiro e fazer um curso de inglês ou curso técnico em alguma área. (Sd EV 18 anos)

No início não queria muito servir. Mas segui o conselho da minha mãe que me disse que seria bom porque eu teria uma renda e poderia ajudar em casa. (Sd EV 18 anos)

Vimos que a maioria dos jovens entrevistados vieram de classes sociais mais populares, com renda familiar entre 1 (um) e 2 (dois) salários-mínimos e já exerciam atividades remuneradas para complementação da renda familiar. E o serviço militar seria uma forma de ter uma renda fixa e certa, por período determinado, seja para contribuir com seus estudos, seja para auxiliar na renda familiar, como vimos nos relatos acima.

Podemos dizer que o desemprego e a falta de políticas públicas para inclusão social de jovens tornam o Serviço Militar uma oportunidade “às avessas” de emprego, de ter acesso a renda, podendo se manter por até 8 anos, para os casos dos soldados que ficam mais de 1 ano e tornam-se soldados EP (efetivo permanente). Dessa forma entende-se e que o Serviço Militar Obrigatório, conjunto de práticas e representações elaboradas pelo Exército, com fins de desenvolver identidades patrióticas e disciplinadas dos recrutas, pode ser um paliativo mediante a falta de oportunidades resultantes da escassez e efetividade de políticas públicas de inclusão dos jovens à sociedade.

A terceira justificativa mais citada pelos entrevistados 8 (oito) vezes foi o **amadurecimento profissional/pessoal**. Muitos verbalizaram durante a entrevista que mudaram seu comportamento após a inserção no serviço militar.

Estar aqui tem contribuído na minha disciplina. Estou mais responsável. (Sd EV 19 anos)

Estou aprendendo e melhorando como pessoa. (Sd EV 18 anos)

Existe a máxima de que os jovens adquirem responsabilidade, amadurecimento pessoal e disciplina quando passam pelo serviço militar. Particularmente não acredito que o serviço militar por si só mude uma pessoa totalmente. Acredito que a personalidade e realidade social em que está inserida, somado à motivação e os direcionamentos preconizados no serviço militar (disciplina e hierarquia como pilares), podem contribuir, juntos, para uma possível mudança nas vivências desses jovens.

Mas se consideramos que o amadurecimento pode acontecer em outras formas de inserção no mercado de trabalho, onde também precisam seguir regras e ter responsabilidade, teremos a resposta para um dos questionamentos desta pesquisa, que o serviço militar possui, mesmo que não diretamente, a função social de inserir e capacitar o jovem para o mercado de trabalho. Acredito também que o jovem, como ser em formação, adquire certas vivências relacionadas a área militar que podem contribuir ou não em sua vida profissional futura.

Diante disso, a seguir, iremos apontar os pontos positivos e negativos para estarem no serviço militar obrigatório.

3.2.3.4 Pontos positivos de estar inserido no serviço militar obrigatório

Neste item procuramos entender se os jovens viam pontos positivos de estarem inseridos no Serviço Militar Obrigatório e quais seriam estes pontos positivos.

Ressalta-se que neste ponto da entrevista foram dadas opções e os entrevistados poderiam escolher mais de uma, caso desejassem.

Os mais citados foram: poder ajudar financeiramente em casa (31), ter seu próprio dinheiro (31), confirmar o desejo de seguir carreira militar (21), aprender os pilares de hierarquia e disciplina (17), aprender um ofício (12), fazer amizades (10), conhecer a atividade militar (9), ter contato com outros militares (5), realizar atividades inerentes ao serviço militar, ter acesso a serviços de saúde (3), ter mais responsabilidade (3). Outros pontos positivos foram citados ao menos 1 vez (maior visibilidade, aprendizado, ocupar o tempo, as instruções militares, a prática de atividades físicas e ser moldado para vida militar).

Vemos que neste item a questão financeira foi citada por 31 (trinta e um) dos 46 (quarenta e seis) entrevistados, tanto considerando a opção “ter seu próprio dinheiro”, quanto

na opção “ajudar financeiramente em casa” afirmando mais uma vez a necessidade de renda latente da maioria do público entrevistado.

Trabalhar passa a ser uma experiência comum, natural na vida dos filhos das famílias mais empobrecidas. A questão é que, muitas vezes, essa primeira socialização no trabalho pode se tornar o destino de muitos jovens que não contam com melhores oportunidades de inserção e formação profissional, restringindo oportunidades, principalmente, quando comparamos com as profissões e trabalhos técnicos que os jovens relataram no item que versa sobre seus interesses profissionais.

Além de não contar com uma rede de proteção social adequada, os jovens, no Brasil, se deparam com mudanças no mundo do trabalho que trazem inseguranças e incertezas com relação à entrada e permanência nesse mercado. Ter um emprego tem sido uma grande preocupação para muitos jovens. Tal contexto influencia a relação dos jovens com o mundo do trabalho e o desemprego torna-se uma grande preocupação para os jovens, seja pela pressão social ou familiar, seja pelo próprio desejo de trabalhar.

Neste ponto se reafirmam as motivações dos tempos iniciais do serviço militar no Brasil, no que se refere a adesão do público pobre e preto e na expectativa de melhorar de vida. Antes em busca da liberdade, agora sendo a saída da miséria e abertura de alguma oportunidade de vida.

É importante destacar que a afinidade com o militarismo ou com as possíveis “vantagens” que ele poderia trazer para eles, também foi bastante citada pelos soldados, sendo o terceiro e quarto lugar das alternativas sinalizadas.

3.2.3.5 Pontos que não atingiram as expectativas dos jovens

Da mesma forma que queríamos conhecer os pontos apontados pelos entrevistados como positivos, neste item foi perguntado quais pontos não atingiram suas expectativas ao entrarem para o serviço militar.

Nesse item, o resultado foi dividido. 23 (vinte e três) entrevistados responderam que tiveram suas expectativas atingidas. Destes, 1 (um) disse que não tinha expectativas e que por isso não teve algo a atingir.

E a outra metade, 23 (vinte e três), respondeu que tiveram pontos que não corresponderam suas expectativas, sendo o mais citado, 8 (oito vezes) relacionado às questões comportamentais de seus superiores e dos próprios companheiros de turma.

Os demais citaram ao menos uma vez: pouco acesso a armamento (considerando que

servem em um quartel com perfil administrativo); pouco acesso a área operacional (pelo mesmo motivo citado anteriormente); distância da família (fato de a escala de serviço ser recorrente) servir longe de casa (a maioria reside na baixada fluminense e zona oeste e muitos dormem no quartel devido à distância e para economizar); muitas regras; falta de tempo e excesso de responsabilidade.

Sabe-se que o modo de vida militar é peculiar e o entendimento de muitos é que é necessário ter determinados ensinamentos para se cumprir as regras, manter a disciplina, baseado na hierarquia. A reclamação de alguns jovens diz respeito a essa forma de ensinamento de determinados superiores que para eles muitas vezes é exagerada e desproporcional. Da mesma forma apontam seus próprios pares como causadores de punições coletivas devido a comportamentos inaceitáveis. Ressalta-se que este estudo não tem por objetivo analisar as formas de intervenção no serviço militar e por isso não aprofundaremos esse ponto.

Os demais citaram ao menos uma vez: pouco acesso a armamento (considerando que servem em um quartel com perfil administrativo), pouco acesso a área operacional (pelo mesmo motivo citado anteriormente), distância da família (fato de a escala de serviço ser recorrente) servir longe de casa (a maioria reside na baixada fluminense e zona oeste e muitos dormem no quartel devido à distância e para economizar), muitas regras, falta de tempo e excesso de responsabilidade. Do que se refere a este resultado, podemos dizer que a maioria se diz satisfeito com a sua realidade enquanto soldado/recruta, mesmo com as dificuldades sinalizadas.

Destaca-se também o fato de não ter tanto acesso as ações inerentes ao militarismo visto que a Organização Militar que eles cumprem o serviço militar obrigatório está inserida em um Quartel Central que tem por objetivo atuar na retaguarda, no planejamento e organização para que as ações militares aconteçam. E devido a isso, eles atuam no dia a dia em atividades administrativas e operacionais voltadas para que as missões da ponta de linha sejam bem-sucedidas.

Essa diferença de atuação pode ter influência nesse resultado que pergunta o que acham do serviço militar, uma vez que as atividades realizadas por eles são secundárias, ou seja, não atuam diretamente nas áreas fins do militarismo, exceto no treinamento inicial no ato de sua inserção e quando estão “de serviço 24 horas”. Essa relação traz uma contradição no sentido de que remete aos entrevistados uma sensação de que o serviço militar é melhor do que eles pensavam, pois só conheciam a parte operacional/defesa e ao mesmo tempo remete a ponto negativo para alguns o fato dessa ausência da função principal do militarismo.

3.2.3.6 O serviço militar obrigatório mudou algo em sua vida?

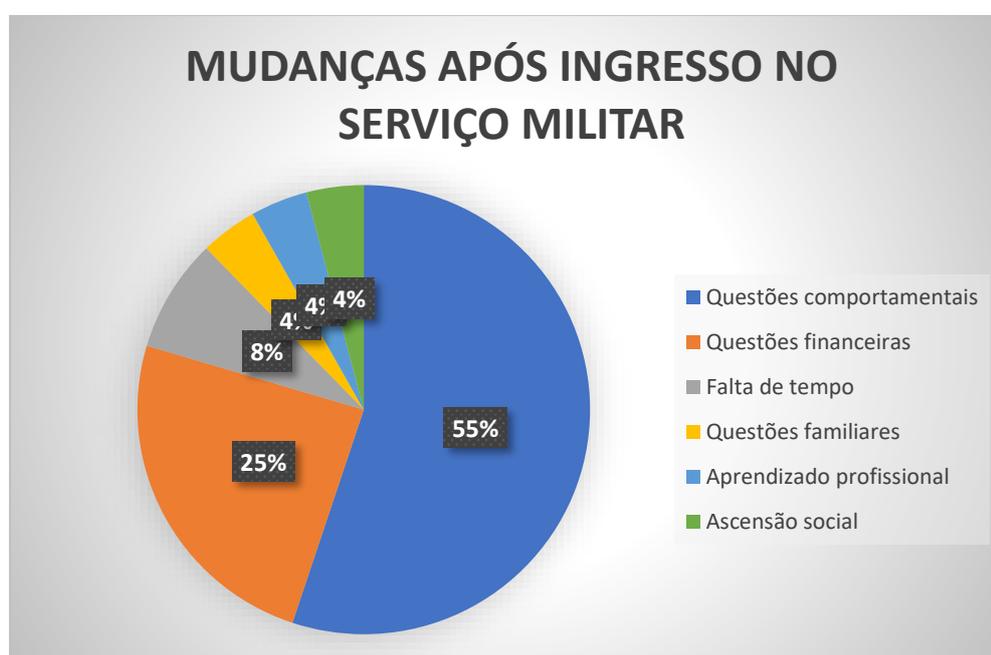
Dos 46 entrevistados, 43 (quarenta e três) disseram que a inserção no serviço militar mudou a vida deles de alguma forma. Ao serem questionados o que tinha mudado as respostas foram variadas e divididas nos seguintes grupos:

Tabela 16 – Informações sobre mudança de vida dos entrevistados pós ingresso no serviço militar

Quantidade	27	12	4	2	2	2
Opções	Questões comportamentais	Questões financeiras	Falta de tempo	Questões familiares	Aprendizado profissional	Ascensão social

Fonte: Formulário de pesquisa

Gráfico 16 – Mudanças após ingresso no serviço militar



Fonte: formulário de entrevista

Cumpra informar que a justificativa se tratava de uma pergunta aberta onde os entrevistados podiam dar mais de uma resposta e alguns assim fizeram, como essas respostas que contemplam mais de uma opção.

Fiquei mais sério, mais responsável e minha vida financeira melhorou. (Sd EV 18 anos)

Aprendi muito. Aflorou o respeito, postura e o modo como é visto pelo seu círculo social. (Sd EV 19 anos)

Melhor convívio com familiares, mais responsabilidade, disciplina (Sd EV 18 anos)

Percebe-se que neste item as respostas relacionadas a **questões comportamentais** foram as mais citadas pelos 43 (quarenta e três) que responderam que suas vidas mudaram após ingresso no serviço militar.

Muitos jovens relatam ter adquirido responsabilidade, foco e disciplina nesses meses iniciais de serviço militar. Lembro que as entrevistas foram feitas, 2 (dois) à 3 (três) meses após a inserção dos entrevistados no serviço militar obrigatório. Não se sabe se este fato influenciou no resultado da pesquisa, considerando o pouco tempo de inserção, mas o que se sabe é que os jovens verbalizaram muito esse tipo de mudança.

Melhorei minha postura e disciplina. (Sd EV 18 anos)

Tenho mais postura e maturidade. (Sd EV 19 anos)

Melhorei minha rebeldia. (Sd EV 18 anos)

Estou aprendendo muita coisa. Principalmente a ter mais responsabilidade. (Sd EV 18 anos)

Destaco também que a falta de tempo mais vez apareceu entre os citados, dessa vez como mudança, de uma forma negativa para eles. E por fim, a justificativa da ascensão social ainda que citada somente duas vezes, mas acredito ser relevante trazer a luz para discussão.

Os dois jovens que citaram a mudança como era visto no seu local de moradia, mudança de status social relataram que passaram a ser melhor tratados pelos seus pares, por estarem prestando serviço militar.

O termo “status social” refere-se à posição que os grupos ou indivíduos ocupam na sociedade, isso significa dizer que esse conceito denota uma diferenciação entre as pessoas, caracterizada por um grau de diferenciação. A noção de status social na visão sociológica, refere-se à posição que uma pessoa ocupa dentro da estrutura social em que ela vive. E não só isso, trata-se também da condição do indivíduo, pode-se dizer que ele ocupa uma posição de prestígio, um lugar medíocre ou está em uma colocação sem valor algum. O conceito de status está intimamente relacionado com classe social e sua relação com a sociedade. No caso dos jovens entrevistados, seria no sentido de prestígio devido a sua condição atual de militar.

Para os autores BOUDON & BAECHLER (1995), status social diz respeito à honra social ou ao prestígio que o indivíduo ocupa na sociedade, uma vez que está fundado em juízos de valor e avaliações feitas pelos membros da comunidade. Ressaltam que uma forma de determinar o status de uma pessoa é observar seus hábitos, estilo de vida, profissão, nível de instrução, posse de objetos e os relacionamentos, uma vez que os grupos e relacionamentos tendem a ser formados por pessoas do mesmo padrão social.

BOURDIEU (1998) sustenta que o status seria a possibilidade de desfrutar certos bens simbólicos, pois estes determinam de certa maneira a classe social que o indivíduo ocupa. Segundo o sociólogo, os bens simbólicos são instrumentos de conhecimento, comunicação e integração social, podem ser apropriados pelo conjunto de um grupo ou produzidos por especialistas, determinando o status.

Dessa forma, considerando o perfil dos entrevistados, estar em uma posição de certo poder, faz com que o jovem periférico, se sinta fazendo parte de um grupo considerado seletivo pela sociedade e passa a ser visto, muitas vezes de forma diferenciada pelos seus pares.

3.2.3.7 O serviço militar obrigatório pode ser entendido como espaço sócio-ocupacional para o jovem?

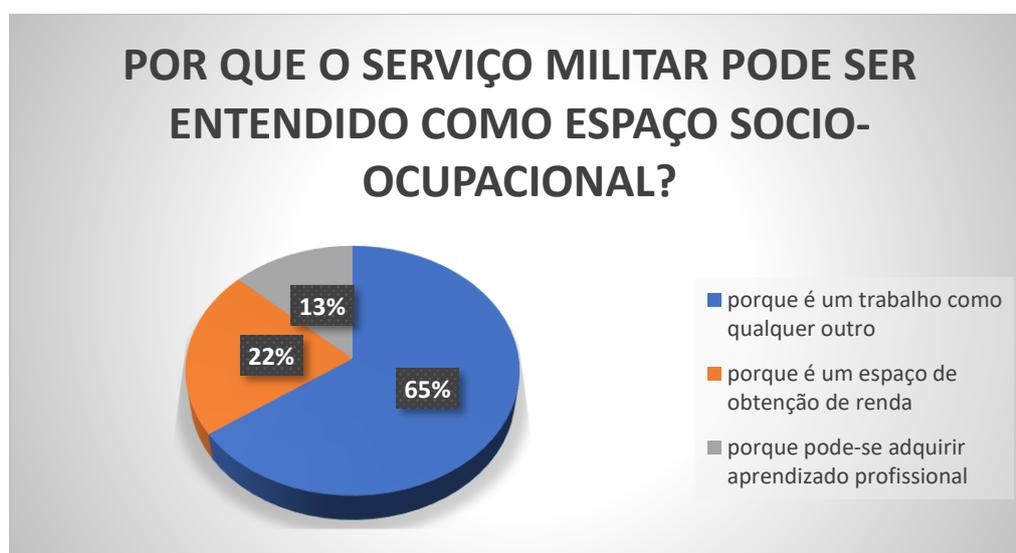
Todos os 46 (quarenta e seis) jovens entrevistados responderam que o serviço militar pode ser entendido como mais um espaço sócio-ocupacional e as justificativas mais citadas foram:

Tabela 17 – Percepção dos entrevistados sobre militar como espaço sócio-ocupacional

Quantidade	30	10	6
Opções	porque é um trabalho como qualquer outro	porque é um espaço de obtenção de renda	porque pode adquirir aprendizado profissional

Fonte: formulário de entrevista

Gráfico 17 - Percepção dos entrevistados sobre militar como espaço sócio-ocupacional



Fonte: formulário de entrevista

3.2.3.8 É possível aprender alguma profissão no período que está no serviço militar obrigatório?

Todos os jovens entrevistados responderam que era possível aprender alguma profissão durante o serviço militar obrigatório, considerando que estão alocados em diversas áreas de atuação que podem servir como experiência futura.

3.2.3.9 Mudaria algo no serviço militar obrigatório?

Nesse item foi perguntado se os entrevistados mudariam algo no serviço militar

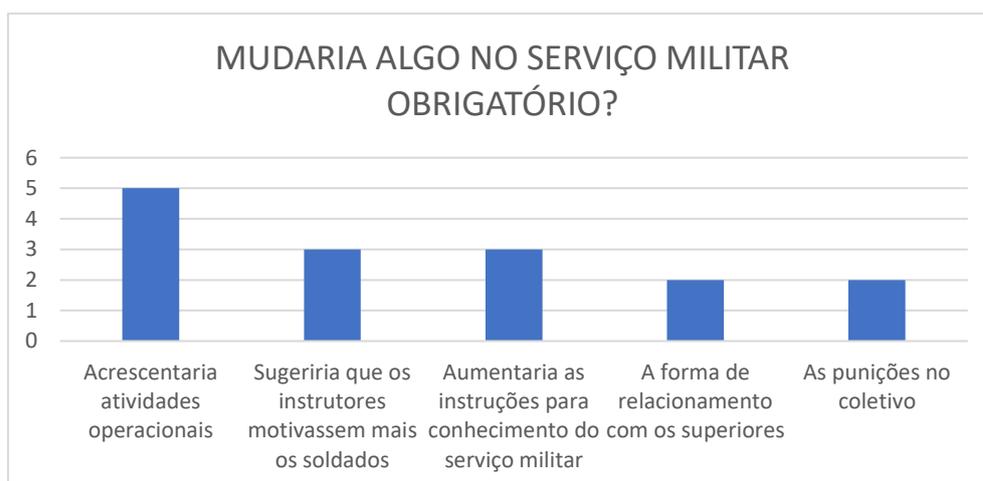
obrigatório e 26 (vinte e seis) dos entrevistados disseram que não mudariam nada e 20 (vinte) disseram que mudariam algo e deram as seguintes justificativas:

Tabela 18 – Mudaria algo no serviço militar obrigatório?

Quantidade	5	3	3	2	2
Opções	Acrescentaria atividades operacionais (campo)	Sugeriria que os instrutores motivassem os soldados	Aumentaria instruções sobre militarismo	A forma de se relacionar com superiores	As punições no coletivo

Fonte: Formulário de entrevista

Gráfico 18 – Mudaria algo no serviço militar obrigatório?



Fonte: formulário de entrevista

Pretende-se que as observações sinalizadas pelos jovens nesse bloco de perguntas relacionadas a percepção do soldado inserido no serviço militar, sejam levadas aos envolvidos diretamente no recrutamento e acompanhamento dos soldados, a fim de que possam tomar conhecimento, com o intuito de aprimorar as ações e intervenções com esse público-alvo.

3.2.4 Reflexões sobre o resultado da pesquisa

Segundo informação do estudo “Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização”, elaborado pela UNICEF e OIT, o crescimento do emprego informal é bem preocupante uma vez que os direitos não são considerados nesse tipo de relação trabalhista.

Na juventude, esse tipo de relação é ainda mais preocupante, haja vista que trabalhar na informalidade no início da carreira pode comprometer toda a sua trajetória profissional. O jovem que ocupa um posto informal, no início de sua trajetória profissional, tem um crescimento de salário menor que outro jovem semelhante que ingressa no mercado de trabalho em um posto formal. E isso nos remete a discussão apresentada no início desta dissertação sobre as diversas formas de se vivenciar a juventude e como as diferentes realidades afetam os diferentes jovens.

Para FRIGOTTO (2004), ao estudar as juventudes, se faz necessário realizar um recorte de classe social e se deve levar em conta as particularidades históricas, sociais e culturais desses sujeitos.

Segundo o autor,

os jovens em condição de vulnerabilidade social são jovens que têm "rosto definido". Pertencem à classe ou fração de classe de filhos de trabalhadores assalariados ou que produzem a vida de forma precária por conta própria, no campo e na cidade, em regiões diversas e com particularidades socioculturais e étnicas. Compõem esse universo crianças e jovens que têm inserção precoce no mundo do emprego ou subemprego. Inserção que não é uma escolha, mas uma imposição de sua origem social e do tipo de sociedade que se construiu no Brasil (FRIGOTTO, 2004, p.181).

Essas inserções impostas resultam, muitas vezes, na concretização do trabalho precarizado, informal e muitas vezes infantil. Realidade vivenciada pela maioria dos jovens entrevistados na pesquisa, onde 71% dos jovens com idade entre 18 e 20 anos já tinham exercido atividades remuneradas informais antes do ingresso no serviço militar.

Para além das expressões da questão social que impactam na relação trabalho e juventudes, nos últimos dois anos, em decorrência à pandemia da Covid 19, acontece um agravamento ocasionando mais uma crise no mundo do trabalho resultante deste processo.

Segundo pesquisa do IBGE, apontadas na PNAD contínua, no intervalo de um ano, a população ocupada reduziu 7,3 milhões de pessoas no país, chegando ao menor número da série anual (86,1 milhões). Com isso, pela primeira vez, menos da metade da população em idade para trabalhar estava ocupada no país. Em 2020, o nível de ocupação foi de 49,4%, ficando o

Rio de Janeiro em quarto lugar dos estados com maior taxa de desocupação, com 17,4%, ficando atrás de estados como Bahia, Alagoas e Sergipe.

No que se refere aos jovens, os dados da PNAD contínua, apontam que os jovens foram os mais afetados pelo desemprego entre os grupos etários no quarto trimestre de 2020. As pessoas de 14 a 17 (42,7%), de 18 a 24 anos de idade (29,8%), de 25 a 39 anos (13,9%) tiveram taxa acima ou igual à média nacional, que é de (13,4%).

Sendo assim, para além dos desafios já existentes para inserção do jovem, sobretudo, os pobres, que estão buscando acesso aos espaços sócio-ocupacionais terão os desdobramentos da pandemia, um desafio à mais a ser superado.

A pesquisa de campo realizada nesta dissertação oportunizou a compreensão do perfil do jovem inserido no serviço militar da Organização Militar escolhida como local da pesquisa. Quem é esse jovem? Qual sua faixa etária? Como se autodeclara em relação a sua cor? Qual seu estado civil? Seu nível de escolaridade? Suas origens e referenciais territoriais? Qual grupo familiar? Qual sua condição socioeconômica? Qual é ou foi sua relação com o trabalho? Suas motivações para o ingresso no serviço militar, pontos positivos e negativos de estar no serviço militar e como enxergam o serviço militar?

Considera-se que o estudo identificou que o serviço militar obrigatório tem sido um espaço de inserção para o jovem no mercado de trabalho, considerando suas especificidades e realidade social e que a desigualdade e falta de oportunidades fazem com que o jovem se “voluntarie” para servir, mas esse voluntariado está longe de ser por vocação e sim por necessidade. Conclusão esta que responde a primeira indagação levantada no início deste estudo: *“poderia o Serviço Militar Obrigatório ser compreendido e analisado como espaço de inserção do jovem no mercado de trabalho?”*

Dessa forma, o serviço militar obrigatório enquanto espaço de inserção profissional pode ser visto como uma alternativa diante a falta de alternativas dos jovens periféricos devido à falta de efetividade das políticas públicas para as juventudes.

A maior parte dos jovens entrevistados para a elaboração desta dissertação são negros, residem em localidade onde as classes sociais mais desfavorecidas habitam, estão à mercê da violência, da criminalidade e da falta de recursos, conforme apontam as pesquisas apresentadas no decorrer deste estudo. Além disso, exerciam atividades remuneradas informais, antes de entrarem para o Serviço Militar as quais, considerando suas idades, se concretizam em trabalho infanto-juvenil, apresentando um grande paradoxo, uma vez que devido suas condições objetivas de vida, a necessidade de trabalhar para possuir uma renda acabava sendo mais forte do que as restrições legais.

Vimos que a grande maioria dos jovens entrevistados citou a situação financeira e social como ponto positivo de estar prestando o serviço militar e que sua inserção ocasionou mudanças de cunho socioemocional e financeiro. E isso não deve ser desconsiderado. Faz concluir que existem questões

Entende-se que essa forma de remuneração está longe de ser a ideal. Segundo relato dos entrevistados, estar inserido no serviço militar os privam de maior convivência com a família, por passarem mais tempo no quartel, limita o tempo para estudos, proporcionam situações embaraçosas, dentre outros exemplos citados. Na verdade, todos os jovens deveriam ter as mesmas chances e oportunidades, mas na nossa sociedade isso não tem sido possível e com isso a inserção no serviço militar tem sido vista como um “amparo” no que se refere a renda e isso é um fato.

Os 46 (quarenta e seis) jovens entrevistados correspondem a uma pequena parcela dos jovens na sociedade, mas ainda assim, foi possível identificar situações pertinentes as realidades vivenciadas, sobretudo pelo jovem pobre, onde fazem parte de uma parcela que conseguiu, por um período determinado, ter uma remuneração, considerando a escassez de empregabilidade existentes no mundo extra muro do quartel.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo principal analisar a inserção do jovem no mundo do trabalho por intermédio do serviço militar e identificar as motivações e percepções relacionadas a esta inserção, perpassando pelas relações da juventude e trabalho na sociedade brasileira.

Para tal, foi feito inicialmente uma discussão sobre juventude(s) e suas especificidades, relacionando as diversas juventudes com a realidade socioeconômica que vivenciadas em nossa sociedade. Apontou-se questões pertinentes a condição juvenil dos sujeitos e como essa condição impacta na vida do jovem pobre em diversos aspectos. Buscou-se explicar sobre as questões relacionadas ao jovem no mercado de trabalho, perpassando sobre a problemática da escolarização, no que refere à qualidade do ensino e a manutenção dos jovens trabalhadores nas escolas. Optou-se também por fazer um apanhado sobre as políticas públicas para o jovem no Brasil, sobretudo as relacionadas ao trabalho.

Por conseguinte, foi apresentado no segundo capítulo, a temática do serviço militar, onde buscou-se explicar sobre o histórico das Forças Armadas no Brasil e assim o surgimento do serviço militar no país. Vimos que o surgimento dos exércitos está atrelado à história do “descobrimento” do Brasil. Abordou-se também nesse capítulo, as legislações sobre o assunto e as formas de inserções nas Forças Armadas ao longo do tempo.

Por fim, o último capítulo, destinou-se à apresentação da pesquisa de campo realizada com os soldados do Efetivo Variável e a partir dos resultados encontrados foram feitas análises qualitativas relacionadas aos temas abordados nos primeiros capítulos.

Considerando as motivações, objetivos propostos e os resultados obtidos neste estudo chegou-se a algumas conclusões que serão sinalizadas a seguir. Ressalta-se que as conclusões deste trabalho são parciais e localizadas dentro de um determinado contexto de produção do conhecimento, de um determinado grupo. E devido a isso, não podemos afirmar que seus resultados dizem respeito ao todo. Entretanto, nota-se que as informações obtidas na pesquisa, estão sincronizadas com as pesquisas à nível nacional, tendo apresentado resultados bem próximos a realidade brasileira.

Vivemos em uma sociedade globalizada. Dentre as consequências dessa globalização enfrentam-se grandes contingentes de desempregados, ao mesmo tempo em que se experimenta um crescente empobrecimento de alguns sujeitos sociais, entre eles, os jovens.

A reestruturação produtiva, com a flexibilização da força de trabalho, afetou de forma direta a população juvenil que não dispõe das mesmas condições de que os trabalhadores mais experientes. Os jovens quando conseguem meios para acessar o mercado de trabalho formal,

encontram grande concorrência e saem muitas vezes em desvantagens, restando diante da competitividade e das altas taxas de desemprego, ocupações mais instáveis e com condições de trabalho precárias. Além disso, enfrentam uma crescente seletividade, onde muitas vezes não apresentam nenhuma qualificação técnica para concorrerem com os demais.

Sabe-se que a juventude advinda da classe trabalhadora passa por um sistema de seleção e exclusão fruto de um conjunto de determinantes econômicos e sociais e, principalmente, em virtude de o Estado brasileiro hoje, sob a hegemonia da classe dominante, não cumprir sua função social de garantir políticas públicas para a maioria da população servindo aos interesses da burguesia.

Vimos que ações governamentais foram feitas ao longo dos anos, cada qual com sua intensidade, a depender dos interesses políticos e ideais dos que estavam no poder. Isto posto, não podemos dizer que não houve avanços. Avanços estes no sentido de iniciar ações que pudessem contribuir na relação jovem – trabalho - escolaridade, por exemplo. Programas de combate ao trabalho infantil com ações (ainda que ineficazes e descontinuadas pelos Governos) e programas de aprendizado profissional que incentivam as empresas na contratação do jovem por meio formal foram algumas ações interventivas do Estado.

Contudo, ainda temos muito a progredir. Observa-se que atualmente ações governamentais de enfrentamento aos assuntos relacionados a juventude têm sido escassas e ineficientes e enquanto isso cada vez mais os jovens pobres vão ao encontro de alternativas à falta delas, se inserindo em ocupações precarizadas e irregulares e conforme objeto desta pesquisa veem no serviço militar um espaço de obter uma renda fixa, conforme relatos durante a realização da pesquisa.

Cabe trazer a luz da discussão, a contribuição de FRIGOTTO (2008) para reforçar o pensamento acima. Para o autor

uma política que assegure a elevação da escolaridade precisa ser específica em termos de tempo, espaço, organização do processo pedagógico, condições de trabalho do professor e dos materiais pedagógicos. Na visão deste autor, inclui-se uma política pública redistributiva e emancipatória de caráter mais universal, que teria extraordinário efeito social, econômico e ético, que tiraria crianças e jovens do trabalho formal ou não formal, podendo esses ter acesso à educação. (FRIGOTTO, 2008, p. 17).

Vimos, no capítulo 2 dessa dissertação, que o serviço militar tem sua função social e finalidade que é a defesa nacional dos territórios, tanto pelo ar pela Força Aérea, pelo mar, com a Marinha e pela terra, por meio do Exército e os jovens que ingressam no serviço militar são treinados para tal. Na seleção busca-se pessoas com aptidão para tais funções, no entanto, pode-

se observar que a inserção dos jovens entrevistados se deu por diferentes motivos, sendo o principal a obtenção de renda.

Nesse sentido, as motivações para o ingresso nas Forças Armadas possuem o cunho socioeconômico, vinculado a necessidade de renda de muitos jovens, que veem nesse processo a possibilidade de garantir seu sustento e de sua família por determinado período. Esse fato só reafirma a necessidade de se investir nas políticas públicas para a juventude, uma vez que a falta de políticas públicas para o jovem tanto de educação quanto profissional tem feito com que o serviço militar seja identificado e utilizado por determinadas juventudes para além de sua função primordial.

Dessa forma, foi apontado que o perfil dos jovens inseridos no serviço militar obrigatório entrevistados é o jovem trabalhador, negro e periférico com ocupações informais anteriores ao ingresso no serviço militar, de famílias assalariadas e que encontram dificuldades devido a sua realidade, considerando o crescente de desemprego e desocupação apontadas nas pesquisas demográficas.

Em se tratando da relevância e contribuição dos resultados encontrados neste estudo, pode-se dizer que contribuirá na realização de outros estudos com outros recortes relacionados a juventude e ao trabalho nas Forças Armadas. Contribuindo para inquietar os atores envolvidos que atuam direta e indiretamente nessa relação. Ademais, ao trazer em relevo a relação do jovem com o serviço militar obrigatório, a pesquisa busca, dentre outras coisas, diminuir a lacuna investigativa existente nesse campo institucional.

Entende-se que a análise de uma determinada realidade contribua na produção do conhecimento na temática a ser pesquisada, tanto no eixo Trabalho e Juventude, quanto para o local onde a pesquisa de campo se desenvolverá. Ter um perfil do público que se pretende trabalhar é de suma importância para direcionar a elaboração de um projeto de intervenção do serviço social na Instituição Militar.

No tocante à contribuição para o local onde a pesquisa foi realizada, podemos sinalizar a utilização dos dados e resultados obtidos para o planejamento e execução de ações voltadas para o público-alvo da pesquisa, os jovens inseridos no serviço militar obrigatório e para os demais jovens inseridos nas Organizações Militares. Muitas ações podem ser idealizadas, por meio de uma equipe de profissionais, cada um contribuindo com sua especialidade, para que esses jovens sejam acolhidos, orientados, direcionados, instruídos, qualificados, capacitados e acompanhados sistematicamente para que possam vir a ter uma melhor possibilidade de colocação no mercado de trabalho no ato de sua saída do serviço militar.

A referida pesquisa poderá contribuir no direcionamento do trabalho realizado pelas Seções do Serviço de Assistência Social do Exército Brasileiro, em todo o Brasil, sendo uma delas, meu atual campo sócio-ocupacional, no sentido de fomentar sugestões a serem direcionadas aos Órgãos Reguladores, a fim de inserir novas práticas de atuação, por meio de legislações específicas.

As equipes de serviço social da Instituição Militar podem realizar o planejamento de atividades voltadas para a inserção do jovem no mercado de trabalho formal, a ser inserido no calendário institucional anual, com a execução de ações direcionadas a essa temática. Tais como: realização de instruções sobre elaboração de currículos; realizar parcerias com empresas de recrutamento e seleção para que ofertem palestras sobre a temática; buscar interlocução com empresas e ONGs que trabalham com aprendizagem profissional, a fim de que façam divulgações de processos seletivos para os soldados; buscar parcerias com a Rede S (SENAI, SESI, SENAC, SENAT), a fim de encaminhar os soldados para realização de cursos profissionalizantes, nas áreas de interesse citadas na entrevista; e realização de workshop de carreiras, com a participação de militares (Forças Armadas e Singulares) de preferência das áreas sinalizadas pelos jovens nas entrevistas.

Sabemos que são muitos os desafios a serem enfrentados e para tanto é fundamental que os profissionais envolvidos nas ações sugeridas estejam comprometidos e desenvolvam suas potencialidades. Para tal, faz-se necessário apropriar-se de elementos da realidade que ajudam no entendimento do papel do jovem, em especial do jovem oriundo da classe trabalhadora dentro da sociedade de classes, por meio de qualificações profissionais e reflexões que dialoguem com a especificidade da sociedade em que estamos inseridos.

Com a possibilidade de atuação voltada para a valorização do jovem, a Instituição Militar teria um papel social relevante no que se refere a contribuição para garantia de direitos desses sujeitos, ofertando ações para que eles sejam qualificados buscando assim a permanência no mercado de trabalho, após conclusão do serviço militar obrigatório. Ações estas que estão relacionadas ao segundo questionamento apresentado na introdução desta dissertação: *“a Instituição Militar forma o jovem apenas para a defesa da nação ou pode contribuir para mantê-lo no mercado de trabalho, através de seus ensinamentos?”* Ressalto que considerando a organização militar onde os jovens pesquisados se encontram, atualmente o Exército tem na formação dos jovens do serviço militar ações voltadas para a Defesa, necessitando, expandir e ampliar suas ações para as necessidades humanas e sociais de seus soldados.

Salienta-se que estudos como estes podem contribuir para novas discussões e novos debates sobre a temática. Retomando a última pergunta norteadora apresentada no início deste

estudo: *como se dá a relação Trabalho, Juventude e Serviço Militar Obrigatório no Exército Brasileiro?* Pode-se dizer que a relação ainda não foi construída de fato, estando as temáticas apenas justapostas. Ainda não se tem a visão concreta dessa relação pela sociedade, pelos atores envolvidos e pelos estudiosos, uma vez que o tema é pouco explorado. Assim, o jovem percebe o serviço militar como espaço sócio-ocupacional, como meio de vender sua força de trabalho em troca de um salário, mas as instituições militares ainda não identificam essa relação dessa forma.

Por fim, acredita-se que estudos como estes possam contribuir no aprofundamento e na elaboração de novas abordagens. Esse debate está longe de ser esgotado. Faz-se necessário se debruçar sobre essa temática em busca de novas reflexões e novos desdobramentos.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. BRANCO, Pedro (orgs). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005.

ADAMO, Fabio A. et. al. *Juventude: trabalho, saúde e educação*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.

ANDRADE, Maria Margarida. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. 10.^a Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

ANTUNES, Ricardo. *O Privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital*. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.

_____. *Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena Tenório. *Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas*. São Paulo: Editora Cortez, FSS/UERJ, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *A Juventude é apenas uma palavra*. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. Disponível em: <<http://www.observatoriodoensinomedio.ufpr.br/wp-content/uploads/2014/04/a-juventude-e- apenas-uma-palavra-bourdieu.pdf>> Acesso em: 20 mar. 2021.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. *Consolidação das Leis do Trabalho*. Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho.

_____. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB, 1996.

_____. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

_____. Lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. *Estatuto da Juventude: atos internacionais e normas correlatas*. Brasília: Senado Federal, coordenação de Edições técnicas, p.103. 2013.

_____. Ministério da Defesa. Exército Brasileiro. Estado Maior do Exército. *O Exército Brasileiro - EB20-MF-10. O MANUAL DE FUNDAMENTOS*. 1ª Edição, 2014.

_____. Ministério da defesa. Informações sobre projeto cidadão. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/servico-militar/projeto-soldado-cidadao>> Acesso em: 5 jul 2021.

_____. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. *Um olhar sobre o jovem no Brasil*. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008. 218 p. – (Série B. Textos Básicos de Saúde). Disponível em <https://www.defesa.gov.br/servico-militar> > Acesso em: 2 mar. 2021.

_____. Ministério da Defesa. Informações sobre serviço militar. Disponível em <https://www.defesa.gov.br/servico-militar> > Acesso em: 10 set 2021.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE PARA A JUVENTUDE. Brasília: 2011. 60 p.

CARRANO, Paulo César Rodrigues. *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ FAPERJ, 2002.

CARVALHO, Marcio Bernardes de Carvalho. *Juventude, ensino médio e trabalho: função social do ensino médio, uma análise crítica*. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná – UTP. 220f, Curitiba. PR, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. *Forças Armadas e política pública no Brasil*. Edição revisada e atualizada. São Paulo: Editora Todavia, 2019.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

CORREA, Sílvio Marcus de Souza. *O lugar do jovem no Brasil: uma sociedade de jovens? Um olhar sobre o jovem no Brasil*. Série B. Brasília: Textos Básicos de Saúde, 2008.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, SP, n. 24, p. 40–52, 2003. Disponível em: < www.scielo.br> Acesso em: 15 out 2020.

_____. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. *Revista Educação e Sociedade*. Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128, out. 2007. Disponível em www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 5 jul 2021.

ESCOCARD, Grasiela. Entrevista concedida ao Jornal online terceira via. Entrevista com a historiadora em 2 de setembro de 2020. RJ. Disponível em <<https://www.jornalterceiravia.com.br/2020/09/02/voce-sabe-quem-foram-os-voluntarios-da-patria-que-deram-nome-a-rua-central-de-campos/>> Disponível em: < www.ibge.gov.br > Acesso em: 10 jun 2021.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 2ª Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IBGE - Instituto brasileiro de geografia e estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua (PNAD). Indicadores mensais produzidos com informações do 4º Trimestre 2019 - fevereiro de 2020. Disponível em <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/26912-pnad-continua-trimestral>> Acesso em: 12 maio 2021.

_____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2017. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 5 jul 2021.

_____. Censo 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 set. 2021.

FERNANDES, Ivoni de Souza. *Juventude: uma categoria sócio-histórica*. Trabalho apresentado no Congresso Nacional de Educação. PUC, Goiás, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, Regina; VANNUCHI, Paulo (orgs.) *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. CPDOC. Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/FEB>. Disponível em: <www.ibge.gov.br> Acesso em: 8 set 2021.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino e LABORNE, Ana Amélia de Paula. Pedagogia da crueldade: racismo e extermínio da juventude negra. *Dossiê Educ.* rev. 34, 2018.

GROPPO, Luis. A. *Juventude: Ensaio sobre Sociologia e História das Juventudes Modernas*. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

_____. *Juventudes: sociologia, cultura e movimentos*. Universidade Federal de Alfenas: Minas Gerais, 2016.

GUIMARÃES, Alexandre Queiroz ; ALMEIDA, Mariana Eugenio. *Os jovens e o mercado de trabalho: evolução e desafios da política de emprego no Brasil*. Minas Gerais.

KORMAN Dib, S. *Juventude e projeto profissional: a construção subjetiva do trabalho*. Tese (Doutorado) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. *Serviço Militar, Democracia e Defesa Nacional: razões da permanência do modelo de recrutamento no Brasil*. Dissertação (Mestrado) - Departamento

de Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. *Serviço Militar Obrigatório no Brasil: Continuidade ou mudança?* Núcleo de Estudos Estratégicos – Unicamp. São Paulo, Vol 1, 2001.

LARANJEIRA, Denise Helena. BARONE, Elisa (orgs). *Juventude e Trabalho: desafios no mundo contemporâneo*. UFBA, Salvador, 2017.

LEÓN, O. D. Uma revisão das categorias de adolescência e juventude. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). *Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas*. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás, Cânone Editorial, 2009.

LIMA, João Maria. *Serviço Militar Obrigatório no Brasil: uma reflexão atual das práticas e representações usadas na construção da identidade militar*. Mato Grosso do Sul: UFGD, 2010.

MINAYO, Maria Cecilia . Fase do trabalho de campo. In: *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. Rio de Janeiro, 1992. p. 105-196.

_____. Ciência, Técnica e Arte: o desafio da pesquisa social. In: *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. 17. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994.

_____. A condição juvenil no século XXI. In: MINAYO (org). *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do ‘ficar’ entre jovens brasileiros* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, pp. 17-43. SciELO Books, 2011. > Acesso em: 6 ago 2021.

NARCISO, Raimundo. *O Serviço Militar e a Cidadania*. Nº 91 – 2.^a Série p. 67-94, 1999.

NETTO, José Paulo. *Curso Livre de Marx – Engels: A criação destruidora*. 1^a Edição. São Paulo: Editora Boitempo, Carta Maior, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). JUVENTUDE E TRABALHO INFORMAL NO BRASIL. OIT Escritório no Brasil; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). - Brasília: OIT, 2015. Disponível em: <<https://www.ilo.org/brasil/temas/emprego/lang--pt/index.htm> > Acesso em: 6 ago 2021.

PAIS, José Machado. A Construção sociológica da juventude: alguns contributos. *Análise Social*, Lisboa, Vol. XXV (105-106), pp. 139-165, 1990.

PERALVA, A. T., SPOSITO, M. P. (orgs.) Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, mai/jun/jul/ago, nº 5, set/out/nov/dez, nº 6. Número Especial, 1997.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: VANNUCHI, P.; NOVAES, R. (Orgs.). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217-241.

RODRIGUES, Fernando da Silva, FERRAZ, Francisco Pinto (orgs). *História Militar: novos caminhos e novas abordagens*. 1.ed. São Paulo: Paco editorial, 2016. E-book.

SAMPAIO, Tamires. *Genocídio da juventude negra no Brasil. Juventude no Brasil* [livro eletrônico]. Laura Martin, Luís Fernando Vitagliano (orgs.). – São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2019. 1.60 Mb; ePUB,

SILVA, Darlene de Araújo. *O serviço social nas organizações militares da aeronáutica: análise da prática profissional na região amazônica*. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade do Pará, Belém, 2015.

SILVA JÚNIOR, Paulo Roberto. *Juventude pobre e trabalho: as experiências dos jovens que 2011 participam de programas de aprendizagem profissional na Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais*, 2011.

SILVA JUNIOR, P. R.; MAYORGA, C. Experiências de jovens pobres participantes de programas de aprendizagem profissional. *Revista Psicologia e Sociedade*, maio-agosto, Minas Gerais, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/psoc/a/X7n6pyVFLwLZbpZqN3J4xqN/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 10 set 2016.

SILVA, Roselani Sodré ; SILVA, Vini Rabassa. *Política Nacional de Juventude: trajetória e desafios*. *Cad. CRH*, Salvador, v.24, n.63, set. /dez. 2011.

VIANA, Nildo. *Juventude e sociedade: ensaios sobre a condição juvenil*. São Paulo: Giostri, 2015.

ZORZI, Analisa; WEISHEIMER, Nilson; KIELING, Francisco dos Santos. FACHINETTO, Rochele Fellini. *Sociologia da juventude*. São Paulo: Editora Inter saberes, 2013.

APÊNDICE A – Formulário de entrevista

Formulário de Entrevista

Data _____

Idade: _____ **Cor:** _____ **Sexo/Gênero:** () F () M

Estado Civil: () solteiro () casado () separado () divorciado () em união estável () outros _____

Escolaridade: Ensino Fundamental Incompleto () Fundamental Completo () Ensino Médio Incompleto () Médio Completo () Ensino Superior Incompleto ()

Local de moradia (MUNICÍPIO/BAIRRO): _____

Reside em Comunidade: sim () não ()

Reside em Área de risco: () sim () não Qual tipo de risco? _____

Tipo de moradia: () imóvel próprio () imóvel alugado () imóvel cedido () imóvel de família () imóvel invadido () outro tipo de imóvel Qual? _____

Mora com: (pode escolher mais de uma opção)

() pais (**mãe e pai**) () pais e irmãos () somente mãe () somente pai () somente com irmãos () avós () tios () primos () amigos(as) () esposa/o **OU** companheira/o () apenas com os filhos () outros Quem? _____

Possui filho(s):

() sim - quantos: _____ () não

Reside(m) com você: () sim () não

Renda Familiar: (soma da sua renda e de todas as pessoas que moram com você)

() menos de R\$ 1.100,00 () de R\$ 1.100,00 à R\$ 3.135,00 () R\$ 3.135,01 à R\$ 4.180,00 () acima de R\$ 4.180,00

Possui militar na família: () sim () não

Se possui, qual o seu grau de parentesco com esse militar:

Se possui, qual o posto/graduação dessa pessoa:

() soldado () cabo () sargento () subtenente () tenente () capitão () major () tenente coronel () coronel () general () outros

Qual Força? _____

Possuía alguma atividade remunerada antes da inserção no SMO?

() sim **Qual :** _____ () não

Você tinha interesse em ingressar no serviço militar ou somente ingressou por ser obrigatório?

Qual era seu entendimento sobre o Serviço Militar Obrigatório antes de começar a servir?

O Exército Brasileiro foi sua primeira opção de escolha durante seu alistamento?

sim não parcialmente

Justifique _____

Como você se sente prestando Serviço Militar Obrigatório pelo Exército Brasileiro?

Cite os pontos positivos de estar inserido no Serviço Militar Obrigatório. (Pode escolher mais de uma opção)

- ter o próprio dinheiro
 conhecer a atividade militar
 ajudar financeiramente em casa
 ter contato com outros militares
 realizar as atividades inerentes ao Serviço Militar
 aprender os pilares de hierarquia e disciplina
 fazer amigos
 confirmar o desejo de seguir carreira militar
 aprender algum ofício
 ter acesso a serviços médicos e odontológicos
 outros - quais? _____

Justifique _____

Cite os pontos que não atenderam suas expectativas no Serviço Militar Obrigatório.

Pretende seguir carreira militar? Por quê? Qual? Justifique sua resposta.

Sim Não

Pretende trabalhar ou se formar fora da área militar?

Sim Não

Se sim, em que área _____

Sua vida teve alguma mudança após sua incorporação no Serviço Militar Obrigatório?

Sim Não parcialmente

Se sim, Qual? (qualquer tipo de mudança: financeira, pessoal, familiar, afetiva, relacional)

Para você, o Serviço Militar pode ser entendido também como espaço de inserção profissional? Justifique sua resposta.

Você acredita ser possível aprender alguma profissão nesse período que está no Serviço Militar Obrigatório?

Se você pudesse mudar algo na formação que é ofertada aos soldados EV, você mudaria? O quê?

APÊNDICE B – Termo de Consentimento e Livre Esclarecido

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL/
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Prezado,

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “**Juventude, trabalho e serviço militar**” apresentada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro - UERJ a qual tem como objetivo principal analisar a inserção do jovem no mercado de trabalho a luz do Serviço Militar Obrigatório do Exército Brasileiro.

O presente projeto de pesquisa é parte constitutiva do processo percorrido ao longo do curso de Mestrado em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Uerj). Nele será apresentada a proposta de pesquisa que resultará em uma dissertação, produto exigido para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

O tema a ser investigado será o jovem e sua relação com o Serviço Militar Obrigatório e buscará apresentar um novo olhar sobre as motivações da inserção do jovem no Serviço Militar. Entendendo que o jovem, principalmente o pobre, devido não possuir condições objetivas de renda, pode encontrar no Serviço Militar Obrigatório um espaço de garantia de renda, de acesso a serviços, de status e pertencimento.

Além do objetivo principal citado acima, também tem por objetivo: Caracterizar a realidade socioeconômica dos jovens inseridos no Serviço Militar Obrigatório na Companhia de Comando da 1ª Região Militar do Exército Brasileiro no ano de 2020; Identificar as motivações relacionadas à inserção dos jovens no Serviço Militar Obrigatório; Identificar as percepções dos jovens recrutas sobre o Serviço Militar Obrigatório e sobre o mercado de trabalho formal; e Refletir sobre o impacto socioeconômico na realidade social dos jovens e de suas famílias no período em que está inserido no Serviço Militar.

A fim de alcançar os objetivos desta pesquisa, pretende-se realizar entrevistas com 50% dos soldados do Efetivo Variável da 1ª Companhia de Comando da 1ª Região Militar, localizada no Palácio Duque de Caxias, incorporados no ano de 2020, para que possam contribuir com suas percepções sobre o Serviço Militar Obrigatório como espaço de inserção do jovem no mercado de trabalho. Para viabilizar esta pesquisa, você é convidado(a) a participar desta pesquisa de campo e será entrevistado pelo pesquisador de forma individual. Pesquisa esta que será gravada, para com transcrição e análise da pesquisadora.

Sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento você pode se recusar a responder qualquer pergunta ou desistir de participar, bem como, inclusive, de retirar o seu consentimento para participar desta pesquisa. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com a pesquisadora, tampouco com o Exército Brasileiro.

Esta pesquisa pode não trazer nenhum benefício imediato para você, mas, ao participar deste estudo, você contribuirá para identificar as motivações relacionadas à inserção dos jovens no Serviço Militar Obrigatório; refletir sobre o impacto socioeconômico na realidade social do soldado e de suas famílias no período em que está inserido no Serviço Militar; caracterizar a realidade socioeconômica dos jovens inseridos no Serviço Militar Obrigatório neste período, assim como contribuir na elaboração de ações socioassistenciais no que se refere a relação entre trabalho e juventude, proporcionando assim, subsídios ao conhecimento acadêmico-científico sobre a temática Juventude, Trabalho e Serviço Militar.

Ressalta-se que a entrevista será realizada considerando e respeitando todas as regras de distanciamento social e higienização devido a situação gravíssima de saúde que estamos vivenciando.

Ressalta-se ainda que o entrevistado não terá custo na pesquisa, como também não haverá quaisquer compensações financeiras por participar como entrevistado nesta pesquisa.

No que se refere aos riscos para os entrevistados considera-se que pode gerar: constrangimento e desconforto ao responder as perguntas durante a entrevista; falta de cuidado do pesquisador durante realização da pesquisa; quebra de sigilo em relação aos participantes; e orientação e encaminhamento para assistência psicológica, caso a participação traga danos psicológicos ao entrevistado.

As informações sobre os participantes desta pesquisa são tratadas de forma confidencial e sigilosa, ou seja, em nenhum momento seu nome será divulgado em qualquer fase do estudo. Os resultados serão apresentados de forma a não permitir, sob nenhuma hipótese, revelar sua identidade. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa e os resultados divulgados em eventos e/ou publicações acadêmico-científicas, mas sem identificação de pessoas e nomes. As gravações das entrevistas ficarão sob a responsabilidade das pesquisadoras no prazo de 5 (cinco anos), quando então este material será descartado.

Este termo de consentimento será impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade, como já dito, com padrões de sigilo, atendendo a

legislação brasileira (Resolução nº 455/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para fins acadêmicos e científicos.

Ao decidir participar da pesquisa, você receberá uma cópia deste termo, onde consta o telefone/e-mail da pesquisadora podendo tirar as suas dúvidas sobre sua participação, agora ou a qualquer momento. **Caso tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, ou tenha outras dúvidas, querendo ouvir uma outra opinião sobre esta pesquisa, poderá procurar também a Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ: Rua São Francisco Xavier, 524, sala 3020, bloco E, 3º andar, - Maracanã - Rio de Janeiro, RJ, e-mail: etica@uerj.br - Telefone: (021) 2334-2180.**

Declaro ter lido e entendido com clareza o presente TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar como voluntário do estudo proposto.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do participante

Assinatura do pesquisador (a)

Nome Completo do participante:

Contatos:

Nome do pesquisador: Daniele de Souza Lino Frederico/ Mat:1910998

Assistente Social /Oficial Técnico Temporário de Serviço Social do Exército Brasileiro

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – UERJ

CEP: 20950-000

Tel.: (21) 2519-5492 ou (21) 97471-0513

E-mail: daniele.lino@eb.mil.br ou danilino21@yahoo.com.br

ANEXO – Termo de Assentimento Institucional

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª REGIÃO MILITAR
(4º DIST MIL/1891 – REGIÃO MARECHAL HERMES DA FONSECA)
CNPJ 10189168/0001-40

TERMO DE ASSENTIMENTO INSTITUCIONAL

Pelo presente termo declaro que estou ciente que a estudante de mestrado e 2º Tenente **Daniele** de Souza **Lino** Frederico está em fase de elaboração de sua dissertação junto ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGSS/UERJ) e dessa forma busca autorização para o desenvolvimento de sua pesquisa de campo nesta Organização Militar.

Informo que também tenho ciência que seu projeto de pesquisa intitulado “*Trabalho, Juventude e Serviço Militar Obrigatório*”, orientado pela Profa. Dra. Andrea de Sousa Gama (FSS/PPGSS/UERJ), necessita do levantamento de dados empíricos relacionados a fontes documentais e entrevistas individuais com os soldados da 1ª Companhia de Comando da 1ª Região Militar.

Para tanto, irá convidar os Soldados, a fim de realizar entrevistas, desde que aceitem participar, de acordo com os esclarecimentos sobre o projeto e, especialmente, explicitado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a ser apresentado e assinado por cada participante, bem como demais princípios e orientações éticas previstos. Nomes, endereço e outras indicações pessoais não serão publicados em hipótese alguma, os bancos de dados gerados pela pesquisa só serão disponibilizados sem estes dados. A participação será voluntária, não fornecemos por ela qualquer tipo de pagamento por esta autorização bem como os participantes também não receberão qualquer tipo de pagamento.

Fui informado, ainda, que a qualquer momento, poderia solicitar esclarecimentos sobre o trabalho realizado e que a estudante/pesquisadora estará apta a esclarecer qualquer dúvida. Também fui informado que devido as exigências e critérios éticos para pesquisas envolvendo seres humanos, regulamentados pelo Ministério da Saúde, o trabalho de campo da pesquisadora somente poderá ser iniciado quando da aprovação de seu projeto junto a Comissão de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CEP/UERJ).

Diante do exposto, DECLARO que AUTORIZO a 2º Ten **DANIELE DE SOUZA LINO FREDERICO**, na qualidade de mestranda e pesquisadora, a realizar sua pesquisa de campo, podendo coletar e sistematizar dados vinculados ao tema de sua investigação acadêmica, junto aos Soldados da Companhia de Comando da 1ª Região Militar do Exército Brasileiro.

Palácio Duque de Caxias, RJ, ____ de _____ de 2021.

THIAGO VILAS BOAS GUIMARÃES - Maj

Comandante da Companhia de Comando da 1ª Região Militar